

Relatório de Desempenho

Segundo Trimestre

2021

Pode
Contar



Banese

SUMÁRIO

BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A. – BANESE	
RELATÓRIO DE RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2021.....	4
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	6
ANÁLISE DAS OPERAÇÕES	6
Ativos	6
Captações	7
Evolução dos Depósitos a Prazo (CDB/RDB)	8
Crédito	9
Aplicações Financeiras	10
Rentabilidade da Carteira	11
ANÁLISE DOS RESULTADOS	11
Receitas	11
Custos e Despesas	12
Receita Líquida de Juros (NII)	12
Lucro Líquido	14
Patrimônio Líquido	14
Índices de Rentabilidade e Lucratividade	15
Capitalização e Basileia	15
Índice de Imobilização	15
<i>Ratings</i>	16
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	16
Banese na B3	16
Clientes e Canais de Atendimento	17
Dados de Canais	17
Serviços Financeiros – Banese 2.0	17
Investimentos em Capital Humano.....	18
CONGLOMERADO BANESE.....	18
SEAC- Sergipe Administradora de Cartões e Serviços S.A.	18
Banese Corretora de Seguros.....	19
Instituto Banese e Museu da Gente Sergipana	19

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	20
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS MÚLTIPLOS E CONSOLIDADAS.....	27
1. CONTEXTO OPERACIONAL	28
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.....	28
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	31
4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	38
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	38
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	39
7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	42
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	43
9. OUTROS CRÉDITOS	47
10. OUTROS VALORES E BENS.....	48
11. INVESTIMENTOS	48
12. IMOBILIZADO DE USO	49
13. INTANGÍVEL	50
14. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS, OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS	50
15. OUTROS PASSIVOS.....	52
16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS.....	53
18. PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	55
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55
20. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	56
21. EXIGIBILIDADES DE CAPITAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO.....	58
22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	60
23. GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E AUDITORIA	62
24. REMUNERAÇÃO PAGA A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES	66
25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	67
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (BANCO)	71
27. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	73
28. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	74
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR	75
PARECER DO CONSELHO FISCAL	78
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	80
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	82
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	84



Banese



BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A. – BANESE

RELATÓRIO DE RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2021

Para Divulgação Imediata: Aracaju, 13 de agosto de 2021. O Banco do Estado de Sergipe S.A. – **BANESE** (“Banese” ou “Banco”), Sociedade Anônima de capital misto, com ações transacionadas na B3 sob os códigos BGIP3 (Ações Ordinárias Nominativas) e BGIP4 (Ações Preferenciais Nominativas) e listadas no índice ITAG (Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado), anuncia seus resultados para o 2T2021. Informações adicionais podem ser encontradas no site de relações com investidores do Banese, no endereço <https://ri.banese.com.br/>.

BANESE REGISTRA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 26,9 MI

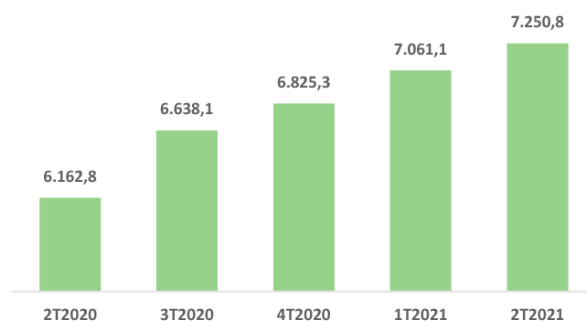
ATIVOS DE CRÉDITO E VOLUME CAPTADO SEGUEM CRESCENTES

Destaques do 2T2021

Todas as comparações nessa seção referem-se ao 2T2020 (12M)

- » Ativos totais totalizaram R\$ 7,3 bilhões (+17,7%);
- » Patrimônio Líquido de R\$ 535,1 milhões (+8,9%);
- » Lucro Líquido de R\$ 26,9 milhões (+209,2%);
- » Captações Totais atingiram R\$ 6,3 bilhões (+17,6%).

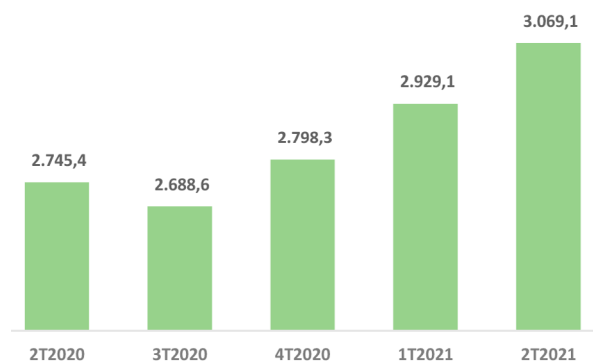
ATIVOS TOTAIS - R\$ milhões



Todas as comparações nessa seção referem-se ao 1T2021 (3M)

- » Operações de Crédito atingiram a marca de R\$ 3,1 bilhões (+4,8%);
- » Receitas de Aplicações Financeiras registram R\$ 25,0 milhões (+60,3%);
- » Receitas Líquidas de Juros de R\$ 115,3 milhões (+3,8%);
- » Índice de Inadimplência apresentou leve redução de 0,09 pp.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - R\$ Milhões



Contato de Relações com Investidores

Aléssio de Oliveira Rezende

Diretor Executivo
+55 (79) 3218-1201

ri@banese.com.br



Relatório de Resultados 2T2021 Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE

Itens Patrimoniais - R\$ milhões	2T2021	1T2021		V3M	1S2021	1S2020		V12M
Ativos Totais	7.250,8	7.061,1	▲	+2,7%	7.250,8	6.162,8	▲	+17,7%
Operações de Crédito	3.069,1	2.929,1	▲	+4,8%	3.069,1	2.745,4	▲	+11,8%
Aplicações Financeiras ⁽¹⁾	3.443,5	3.384,4	▲	+1,7%	3.443,5	2.917,7	▲	+18,8%
Captações Totais	6.320,2	6.165,8	▲	+2,5%	6.320,2	5.376,5	▲	+17,6%
Patrimônio Líquido	535,1	509,1	▲	+5,1%	535,1	491,5	▲	+8,9%

Itens de Resultado - R\$ milhões	2T2021	1T2021		V3M	1S2021	1S2020		V12M
Receitas Totais	233,3	220,9	▲	+5,6%	454,2	421,4	▲	+7,8%
Resultado Bruto Interm. Financeira	110,2	113,2	▼	-2,7%	223,4	197,5	▲	+13,1%
Resultado Operacional	45,2	41,0	▲	+10,2%	76,6	50,8	▲	+50,8%
Margem Financeira ⁽²⁾	113,7	121,9	▼	-6,7%	235,6	237,6	▼	-0,8%
EBITDA ⁽³⁾	40,8	40,1	▲	+1,7%	80,9	53,8	▲	+50,4%
Lucro Líquido	26,9	23,9	▲	+12,6%	50,8	25,4	▲	+100,0%
Receita Líquida de Juros (NII) ⁽⁴⁾	115,3	111,1	▲	+3,8%	226,4	228,6	▼	-1,0%
Receita de Serviços	30,0	32,0	▼	-6,3%	62,0	66,5	▼	-6,8%
Despesas com Provisões (PCLD)	27,8	32,4	▼	-14,2%	60,2	72,1	▼	-16,5%
Despesas Administrativas	85,8	87,7	▼	-2,2%	173,5	169,4	▲	+2,4%
Margem Líquida ⁽⁵⁾	11,5%	10,8%	▲	+0,7 pp.	11,2%	6,0%	▲	+5,1 pp.
Margem EBITDA ⁽⁶⁾	17,5%	18,2%	▼	-0,7 pp.	17,8%	12,8%	▲	+5,0 pp.

Índices e Medidas de Eficiência (%)	2T2021	1T2021		V3M	1S2021	1S2020		V12M
Inadimplência (% da carteira)	0,88%	0,97%	▼	-0,09 pp.	0,88%	1,44%	▼	-0,56 pp.
Índice de Basileia	13,22%	11,33%	▲	+1,9 pp.	13,22%	15,47%	▼	-2,3 pp.
Margem Líquida de Juros (NIM) ⁽⁷⁾	1,7%	1,7%	►	ND	3,4%	4,0%	▼	-0,6 pp.
Rentabilidade s/ Ativos (ROAA) ⁽⁸⁾	1,4%	1,4%	►	ND	1,4%	0,9%	▲	+0,5 pp.
Rentabilidade s/ Patrim. Líq. (ROE) ⁽⁹⁾	20,8%	20,5%	▲	+0,3 pp.	20,8%	11,5%	▲	+9,3 pp.
Índice de Eficiência ⁽¹⁰⁾	61,2%	60,4%	▲	+0,8 pp.	60,8%	64,1%	▼	-3,3 pp.
Índice de Provisionamento	3,5%	3,6%	▼	-0,1 pp.	3,5%	4,8%	▼	-1,3 pp.
Índice de Cobertura Adm. ⁽¹¹⁾	34,9%	36,5%	▼	-1,6 pp.	35,7%	39,3%	▼	-3,6 pp.
Índice de Cobertura Folha ⁽¹²⁾	74,2%	76,0%	▼	-1,8 pp.	75,1%	74,8%	▲	+0,3 pp.

(1) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários + Créditos Vinculados Remunerados

(2) Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.

(3) Resultado Operacional - Equivalência Patrimonial + Depreciação/Amortização.

(4) Receita de juros (operações de crédito + aplicações financeiras) – Despesa de juros (captação, TVM, empréstimos e participações).

(5) Lucro Líquido / Receita Total.

(6) EBITDA / Receita Total.

(7) Receita de juros líquida / Saldo médio dos ativos geradores de receitas (op. crédito + aplicações interfinanceiras + TVM + relações interfinanceiras).

(8) Lucro Líquido sobre Ativo Total Médio (taxa anualizada).

(9) Lucro Líquido sobre Patrimônio Líquido Médio (taxa anualizada).

(10) Despesas Administrativas / (Resultado Bruto de Intermediação Financeira + Receita de Serviços) *.

(11) Receita de Serviços / Despesas Administrativas.

(12) Receita de Serviços / Custos diretos e indiretos de Folha.

Este relatório pode conter informações sobre eventos futuros. Tais informações refletem expectativas da administração que podem não se tornar reais por motivos intrínsecos ou extrínsecos à Companhia. Palavras como “acredita”, “antecipa”, “deseja”, “prevê”, “espera” e similares, pretendem identificar informações que necessariamente envolvem riscos futuros, conhecidos ou não.

Riscos conhecidos incluem incertezas e não são limitados o impacto da competitividade de preços e serviços, aceitação de serviços no mercado, mercado competitivo, aspectos macroeconômicos internos ou sistêmicos, ambiente regulamentar e legal, flutuações de moedas, inflação e taxas de juros, riscos políticos e outros riscos, descritos em materiais publicados anteriormente pelo Banese.

Esse relatório está atualizado até a data de sua publicação e o Banese não pode ser responsabilizado por eventos posteriores, não previstos ou mencionados neste relatório.

*Alteração de metodologia em relação aos trimestres anteriores.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No primeiro semestre de 2021, mesmo com a piora das condições sanitárias e de novas medidas de restrição infligidas em março e abril, observou-se um impacto negativo menor na atividade econômica do Brasil, o que mostra uma economia que já aprendeu a produzir e comercializar diante de um menor grau de mobilidade de trabalhadores e consumidores, ainda que mais intensa que em 2020.

A projeção para o Produto Interno Bruto (PIB) para 2021 foi elevada nos últimos meses para 5,0%. A inflação acumulada em 12 meses até junho foi de 8,35%, a maior desde setembro de 2016 (8,48%). Consequentemente a taxa básica de juros - SELIC, foi elevada para 4,25% durante o 1S2021, com o objetivo de controlar a inflação. Nesse semestre foi observado o crescimento do crédito no Brasil e em Sergipe, tanto para empresas quanto para famílias, principalmente em relação aos seis primeiros meses de 2020.

O Banese manteve os cuidados com os seus clientes e empregados, reforçando as medidas de enfrentamento à Covid-19, destacando-se o estímulo à utilização dos canais digitais, a alteração nos horários de funcionamento das agências, limitação do atendimento presencial a serviços essenciais, bem como, a implementação do Programa de Teletrabalho para a manutenção de parte dos empregados em regime de trabalho remoto.

Mesmo em meio a um cenário econômico adverso, em face da pandemia da Covid-19, o Banco alcançou um resultado de R\$ 50,8 milhões no 1S2021, registrando um crescimento de 100,0% quando comparado ao primeiro semestre de 2020. A carteira de crédito do Banese seguiu o crescimento do Brasil e Sergipe, tendo alcançado a marca histórica de R\$ 3 bilhões de reais, avançando 11,8% na comparação anual, resultado das ações comerciais e do novo ciclo de Planejamento Estratégico da Companhia, que trouxe em seu bojo novas estruturas organizacionais voltadas à vendas. Também pôde-se observar uma variação positiva nos índices patrimoniais como Ativos Totais e Patrimônio Líquido, que refletem positivamente o comportamento dos negócios no período, bem como o contínuo investimento em inovação e tecnologia, desenvolvimento do capital humano e oferta de novos produtos e serviços.

Dirigimos um especial reconhecimento aos nossos colaboradores, comprometidos com a expansão dos nossos negócios, cuja dedicação e esforço resultaram no bom desempenho alcançado pelo Banco nesse primeiro semestre de 2021. Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pela confiança em nós depositada.

ANÁLISE DAS OPERAÇÕES

Ativos

Total de Ativos por Tipo – R\$ milhões

	2T2021	1T2021		V3M	2T2020		V12M
Ativos de Crédito	3.069,1	2.929,1	▲	+4,8%	2.745,4	▲	+11,8%
(-) Provisões	-107,4	-105,9	▲	+1,4%	-130,8	▼	-17,9%
Ativos Líquidos de Crédito	2.961,7	2.823,2	▲	+4,9%	2.614,6	▲	+13,3%
Aplicações Financeiras	3.076,7	3.011,2	▲	+2,2%	2.553,1	▲	+20,5%
Créditos Vinculados	467,5	448,0	▲	+4,4%	428,0	▲	+9,2%
Permanente	180,8	176,2	▲	+2,6%	107,5	▲	+68,2%
Outros	564,1	602,5	▼	-6,4%	459,6	▲	+22,7%
Total	7.250,8	7.061,1	▲	+2,7%	6.162,8	▲	+17,7%

Ao final do 2T2021 os ativos totais do Banese apresentaram saldo de R\$ 7,3 bilhões, expansão de 17,7% em 12 meses e de 2,7% em relação ao trimestre anterior.

O crescimento observado nos ativos totais em 12 meses foi consequência, principalmente, da elevação no volume de aplicações financeiras (R\$ +523,6 milhões) e dos ativos líquidos de crédito (R\$ +347,1 milhões). É política do Banese fazer a aplicação dos recursos financeiros resultantes da diferença entre volume captado e volumes destinados a crédito e demais exigibilidades legais, com vistas ao incremento do seu resultado.

No último trimestre destaca-se o crescimento de R\$ 138,5 milhões no saldo dos ativos líquidos de crédito, impulsionado pela carteira comercial (R\$ +89,7 milhões) e rural (R\$ +38,8 milhões), crescimento diretamente influenciado pelas concessões de crédito direcionadas às pessoas físicas.

O volume de provisionamento apresentou crescimento no último trimestre em 1,61%, em decorrência ao crescimento da carteira. Em 12 meses, o volume de provisionamento apresentou redução de 23,2% em decorrência de liquidações e transferência para prejuízo de operações de crédito voltadas ao segmento pessoa jurídica.

No encerramento do 2T2021, os ativos líquidos de crédito representaram 40,8% do ativo total e as aplicações financeiras participaram com 42,4%. Comparado ao trimestre anterior, os ativos líquidos de crédito cresceram sua participação relativa em 0,8 pp. e as aplicações financeiras reduziram em 0,2 pp.

A variação positiva do Ativo Permanente, em 12 meses, é decorrente, principalmente, do aporte de capital no valor de R\$ 70 milhões, ocorrido em outubro/2020, feito na SEAC – Sergipe Administradora de Cartões e Serviços S.A., empresa pertencente ao Conglomerado Banese, que tem como principal atividade a oferta de soluções de meios de pagamento, com foco em cartões de crédito, débito e benefícios (alimentação e refeição), atuando como emissora, credenciadora e processadora, passando a deter participação de 71,68% na sociedade ante aos 49,75% anteriores.

Captações

Captação por Linha de Produtos - R\$ milhões

	2T2021	1T2021		V3M	2T2020		V12M
Depósitos à Vista	1.069,1	1.071,8	▼	-0,3%	858,7	▲	+24,5%
Poupança	1.902,1	1.880,8	▲	+1,1%	1.616,2	▲	+17,7%
Depósitos Judiciais	1.243,7	1.153,9	▲	+7,8%	996,5	▲	+24,8%
CDB/RDB	1.625,1	1.571,1	▲	+3,4%	1.463,8	▲	+11,0%
CDI/DPGE	147,4	152,2	▼	-3,2%	157,5	▼	-6,4%
LF/LFS/LCI	179,7	193,5	▼	-7,1%	183,3	▼	-2,0%
Compromissadas	11,3	10,0	▲	+13,0%	4,2	▲	+169,0%
Obrigações de Repasses	141,8	132,5	▲	+7,0%	96,3	▲	+47,2%
Total	6.320,2	6.165,8	▲	+2,5%	5.376,5	▲	+17,6%

O Banese encerrou o 2T2021 com um saldo de R\$ 6,3 bilhões em recursos captados, crescimento de 2,5% (R\$ +154,4 milhões) no trimestre, resultante sobretudo dos depósitos judiciais (R\$ +89,8 milhões), CDB/RDB (R\$ +54,0 milhões) e de poupança (R\$ +21,3 milhões). Em 12 meses, houve um crescimento de 17,6% (R\$ +943,7 milhões), reflexo, principalmente, dos depósitos de poupança (R\$ +285,9 milhões), judiciais (R\$ +247,2 milhões), à vista (R\$ +210,4 milhões), e CDB/RDB (R\$ +161,3 milhões).

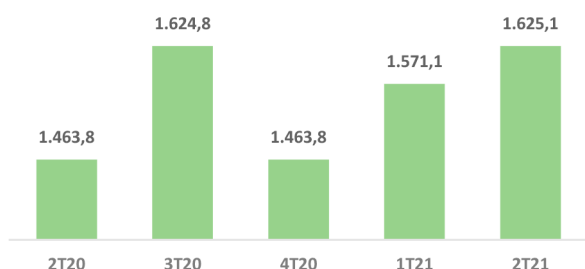
O volume das captações em depósitos interfinanceiros (CDI) apresentou decréscimo de 3,2%, (R\$ -4,8 milhões) em relação ao trimestre anterior e queda de 6,4%, (R\$ -10,0 milhões) em 12 meses, em decorrência da renovação em menor valor de Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC (DPGE).

O saldo das captações em Letras Financeiras Subordinadas apresentou crescimento de 3,5% no trimestre e 14,8% em 12 meses, resultado da remuneração do estoque. As Letras Financeiras apresentaram redução de 35,6% no trimestre, e de 38,0% em 12 meses, decorrente de vencimentos não renovados. As captações em Letras de Crédito Imobiliário apresentaram decréscimo de 2,4% no trimestre, também decorrente de vencimentos não renovados e em 12 meses, leve crescimento de 0,4% consequente da remuneração da carteira.



Evolução dos Depósitos a Prazo (CDB/RDB)

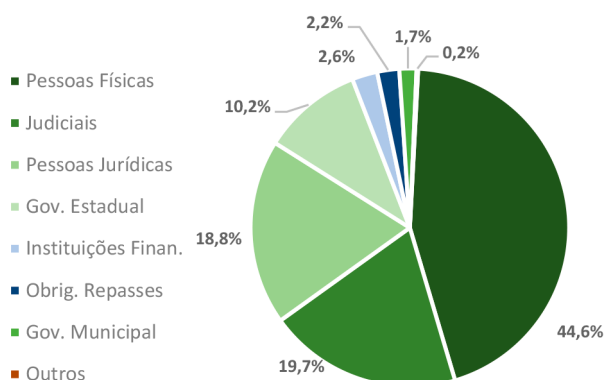
Depósitos a Prazo - R\$ milhões



O total de captação em depósitos a prazo atingiu R\$ 1,6 bilhão no 2T2021, apresentando um crescimento de 3,4% (R\$ +54,0 milhões) no trimestre, decorrente do aumento das captações de governo. Em 12 meses, a captação cresceu 11,0% (R\$ +161,3 milhões), impactado pelo incremento das captações de governo e pessoa jurídica.

A estrutura das captações do Banese é diversificada, o que contribui para manter níveis confortáveis de liquidez, bem como para dar suporte à expansão dos negócios e das concessões de crédito.

Maiores Fontes de Captação (% do total)



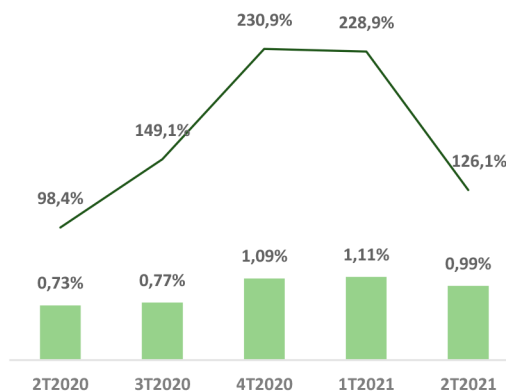
A maior fonte de captação de recursos do Banese é de pessoas físicas, representando 44,6% do volume captado. As pessoas jurídicas respondem por 18,8% das captações. A dispersão da captação entre pessoas físicas e jurídicas mitiga riscos de liquidez.

Os depósitos judiciais representam 19,7% do total do volume captado pelo Banese.

O custo da captação apresentou retração de 0,12 pp. entre o 2T2021 e o 1T2021, impactado pela redução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e da taxa pré, que remunera o maior volume captado das Letras Financeiras Subordinadas – LFS, e pelo crescimento da participação dos depósitos de poupança e judiciais, mesmo com o aumento da taxa SELIC. Na comparação com o 2T2020, houve um crescimento de 0,26 pp., principalmente, devido à elevação da citada inflação.

Em termos de CDI, a redução observada na comparação com o 1T2021, é reflexo das captações prefixadas e indexadas à inflação, como as dívidas subordinadas, e do aumento da taxa SELIC do período. Em relação ao 2T2020, a elevação é decorrente do aumento do custo das captações indexadas à inflação.

Custos de Captação (Absoluto e em % do CDI)



Crédito

Carteira de Crédito por Tipo – R\$ milhões

	2T2021	1T2021		V3M	2T2020		V12M
Carteira Comercial*	2.156,7	2.067,0	▲	+4,3%	1.926,7	▲	+11,9%
Para Pessoas Físicas	1.651,3	1.592,0	▲	+3,7%	1.559,5	▲	+5,9%
Para Pessoas Jurídicas	505,4	475,0	▲	+6,4%	367,2	▲	+37,6%
Carteira de Desenvolvimento	666,8	621,1	▲	+7,4%	624,5	▲	+6,8%
Para Pessoas Físicas	536,0	491,8	▲	+9,0%	473,0	▲	+13,3%
Para Pessoas Jurídicas	130,8	129,3	▲	+1,2%	151,5	▼	-13,7%
Títulos e Créditos a Receber	245,6	241,0	▲	+1,9%	194,2	▲	+26,5%
Total	3.069,1	2.929,1	▲	+4,8%	2.745,4	▲	+11,8%

(*) modalidade de crédito de livre destinação

A carteira de crédito do Banese alcançou R\$ 3,1 bilhões de ativos, apresentando um crescimento de 4,8% comparado ao último trimestre e de 11,8% na comparação anual, refletindo o posicionamento estratégico da Instituição voltado para o aumento da sua participação de mercado e fomento ao desenvolvimento econômico regional, impulsionado pelos programas de suporte à economia no enfrentamento à pandemia da Covid-19.

Diante dos efeitos da pandemia no Setor Financeiro, observados principalmente nos resultados do segundo e terceiro trimestres de 2020, a carteira de crédito do Banese manteve a sua tendência de crescimento, oriunda de ações de direcionamento para canais de autoatendimento (público pessoa física); de novas linhas de negócios junto a empresas conveniadas e órgãos públicos estaduais e municipais; e de ações estratégicas das unidades de negócios para alcançar clientes elegíveis ao crédito.

A carteira de crédito comercial voltada ao segmento Pessoa Física alcançou o saldo de R\$ 1,7 bilhão ao final do 2T2021, crescimento de 3,7% no trimestre e 5,9% em 12 meses. O crescimento dessa carteira resultou de um forte empenho na diversificação das linhas de crédito, através de um conjunto de ações de vendas, com o objetivo de captar novos clientes para incrementar o estoque de ativos e a rentabilidade da instituição. Destaque para as linhas de consignação, contribuindo com a elevação da carteira de menor risco, incremento de 2,4% no trimestre e de 11,3% nos últimos 12 meses.

A carteira de crédito comercial para Pessoa Jurídica também demonstrou crescimento, 6,4% no último trimestre e 37,6% comparando ao mesmo período do ano anterior. Destaque para a linha de capital de giro com lastro no faturamento das vendas de cartão de crédito, estimulando a pulverização da carteira e, conseqüentemente, mitigando o risco de concentração de crédito. O Banese é detentor da maior fatia do mercado de crédito com recursos livres de Sergipe, 36,9% de participação segundo dados do Banco Central do Brasil (Mai/2021).

A carteira de crédito de desenvolvimento, que engloba as carteiras imobiliária, industrial e rural, representou 21,7% da carteira de crédito total do Banese, totalizando um saldo aplicado de R\$ 666,8 milhões ao final do 2T2021. No último trimestre, o saldo do crédito de desenvolvimento registrou incremento de 7,4%, influenciado por operações nas carteiras de crédito rural (+30,5%) e industrial (+10,5%). Em 12 meses, o crescimento de 6,8% foi influenciado principalmente pelas operações concedidas nas carteiras de crédito rural (+37,6%), decorrente do fortalecimento do agronegócio.

A carteira de Títulos e Créditos a Receber com Características de Concessão de Crédito apresentou crescimento na ordem de R\$ 4,6 milhões no último trimestre e de R\$ 51,4 milhões em 12 meses, motivados pela maior utilização do limite rotativo de cartão de crédito.

Qualidade da Carteira de Crédito por Faixa de Risco

	R\$ milhões		Variação	% Carteira		Variação
	2T2021	2T2020		2T2021	2T2020	
AA	779,4	844,2	▼ -7,7%	37,4%	37,4%	► ND
A	1.373,9	1.026,5	▲ +33,8%	30,8%	30,7%	▲ +0,1 pp.
B	534,1	421,1	▲ +26,8%	15,3%	15,3%	► ND
C	214,3	253,0	▼ -15,3%	9,2%	9,2%	► ND
D - H	167,4	200,6	▼ -16,6%	7,3%	7,4%	▼ -0,1 pp.
Total	3.069,1	2.745,4	▲ +11,8%	100,0%	100,0%	► ND

Em termos relativos, as operações de crédito classificadas entre as faixas de risco “AA” a “C” representaram 94,5% do total da carteira do Banese (+1,8 pp. em comparação aos 92,7% do 2T2020). Os créditos classificados nas faixas de risco “D” a “H”, que concentram as operações de maior risco de crédito, representaram 5,5% da carteira de crédito do Banese (-1,8 pp. em relação aos 7,3% verificados no 2T2020).

Qualidade do Crédito por Carteira 2T2021- R\$ milhões

	Total	Crédito Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros
AA	779,4	779,4	-	-	-	-
A	1.373,9	620,7	21,2	102,7	391,2	238,1
B	534,1	445,0	49,2	24,3	9,3	6,3
C	214,3	177,3	21,5	11,8	3,2	0,5
D - H	167,4	134,3	3,5	27,2	1,7	0,7
Total	3.069,1	2.156,7	95,4	166,0	405,4	245,6

Em relação à segmentação do crédito por níveis de risco, os produtos da carteira rural (onde os créditos classificados como “D – H” representam 16,4% da carteira) apresentam os créditos com qualidade inferior. A classificação refere-se às características dos produtos e ao volume relativamente alto de cada operação individual.

Aplicações Financeiras

Aplicações Financeiras – R\$ milhões

	2T2021	1T2021		V3M	2T2020		V12M
Interfinanceiras de Liquidez	1.563,2	1.507,6	▲	+3,7%	1.455,9	▲	+7,4%
Tít. e Valores Mobiliários (TVM) Livres	1.460,6	1.492,9	▼	-2,2%	1.091,9	▲	+33,8%
Cotas de Fundos	2,4	3,8	▼	-36,8%	46,2	▼	-94,8%
Renda Fixa	1.458,2	1.489,1	▼	-2,1%	1.045,7	▲	+39,4%
TVM Vinculados	52,9	10,7	▲	+394,4%	5,1	▲	+937,3%
Depósitos Compulsórios Remunerados	366,8	373,2	▲	-1,7%	364,9	▲	+0,5%
Total	3.443,5	3.384,4	▲	+1,7%	2.917,7	▲	+18,0%

O saldo das aplicações financeiras foi de R\$ 3,4 bilhões ao final do 2T2021, um incremento de 1,7% em relação ao 1T2021, R\$ +59,1 milhões, e em 12 meses aumento de 18,0%, R\$ +525,8 milhões, ambos provenientes do aumento das captações e do maior volume de recursos disponíveis em tesouraria.

O aumento nas aplicações interfinanceiras de liquidez no 2T2021 decorreu de aplicações em Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE) e de aumento nos ativos de cumprimento da exigibilidade junto ao Banco Central (DI Rural). Em 12 meses, o crescimento advém das aplicações em Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE), dos Depósitos Interfinanceiros e dos ativos de cumprimento da exigibilidade junto ao Banco Central (DI Imobiliário).

Os Títulos e Valores Mobiliários Livres apresentaram redução de 2,2% no trimestre (R\$ -32,3 milhões), consequente da vinculação dos Títulos Públicos Federais, para cumprimento de exigibilidade dos Depósitos de Poupança. Na variação de 12 meses, houve o incremento de 33,8% (R\$ +368,7 milhões), consequente de aumento das aplicações em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e em Letras Financeiras (LF). A redução observada nos fundos de investimentos foi decorrente da estratégia da tesouraria em priorizar operações com ativos que exijam uma menor alocação de capital. O aumento nos títulos de renda fixa, em 12 meses, foi decorrente de títulos públicos vinculados a operações compromissadas.

O Banese encontra-se enquadrado às regras da Circular Bacen nº 3.068/2001, que estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários. As aplicações feitas em instrumentos de liquidez, denominadas em moeda nacional, são marcadas a mercado para mitigação de riscos relacionados à variação de valor e volatilidade de instrumentos financeiros.

Rentabilidade da Carteira

A estratégia da carteira de ativos da tesouraria é manter a alocação em ativos líquidos e de baixo risco, com o intuito de conservar níveis confortáveis de liquidez e capital, tendo como meta de rentabilidade superar a taxa de juros do país.

A rentabilidade acumulada da carteira no 2T21 foi de 106,7% do CDI, superior à de 104,5% do CDI no 1T21, decorrente da melhora na marcação a mercado (MtM) da carteira própria de Letras Financeiras do Tesouro (LFT), e à de 98,73% do CDI no 2T20, decorrente das aplicações em crédito privado com melhor remuneração, além do motivo supracitado. O movimento apresentado pela MtM das LFT's, reflete o risco fiscal associado ao Tesouro Nacional, especialmente pela incerteza da manutenção do teto de gastos por parte do Governo Federal e necessidades de rolagem da dívida pública. Não obstante, o maior endividamento no curto prazo, resulta numa exigência de remunerações maiores, inclusive para as LFT's, papel sempre tido como de menor risco e pouca volatilidade.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Receitas

Abertura das Receitas – R\$ milhões

	2T2021	1T2021		V3M	1S2021	1S2020		V12M
Receitas de Crédito	130,1	127,5	▲	+2,0%	257,6	265,0	▼	-2,8%
Receitas de Aplicações Financeiras	25,0	15,6	▲	+60,3%	40,6	37,8	▲	+7,4%
Receitas de Prestação de Serviços	30,0	32,0	▼	-6,3%	62,0	66,5	▼	-6,8%
Receitas de Participações	2,9	4,7	▼	-38,3%	7,6	5,2	▲	+46,2%
Outras Receitas Operacionais	45,2	41,1	▲	+10,0%	86,3	46,8	▲	+84,4%
Receitas Não Operacionais	0,1	0,0	►	ND	0,1	0,1	►	ND
Total	233,3	220,9	▲	+5,6%	454,2	421,4	▲	+7,8%

As receitas totais do Banese acumularam R\$ 233,3 milhões no 2T2021, 5,6% acima das receitas do 1T2021. A maior variação observada ocorreu nas receitas de aplicações financeiras, crescimento de R\$ 9,4 milhões motivado pelo aumento da taxa básica de juros no país - SELIC, e pelos efeitos da marcação a mercado (MtM) sobre parcela dos Títulos Públicos Federais que compõem a carteira própria. O grupo das outras receitas operacionais apresentou incremento de R\$ 4,1 milhões, impactado pela receita extraordinária na ordem de R\$ 9,6 milhões, oriunda da parcela dos juros inerente à obrigação de passivo atuarial e seus efeitos decorrentes de ajustes na forma de contabilização e reconhecimento contábil de responsabilidade do Banese, observando a proporção contributiva a partir de 06/2021. Não obstante, o crescimento no citado grupo foi minimizado pela redução nas receitas com recuperação de CBP e reversão de provisões de crédito. Observa-se um crescimento nas receitas de crédito na ordem de R\$ 2,7 milhões e nas receitas de serviços uma redução de R\$ 2,0 milhões.

A retração nas receitas de prestação de serviços, -6,3% no trimestre e -6,8% em 12 meses, foi ocasionada, em parte, pela redução no volume de transações TED/DOC, as quais estão migrando para os serviços de pagamentos instantâneos – PIX, e às dificuldades ainda impostas pela “Pandemia de COVID – 19”.

Como forma de alinhamento ao mercado e equiparação de serviços e soluções, o Banese investe em iniciativas como aumento do portfólio de convênios para pagamentos, PIX e *Open Banking*.

No acumulado do primeiro semestre de 2021, o Banese registrou R\$ 454,2 milhões de receitas totais, incremento de 7,8% quando comparadas ao 1S2020, com destaque, além do mencionado, para as receitas com reversões de provisões de crédito (R\$ +7,1 milhões), principalmente do crédito imobiliário; receitas com reversões de provisões operacionais de Passivo Fiscal, processos de Imposto Sobre Serviços – ISS transitados em julgado a favor do Banese (R\$ +7,4 milhões); e recuperação de ISS pago a maior (R\$ +4,6 milhões).

Custos e Despesas

Custos Diretos das Operações – R\$ milhões

	2T2021	1T2021		V3M	1S2021	1S2020		V12M
Despesas de Captação	37,9	27,4	▲	+38,3%	65,3	70,4	▼	-7,2%
Resultado de TVM	0,7	1,0	▼	-30,0%	1,7	0,6	▲	+183,3%
Desp. Obrigações p/Empréstimos	1,2	3,6	▼	-66,7%	4,8	3,2	▲	+50,0%
Total	39,8	32,0	▲	+24,4%	71,8	74,2	▼	-3,2%

As despesas de captação apresentaram crescimento de 24,4% no trimestre (R\$ +7,8 milhões), diretamente relacionado ao aumento da taxa básica de juros da economia - Selic no período, e ao incremento do volume captado. No acumulado do primeiro semestre de 2021, observa-se uma queda de 3,2% (R\$ -2,4 milhões), resultado, principalmente da taxa básica de juros menor em relação ao 1S2020, que impacta a despesa com as captações pós-fixadas.

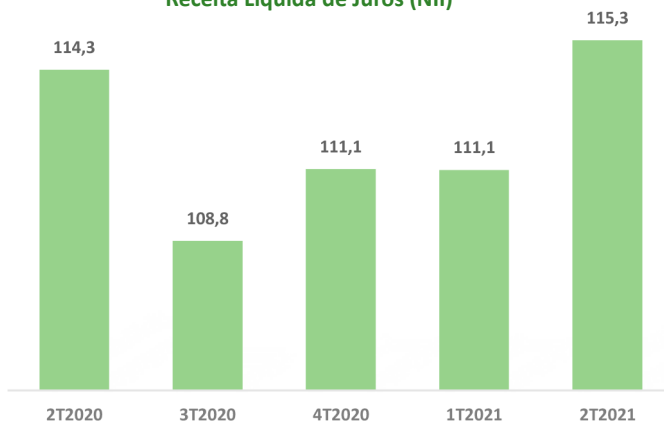
O crescimento observado nas despesas com obrigações para empréstimos e repasses, na variação anual, é decorrente de recebimento de recursos do BNDES em dezembro de 2020, na ordem de R\$ 30 milhões, onde as despesas são geradas à medida que as operações são liberadas.

A redução das despesas com TVM, no trimestre, é resultado da marcação a mercado (MtM) dos títulos públicos federais que compõem a carteira própria.

As Receitas Líquidas de Juros (Receitas de Empréstimos mais Receitas de Aplicações Financeiras menos os Custos Diretos de Captação) apresentaram crescimento de 3,8% na variação do trimestre e de 0,9% em 12 meses.

O resultado é uma combinação dos fatores já apresentados nos itens anteriormente mencionados neste relatório, como o crescimento das receitas com aplicações financeiras e operações de crédito no trimestre, mesmo com o crescimento nas despesas com captação. Já em 12 meses, o resultado foi consequência de redução das receitas com operações de crédito, apesar da redução nas despesas com captação.

Receita Líquida de Juros (NII)



Despesas com Pessoal/Folha – R\$ milhões

	2T2021	1T2021		V3M	1S2021	1S2020		V12M
Salários	24,4	25,8	▼	-5,4%	50,2	53,1	▼	-5,5%
Benefícios	5,1	5,3	▼	-3,8%	10,5	11,6	▼	-9,5%
Encargos Sociais	10,8	11,0	▼	-1,8%	21,7	24,1	▼	-10,0%
Treinamentos e Outros	0,1	0,1	►	ND	0,2	0,2	►	ND
Total	40,4	42,2	▼	-4,3%	82,6	89,0	▼	-7,2%

As despesas com pessoal apresentaram redução, decorrente, principalmente, do Programa de Estímulo à Aposentadoria – PEA, lançado no último trimestre de 2020. No 2T2021 foram realizados 17 desligamentos através do referido programa, totalizando 127 desligamentos no 1S2021, correspondente a 48% das adesões ao programa e que representou redução acumulada de 12% no quadro de funcionários do Banese.

O índice de cobertura de folha registrado no último trimestre foi de 74,2%, 1,8 pp. abaixo do índice registrado no 1T2021, decorrente da redução da receita de serviços no período. Em 12 meses, o índice de cobertura de folha variou positivamente em 0,3 pp., resultado da redução com despesas de pessoal, consequência dos desligamentos do Programa de Estímulo à Aposentadoria - PEA. Para a cobertura das despesas administrativas obtivemos um índice de 34,9% no 2T2021, variando em -1,6 pp. no trimestre e -3,6 pp. na comparação anual.

Outras Despesas Administrativas – R\$ milhões

	2T2021	1T2021		V3M	1S2021	1S2020		V12M
Serviços de Terceiros	21,6	21,6	►	ND	43,2	37,1	▲	+16,4%
Consumo, Manutenção e Materiais	5,0	4,9	▲	+2,0%	9,9	10,9	▼	-9,2%
Sistemas e Processamento de Dados	10,6	10,6	▲	ND	21,2	14,0	▲	+51,4%
Seguros	1,5	1,1	▲	+36,4%	2,6	1,9	▲	+36,8%
Transportes de Numerário	2,5	2,7	▼	-7,4%	5,1	4,3	▲	+18,6%
Tributárias	0,3	0,4	▼	-25,0%	0,6	0,7	▼	-14,3%
Despesas Outras	4,0	4,3	▼	-7,0%	8,3	11,4	▼	-27,2%
Total	45,4	45,5	▼	-0,2%	91,0	80,3	▲	+13,2%

As outras despesas administrativas apresentaram leve retração de 0,2% (R\$ -0,1 milhão) no último trimestre e crescimento de 13,2% (R\$ +10,6 milhões) em 12 meses, destacando-se os grupos de Sistemas e Processamento de Dados (manutenção de *softwares* e execuções de serviços de tecnologia), Seguros (apólice de seguro dos administradores) e Transporte de Numerário (movimentações e recolhimentos à tesouraria e Banco do Brasil).

Outras Despesas Operacionais – R\$ milhões

	2T2021	1T2021		V3M	1S2021	1S2020		V12M
Amortização e Depreciação	3,5	3,9	▼	-10,3%	7,4	8,2	▼	-9,8%
Provisões p/ Operações de Crédito	27,8	32,4	▼	-14,2%	60,2	72,1	▼	-16,5%
Desvalorização de Créditos	0,7	1,1	▼	-36,4%	1,8	0,3	▲	+500,0%
Provisões Passivas	9,3	6,6	▲	+40,9%	15,9	8,7	▲	+82,8%
Convênio com Tribunal de Justiça	4,9	4,7	▲	+4,3%	9,6	8,7	▲	+10,3%
ISS/PIS/COFINS	8,7	8,5	▲	+2,4%	17,3	17,5	▼	-1,1%
Descontos Concedidos	4,1	0,0	►	ND	4,1	1,1	▲	+272,7%
Participação nos Lucros e Resultados	5,7	1,9	▲	+200,0%	7,7	4,3	▲	+79,1%
Outros	3,3	2,8	▲	+17,9%	6,2	8,7	▼	-28,7%
Total	68,0	62,1	▲	+9,5%	130,1	129,5	▼	+0,5%

O grupo das Outras Despesas Operacionais apresentou crescimento de R\$ 5,9 milhões no último trimestre, com destaque para despesas com Descontos Concedidos, proveniente de recuperações de crédito; e Participação nos Lucros e Resultados, para equacionamento do limite de distribuição no semestre, de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários - CCT.

A redução nas despesas com Provisões para Operações de Crédito no trimestre foi decorrente de recuperação e liquidação de operações de crédito vinculadas principalmente à carteira imobiliária. Na variação anual, a redução na despesa de provisão foi decorrente, principalmente, de liquidações e transferência para prejuízo de operações de crédito voltadas ao segmento pessoa jurídica.



Lucro Líquido

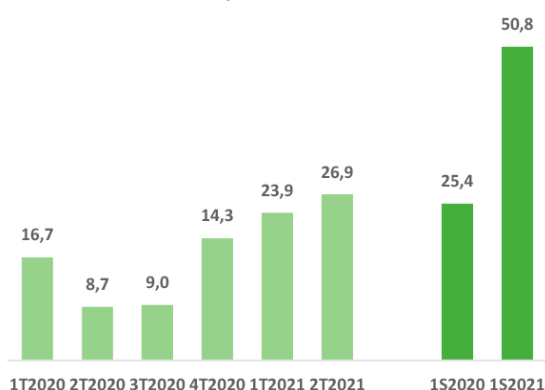
O Lucro Líquido apresentado pelo Banese no 2T2021 foi de R\$ 26,9 milhões, acumulando no semestre R\$ 50,8 milhões, superior em 100,0% quando comparado ao resultado do 1S2020.

A evolução do resultado é reflexo do comportamento dos nossos negócios, onde se observa a expansão da carteira de crédito, as captações mantendo seu ritmo de crescimento, a melhora nos níveis de risco, recuperações de crédito, redução das provisões de devedores duvidosos e contenção das despesas administrativas.

Outrossim, no 2T2021, houve o evento não recorrente, na ordem de R\$ 9,6 milhões, que contribuiu positivamente para o resultado alcançado, referente à variação dos juros de passivo atuarial em observância ao CPC 33 (R1) e CPC 23.

Evidencia-se ainda que devido à correção em 12/2020: (i) da forma de contabilização do Passivo Atuarial em conformidade com as regras do CPC 33 (R1); e (ii) dos Juros sobre Capital Próprio inerentes à Equivalência Patrimonial, houve um ajuste, em atendimento ao CPC 23, de R\$ -5,5 milhões no Lucro Líquido do 4T2020, passando de R\$ 19,8 milhões para R\$ 14,3 milhões.

Lucro Líquido - R\$ milhões



Patrimônio Líquido

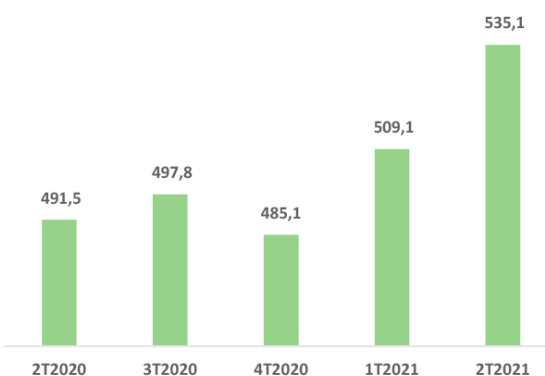
O Patrimônio Líquido do Banese variou positivamente em 8,9% no período de 12 meses e em 5,1% no último trimestre.

O crescimento observado, no trimestre e em 12 meses, é consequência da incorporação do resultado do período, do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio e do ajuste de avaliação atuarial relativo ao plano de previdência complementar dos empregados do Banese junto ao Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS (plano saldado de benefício definido), conforme CPC 33 (R1), aprovada pela Deliberação CVM 695/2012.

O impacto do ajuste atuarial no Patrimônio Líquido do Banese ao final do 2T2021 foi de R\$ -4,0 milhões decorrente de Ajustes de Avaliação Atuarial. O efeito negativo no PL do Banco era na ordem de R\$ -7,3 milhões no 2T2020.

Ademais, houve ajustes no Patrimônio Líquido do 4T2020 e 1T2021 devido às correções realizadas em 12/2020, a saber: (i) da forma de contabilização do Passivo Atuarial, que alterou o Patrimônio Líquido do 1T2021 de R\$ -24,0 milhões para R\$ -8,2 milhões; e (ii) dos Juros sobre Capital Próprio inerentes à Equivalência Patrimonial, que reduziu em R\$ 2,7 milhões o Patrimônio Líquido do 4T2020, passando de R\$ 487,8 milhões para R\$ 485,1 milhões.

Patrimônio Líquido - R\$ milhões

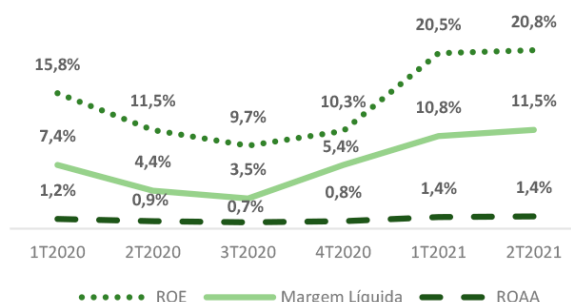




Índices de Rentabilidade e Lucratividade

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), e a Margem Líquida, registraram leve crescimento no trimestre, enquanto o Retorno sobre Ativos Médios (ROAA) manteve-se estável no período. Em 12 meses os índices apresentados pelo Banese obtiveram crescimento, consequência dos resultados e negócios apresentados neste relatório, os quais vêm apresentando recuperação após os impactos causados pela “Pandemia de COVID 19”.

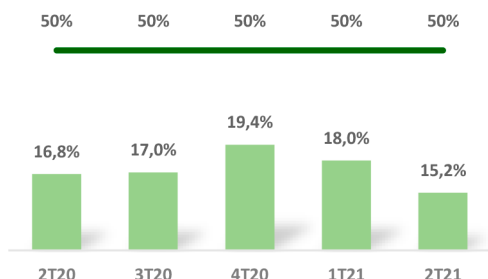
Índices de Rentabilidade e Lucratividade (%)



Capitalização e Basileia

Índices e Capitalização (R\$ milhões)	2T2021	1T2021	V3M	2T2020	V12M
Patrimônio de Referência	581,4	478,5	▲ +21,51%	532,3	▲ +9,22%
PR Nível I	474,3	433,5	▲ +9,41%	471,5	▲ +0,60%
PR Nível II	107,1	45,0	▲ +137,88%	60,9	▲ +75,96%
Índice de Basileia	13,22%	11,33%	▲ +1,89 p. p	15,47%	▼ -2,25 p. p
Índice de Capital Principal	10,78%	10,26%	▲ +0,52 p. p	13,70%	▼ -2,92 p. p
Índice de Capital Nível I	10,78%	10,26%	▲ +0,52 p. p	13,70%	▼ -2,92 p. p
Índice Basileia Mínimo + ACP	9,625%	9,25%	▲ +0,38 p. p	9,25%	▲ +0,38 p. p
Margem sobre o PR considerando a capital para cobertura do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária e o ACP	133.662	53.536	▲ +149,67%	164.752	▼ -18,87%

O Índice de Basileia do Conglomerado Banese totalizou 13,22% ao final do 2T2021, o que representa um incremento de 1,89 p.p. quando comparado ao índice apurado ao final do 1T2021, devido principalmente à evolução do Patrimônio de Referência Nível II em 137,88% (aprox. R\$ 62,1 milhões), decorrente de captações em Letras Financeiras Subordinadas. Contribuiu para este resultado, ainda, o crescimento do Patrimônio de Referência Nível I em 9,41% (aprox. R\$ 40,8 milhões), em razão da redução de deduções prudenciais, notadamente em função do ajuste de avaliação atuarial relativo ao plano de previdência complementar dos empregados do Banese junto ao Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS (plano saldado de benefício definido).



Índice de Imobilização

O índice de imobilização encerrou o 2T2021 em 15,20%, apresentando uma redução de 2,83 p.p., quando comparado ao índice observado no 1T2021, em virtude do aumento do Patrimônio de Referência em 21,51% (aprox. R\$ 102,9 milhões).

O resultado foi substancialmente abaixo do requerimento máximo de imobilização estabelecido pelo Banco Central do Brasil, que é de 50,0%.

Vale ressaltar que esse índice é tão melhor quanto menor ele for.

Ratings

A *Fitch Ratings*, em 17 de abril de 2020, afirmou o *Rating* Nacional de Longo Prazo do Banese em 'A-(bra)' (A menos (bra)) com alteração da perspectiva para Negativa de Estável. Ao mesmo tempo, a agência afirmou o *Rating* Nacional de Curto Prazo do Banco em 'F1(bra)'. A alteração da perspectiva considerou o impacto econômico da pandemia de coronavírus que poderá afetar negativamente a qualidade dos ativos e a rentabilidade do banco, ainda que seus indicadores de liquidez continuem adequados.

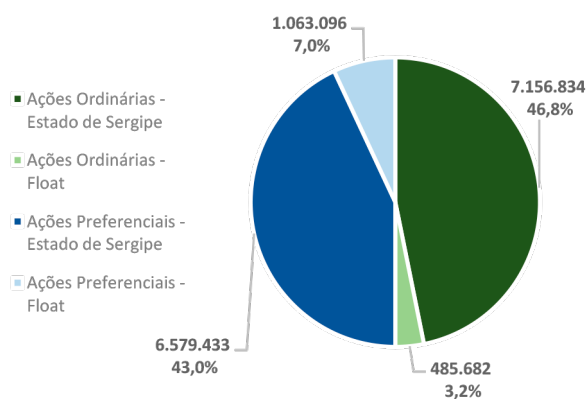
A *Moody's Investors Service* (*Moody's*) elevou, em 11 de dezembro de 2020, o *rating* de depósitos em moeda estrangeira do Banese para Ba2, antes Ba3, em consequência da elevação do teto em moeda estrangeira do Brasil (Ba2 estável) para Baa2, anunciada em 7 de dezembro de 2020. A perspectiva do *rating* de depósitos em moeda estrangeira mudou para negativa, de estável. A antiga perspectiva estável era consequência do teto soberano que limitava o *rating* de depósito em moeda estrangeira do banco, o qual carregava a perspectiva estável do soberano, apesar dos outros *ratings* do banco estarem com perspectiva negativa.

Já a *Moody's América Latina Ltda* ("Moody's Local") atribuiu, em 29 de junho de 2021, o *rating* de emissor de AA-.br e os ratings de depósito de longo prazo de AA-.br e de curto prazo de ML A-1.br, em escala nacional, com perspectiva negativa, sendo atribuída em virtude da exposição a segmentos de negócios mais vulneráveis à pandemia da Covid-19, que pode afetar a qualidade de ativos e a rentabilidade.

Agência	Escala	Longo Prazo	Curto Prazo	Perspectiva
<i>Fitch Ratings</i>	Nacional	A- (bra)	F1 (bra)	Negativa
<i>Moody's Local</i>	Nacional – Depósitos	AA-.br	ML A-1.br	Negativa
<i>Moody's Investors Service</i>	Global em Moeda Nacional - Depósitos	Ba2	<i>Not Prime</i>	Negativa
	Global em Moeda Estrangeira - Depósitos	Ba2	<i>Not Prime</i>	Negativa

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Banese na B3



A estrutura acionária do Banese no 2T2021 correspondia a 89,8% de ações do Governo do Estado de Sergipe e 10,2% de *Free Float*. As ações em circulação são constituídas por 31,3% ON e 68,7% PN.

A composição societária equivale a 15,2 milhões de ações, que consistem em 7,6 milhões de ações ordinárias (BGIP3) e 7,6 milhões de ações preferenciais (BGIP4).

As ações do Banese fazem parte do Índice ITAG da B3, que concentra as ações com diretos diferenciados de *Tag Along*.

Clientes e Canais de Atendimento

A base de clientes do Banese atingiu um total de 833.536 correntistas e poupadores no 1S2021, compreendendo 807.032 clientes PF e 26.504 clientes PJ.

O Banese tem investido na disponibilidade de um maior portfólio de produtos e serviços nos canais digitais, como também na melhora da usabilidade dos meios de atendimento virtual. Em decorrência da pandemia, esse investimento foi intensificado para que os clientes tenham acesso a produtos, serviços e transações de forma segura, sem precisar ir a um ponto de atendimento físico, minimizando o risco de exposição. Com o Atendimento Virtual Banese, o cliente tem uma série de produtos e serviços disponíveis e pode agendar um horário para atendimento presencial, sem filas e com mais segurança.

A utilização dos canais de autoatendimento para a realização de transações tem se tornado prioridade para os clientes Banese, visto que 84,9% do total de transações foram realizadas no autoatendimento no 1S2021, sendo 76,9% apenas nos canais digitais.

Nesse trimestre houve um incremento de 17,5% na quantidade de transações realizadas no Internet e Mobile Banking, quando comparado ao trimestre anterior, e de 37,2% quando comparado por semestre. Destaque para o crescimento do volume transacionado no 1S2021 que aumentou 244,6% em relação ao 1S2020.

Dados de Canais

	2T2021	1T2021		V3M	1S2021	1S2020		V12M
Agências	63	63	►	ND	63	63	►	ND
Postos de Serviços	09	09	►	ND	09	09	►	ND
Terminais ATM	462	461	▲	+1	462	491	▼	-31
Correspondentes no País	206	203	▲	+3	206	197	▲	+4
Transações em Agências, ATM e Correspondentes	8,6 Mi	9,0 Mi	▼	-4,4%	17,6 Mi	18,2 Mi	▼	-3,3%
Volume Transacionado	R\$ 10,4 Bi	R\$ 9,8 Bi	▲	+6,1%	R\$ 20,2 Bi	R\$ 17,7 Bi	▲	+14,1%
Transações online	32,2 Mi	27,4 Mi	▲	+17,5%	59,7 Mi	43,5 Mi	▲	+37,2%
Volume Transacionado	R\$ 8,6 Bi	R\$ 10,7 Bi	▼	-19,6%	R\$ 19,3 Bi	R\$ 5,6 Bi	▲	+244,6%

Considerando o crescente número de transações e volume financeiro movimentado através dos canais digitais, da vasta rede de Correspondentes no País e seguindo o Planejamento Estratégico da Companhia, o Banese vem nos últimos anos readequando a sua rede de atendimento a esta realidade. Dessa forma, o Banco encerrou o 1S2021 com 63 agências, sendo 56 unidades físicas (14 na capital e 42 no interior).

Serviços Financeiros – Banese 2.0

Com o foco de atender as necessidades dos clientes por meio de soluções inovadoras e adoção de novas tecnologias para a oferta de produtos e serviços, o Banese tem realizado a modernização dos serviços bancários e dos meios de pagamentos, através, por exemplo, da disponibilização dos Pagamentos Instantâneos (PIX) e da inclusão de serviços digitais nas opções de recargas de serviços de consumo diários tais como *Games*, *Uber*, *Netflix*, *Spotify*, dentre outros. Também podem ser feitos pagamentos de convênios com cartão de crédito Banese Card no autoatendimento e *Cashback* das compras no débito em parceiros que participarem das campanhas promovidas pela ELO Cartões.

Dentre as iniciativas de modernização que serão implementadas durante esse ano destacam-se o Open Banking (compartilhamento padronizado de dados e serviços pelas instituições reguladas por meio da abertura e da integração de seus sistemas, com o uso de interfaces dedicadas para essa finalidade); o fechamento de uma parceria que permite ampliar a operação de pagamento de contas e recargas, com acesso a todos os tipos de convênios; e um sistema que atenderá as empresas no processo de abertura de contas de novos funcionários.

Investimentos em Capital Humano

O Banese tem investido no desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos colaboradores por meio de diversas iniciativas, com destaque para a Universidade Corporativa Banese, o Programa de Incentivo à Formação Educacional, o Programa de Aprendizagem, Programa de Certificação Continuada, dentre outras ações. O Banco também incentiva a busca pelo autodesenvolvimento, visando ao aumento do desempenho e do engajamento das equipes, bem como promover a inovação e oportunidades de crescimento.

O Programa de Incentivo à Formação Profissional objetiva a elevação da base de conhecimento dos funcionários por meio de oferta de bolsas com custeio de 50% do valor dos cursos de graduação, especialização, língua estrangeira e em plataformas digitais de aprendizagem, em áreas de atuação que dialogam com o planejamento estratégico do Banco. Os cursos de especialização ocupam o maior número de bolsas ativas, seguidos de língua estrangeira.

No 2T2021, foram realizadas campanhas voltadas para a divulgação dos cursos da Universidade Corporativa, o que possibilitou o aumento exponencial dos acessos aos cursos e consequentemente dos certificados emitidos ao longo desse período, com destaque para os cursos com o tema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e de Privacidade de Dados com foco em LGPD. A UCB tem engajado os empregados a assumirem o protagonismo da sua formação corporativa através da construção de trilhas de conhecimento que genuinamente interessem e contribuam para o sucesso do profissional no ambiente corporativo.

Visando incentivar a educação continuada, dispõe ainda de programas que garantem a obtenção de certificações, assim como participação em eventos e treinamentos, que em sua maioria foram realizados em ambientes virtuais de aprendizagem e salas de videoconferências. O processo de capacitação e desenvolvimento oportuniza a ampliação da capacidade de aprendizagem dos empregados, e impacta diretamente na qualidade e eficiência dos processos, na relação com os clientes e na produtividade, potencializando os resultados organizacionais e contribuindo para a sustentabilidade do negócio.

CONGLOMERADO BANESE

O conglomerado econômico do Banese é composto pelo Banese S.A. e pela SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços S.A. (SEAC). Adicionalmente fazem parte do grupo Banese: a Banese Corretora e Administradora de Seguros, o Instituto Banese de Seguridade Social (SERGUS), a Caixa de Assistência dos Empregados do Banese (CASSE) e o Instituto Banese.

SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços S.A.

A SEAC oferta soluções de meios de pagamento e serviços correlatos, com foco no mercado de cartões de crédito, *vouchers* e soluções de adquirência. Com sua bandeira própria, o Banese Card está presente nos estados de Sergipe, Alagoas, Paraíba, tendo ampliado sua atuação para os estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia. Possui uma sede e 04 lojas de apoio, distribuídas estrategicamente em 03 estados brasileiros.

A quantidade de clientes aptos a comprar apresentou crescimento de 6,0% em relação ao final do 1S2020, alcançando um total de 621,7 mil clientes no 1S2021. O volume transacionado pelos produtos geridos pela SEAC e outras bandeiras, incluindo na sua própria credenciadora TKS, finalizou o 1S2021 com um total de R\$ 1,7 bilhão, uma elevação de 79,8% quando comparado com o volume alcançado no 1S2020. Apenas no 2T2021 o volume alcançou R\$ 879,2 milhões, 53% a mais que no mesmo trimestre de 2020.

No cartão de crédito Banese Card (com 68,0% de participação) o volume financeiro foi de R\$ 1,1 bilhão no semestre, um aumento de 35,7% em relação ao 1S2020. No 2T2021 o crescimento foi de 47,8% na comparação com o mesmo período do ano anterior, com um volume de R\$ 599,7 milhões. Já o volume financeiro gerado por Outras Bandeiras, com 24,3% de participação, alcançou um total de R\$ 411,4 milhões no semestre. Tal desempenho é fruto das parcerias com as grandes redes varejistas, as ações extensivas de credenciamentos, ampliação de limites rotativos e maior aceitação, inclusive no *e-commerce*, proporcionada pelo cooembadeiramento dos cartões através da parceria com a bandeira Elo.

No 2T2021 a SEAC priorizou os esforços na criação de novos produtos, realizou novas parcerias, remodelou os atuais, tornando-os mais atrativos, promoveu melhoria nos canais de atendimento e manteve-se aderente às tendências do mercado de meios de pagamento. Foi realizada a parceria de *affinity* com o time de futebol Confiança, com o lançamento de cartões personalizados, oferecendo ao torcedor uma série de benefícios exclusivos. O cliente Banese Card também poderá utilizar o cartão de crédito para pagar convênios e tributos nos caixas eletrônicos do Banese, e com a plataforma Elo Flex terá controle sobre os benefícios do cartão e poderá escolher os que combinam com seu perfil.

Banese Corretora de Seguros

Com o objetivo de aprimorar o atendimento aos clientes, a Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda. tem consolidado sua parceria com as principais seguradoras do Brasil, buscando o aumento do portfólio de produtos a ser ofertado ao público.

No 2T2021, a Corretora apresentou um volume de R\$ 26,1 milhões em seguros contratados, um incremento de 12,1% comparado ao mesmo período do ano anterior. No semestre, o volume de seguros contratados alcançou um total de R\$ 51,7 milhões.

No que tange à receita auferida no 2T2021, houve uma retração de 2,8% em comparação com o 2T2020. No semestre a retração foi de 9,8% em relação ao mesmo semestre do ano anterior. Tal fato foi ocasionado pela alteração do comissionamento do produto de maior relevância financeira (seguro prestamista), com pagamento do valor remanescente sob a forma de *profit share* trimestral.

Instituto Banese e Museu da Gente Sergipana

Na busca de ser reconhecido como fonte de conhecimento, inspiração e cultivo de expressões artísticas e culturais, o Instituto Banese desenvolve ações de responsabilidade socioambiental em sintonia com políticas públicas, com foco em promover o resgate, preservação e difusão da cultura sergipana. O Instituto Banese beneficiou um total 33.002 pessoas no 1S2021, ligadas aos projetos estratégicos das 12 entidades apoiadas, a apoios e patrocínios, além das pessoas beneficiadas indiretamente, o que totalizou um investimento na ordem de R\$ 109,5 mil.

O Museu da Gente Sergipana Governador Marcelo Déda, cerne da missão do Instituto Banese, é o projeto máster da instituição, idealizado para reforçar o papel social do Banese como grande incentivador e mecenas das diversas linguagens da cultura sergipana. Com a plataforma de visita virtual ao Museu, lançada em 2020, o visitante consegue descobrir, conhecer, pesquisar e revisitar o conteúdo histórico e cultural representado pelas tradições, costumes, patrimônio arquitetônico, biodiversidade, gastronomia, aspectos econômicos e manifestações culturais em um passeio em 360° por todas as instalações do museu.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

ATIVO	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	30.06.2021	31.12.2020 Reapresentado	30.06.2021	31.12.2020 Reapresentado
CIRCULANTE	3.650.941	3.514.992	4.107.197	3.935.459
DISPONIBILIDADE (NOTA 4)	75.587	80.155	75.870	80.485
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	3.618.079	3.486.915	4.106.420	3.940.388
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 5)	1.176.422	1.416.741	1.176.422	1.416.741
Aplicações no mercado aberto	273.688	647.004	273.688	647.004
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	902.734	769.737	902.734	769.737
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 6)	870.371	709.365	971.059	819.728
Carteira Própria	817.477	700.923	918.165	811.286
Vinculados a Compromissos de Recompra	11.284	7.821	11.284	7.821
Vinculados à Prestação de Garantias	627	621	627	621
Vinculados ao Banco Central	40.983	-	40.983	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 7)	428.068	365.513	488.189	394.853
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	11.746	124	71.867	29.464
Créditos Vinculados:	405.511	365.349	405.511	365.349
- Depósitos no Banco Central	405.511	365.098	405.511	365.098
- Convênios	-	251	-	251
Correspondentes	10.811	40	10.811	40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 8)	833.374	696.524	833.374	696.524
Operações de Crédito:	833.374	696.524	833.374	696.524
- Setor Privado	833.374	696.524	833.374	696.524
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 9)	309.844	298.772	637.376	612.542
Rendas a Receber	1.362	3.375	12.564	13.813
Diversos	308.482	295.397	625.131	599.274
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Característica de Concessão de Crédito ..	-	-	(319)	(545)
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (NOTA 8 f)	(46.170)	(53.948)	(80.222)	(88.413)
Provisão para Perdas de Operações de Crédito	(44.639)	(52.431)	(44.639)	(52.431)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.531)	(1.517)	(1.531)	(1.517)
Provisão para Valores a receber relativos a transações de pagamento	-	-	(34.052)	(34.465)
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 10)	3.445	1.870	5.129	2.999
Outros Valores e Bens	1.051	1.007	2.379	1.422
Despesas Antecipadas	2.394	863	2.750	1.577
NÃO CIRCULANTE	3.599.872	3.310.244	3.596.394	3.304.083
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.419.094	3.132.989	3.491.945	3.202.702
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	3.229.478	2.927.658	3.264.551	2.962.251
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 5)	386.762	327.243	386.762	327.243
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	386.762	327.243	386.762	327.243
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 6)	643.169	536.912	643.169	536.912
Carteira Própria	643.169	536.912	643.169	536.912
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 7)	61.968	59.768	61.968	59.768
Créditos Vinculados:	61.968	59.768	61.968	59.768
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação	61.968	59.768	61.968	59.768
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 8)	1.990.096	1.846.558	1.990.096	1.846.558
Operações de Crédito:	1.990.096	1.846.558	1.990.096	1.846.558
- Setor Privado	1.990.096	1.846.558	1.990.096	1.846.558
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 9)	147.483	157.177	182.556	191.770
Rendas a Receber	-	-	22	29
Diversos	154.522	164.216	189.573	198.780
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Característica de Concessão de Crédito	(7.039)	(7.039)	(7.039)	(7.039)
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (NOTA 8 f)	(54.261)	(48.761)	(54.261)	(48.761)
Provisão para Perdas de Operações de Crédito	(54.261)	(48.761)	(54.261)	(48.761)
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	163.683	181.796	201.461	216.916
Créditos Tributários sobre diferenças temporárias (Nota 22)	146.494	167.370	166.911	187.614
Créditos Tributários sobre base fiscal negativa (Nota 22)	-	-	2.380	4.833
Créditos Tributários sobre impostos e contribuições a compensar (Nota 9.2)	17.189	14.426	32.170	24.469
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 10)	80.194	72.296	80.194	72.296
Outros Valores e Bens	78.299	73.957	78.299	73.957
Provisões para Desvalorizações	(4.967)	(4.977)	(4.967)	(4.977)
Despesas Antecipadas	6.862	3.316	6.862	3.316
INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO DE COLIGADAS E CONTROLADAS (NOTA 11)	118.996	116.247	-	-
Participação em Coligadas e Controladas	118.996	116.247	-	-
OUTROS INVESTIMENTOS (NOTA 11)	6	6	6	6
Outros Investimentos	454	454	454	454
Provisões para Perdas	(448)	(448)	(448)	(448)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 12)	180.747	175.323	245.944	236.273
Imóveis de Uso	56.203	56.203	74.221	74.193
Outras Imobilizações de Uso	124.544	119.120	171.723	162.080
INTANGÍVEL (NOTA 13)	71.631	68.849	77.505	74.321
Ativos Intangíveis	71.631	68.849	77.505	74.321
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(190.602)	(183.170)	(219.006)	(209.219)
Depreciações Acumuladas - Imobilizado de Uso (NOTA 12)	(132.800)	(127.579)	(157.549)	(150.179)
Amortização Acumulada - Ativos Intangíveis (NOTA 13)	(57.802)	(55.591)	(61.457)	(59.040)
T O T A L	7.250.813	6.825.236	7.703.591	7.239.542

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

PASSIVO	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	30.06.2021	31.12.2020 Reapresentado	30.06.2021	31.12.2020 Reapresentado
CIRCULANTE	4.828.089	4.601.458	5.223.930	5.090.172
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	4.652.810	4.379.809	4.584.597	4.373.682
DEPÓSITOS (NOTA 14)	4.525.730	4.288.973	4.455.593	4.280.166
Depósitos à Vista	1.069.109	1.046.963	1.066.543	1.036.185
Depósitos de Poupança	1.902.120	1.879.392	1.902.120	1.879.392
Depósitos Interfinanceiros	147.423	139.906	147.423	139.906
Depósitos a Prazo	1.406.572	1.222.472	1.336.108	1.222.472
Depósitos Outros	506	240	3.399	2.211
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	51.556	2.159	53.480	4.839
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	51.556	2.159	53.480	4.839
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (NOTA 14)	29.010	43.873	29.010	43.873
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	29.010	43.873	29.010	43.873
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (NOTA 14)	46.514	44.804	46.514	44.804
BNDES	2.849	1.276	2.849	1.276
FINAME	457	438	457	438
Outras Instituições	43.208	43.090	43.208	43.090
OUTROS PASSIVOS (NOTA 15)	175.279	221.649	639.333	716.490
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	20.476	498	20.767	660
Sociais e Estatutárias	5.227	13.369	5.227	16.547
Fiscais e Previdenciárias	16.537	31.588	25.495	34.842
Recursos em Trânsito de Terceiros	835	262	835	262
Diversas	132.204	175.932	587.009	664.179
NÃO CIRCULANTE	1.887.582	1.738.650	1.897.505	1.618.314
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	1.602.498	1.462.013	1.594.428	1.324.435
DEPÓSITOS (NOTA 14)	1.462.195	1.329.854	1.462.195	1.192.276
Depósitos a Prazo	1.462.195	1.329.854	1.462.195	1.192.276
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (NOTA 14)	11.268	7.814	3.198	7.814
Carteira Própria	11.268	7.814	3.198	7.814
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (NOTA 14)	34.223	38.700	34.223	38.700
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	34.223	38.700	34.223	38.700
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (NOTA 14)	94.812	85.645	94.812	85.645
BNDES	9.587	11.212	9.587	11.212
FINAME	706	801	706	801
Outras Instituições	84.519	73.632	84.519	73.632
OUTROS PASSIVOS (NOTA 15)	116.573	108.463	117.359	109.410
Dívidas Subordinadas	116.529	108.414	116.529	108.414
Diversas	44	49	830	996
PROVISÕES	158.375	157.823	175.582	174.118
Provisão para contingências (NOTA 16b)	158.375	157.823	175.582	174.118
RECEITAS DIFERIDAS (NOTA 17)	10.136	10.351	10.136	10.351
Resultados de Exercícios Futuros	10.136	10.351	10.136	10.351
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 19)	535.142	485.128	582.156	531.056
Capital Social - De Domiciliados no País	426.000	348.000	426.000	348.000
Aumento de Capital	-	78.000	-	78.000
Reservas de Lucros	69.844	67.305	69.844	67.305
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(3.956)	(8.177)	(3.956)	(8.177)
Lucros/Prejuízos Acumulados	43.254	-	43.254	-
Participação de Não Controladores (NOTA 18)	-	-	47.014	45.928
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.250.813	6.825.236	7.703.591	7.239.542

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	30.06.2021	30.06.2020 Reapresentado	30.06.2021	30.06.2020 Reapresentado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	314.616	311.243	323.059	321.937
Operações de Crédito (NOTA 8 h.)	270.130	268.902	269.328	267.530
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (NOTA 6 b.).....	38.886	37.168	48.131	49.234
Resultado das Aplicações Compulsórias (NOTA 7 b.).....	5.600	5.173	5.600	5.173
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(91.168)	(113.712)	(108.363)	(133.085)
Operações de Captações no Mercado (NOTA 14 d)	(65.282)	(70.411)	(63.827)	(69.453)
Operações de Empréstimos e Repasses (NOTA 14 d).....	(4.777)	(3.197)	(4.777)	(3.197)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito (NOTA 8 f)	(21.109)	(40.104)	(21.109)	(40.104)
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito (NOTA 8 f).....	-	-	(18.650)	(20.331)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	223.448	197.531	214.696	188.852
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(122.637)	(141.018)	(101.423)	(118.234)
Receitas de Prestação de Serviços (NOTA 20 a)	28.147	28.957	73.767	63.149
Receitas de Tarifas Bancárias (NOTA 20 b)	33.878	37.662	33.878	37.662
Despesas de Pessoal (NOTA 20 c)	(84.635)	(90.987)	(102.252)	(105.934)
Outras Despesas Administrativas (NOTA 20 d).....	(95.683)	(86.000)	(127.299)	(113.182)
Despesas Tributárias (NOTA 20 e).....	(17.915)	(18.149)	(29.726)	(28.204)
Resultado de Participações em Coligadas e Controlada (NOTA 11)	7.570	5.240	-	-
Outras Receitas Operacionais (NOTA 20 f).....	27.421	5.554	82.477	56.438
Outras Despesas Operacionais (NOTA 20 g).....	(21.420)	(23.295)	(32.268)	(28.163)
DESPESAS PROVISÕES	(15.884)	(8.711)	(17.453)	(10.061)
Despesa com Provisões Judiciais (NOTA 20 h).....	(15.884)	(8.711)	(17.453)	(10.061)
RESULTADO OPERACIONAL	84.927	47.802	95.820	60.557
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	84.927	47.802	95.820	60.557
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(26.452)	(18.120)	(34.354)	(25.582)
Despesa com Imposto de Renda (NOTA 22)	(9.289)	(17.708)	(12.767)	(21.076)
Despesa com Contribuição Social (NOTA 22)	(7.581)	(13.449)	(9.726)	(15.548)
IR e CSLL Diferidos	(9.582)	13.037	(11.861)	11.042
PARTICIPAÇÕES DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO	(7.682)	(4.295)	(7.682)	(4.295)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	50.793	25.387	53.784	30.680
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES (NOTA 18)	-	-	(2.991)	(5.293)
LUCRO LÍQUIDO	50.793	25.387	50.793	25.387
Lucro líquido por Ação Ordinária do Capital Social (em R\$)	3,16	1,58		
Lucro líquido por Ação Preferencial do Capital Social (em R\$)	3,48	1,74		

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	30.06.2021	30.06.2020 Reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	50.793	25.387
Itens que serão reclassificados para o resultado	-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado - Passivo Atuarial	4.221	32.296
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	55.014	57.683

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	30.06.2021	30.06.2020 Reapresentado	30.06.2021	30.06.2020 Reapresentado
APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receita da intermediação financeira	314.616	311.243	323.059	321.937
Despesa da intermediação financeira	(91.168)	(113.712)	(108.363)	(133.085)
Outras receitas/ despesas operacionais/ despesas provisões	(9.883)	(26.452)	32.756	18.214
Receita da prestação de serviços	62.025	66.619	107.645	100.811
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(86.388)	(72.735)	(113.898)	(96.006)
Valor Adicionado Bruto	189.202	164.963	241.199	211.871
Retenções	(7.429)	(8.223)	(9.570)	(10.052)
Amortização	(2.210)	(2.382)	(2.398)	(2.506)
Depreciação	(5.219)	(5.841)	(7.172)	(7.546)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	181.773	156.740	231.629	201.819
Valor Adicionado Recebido em Transferência	7.570	5.240	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.570	5.240	-	-
Valor Adicionado a Distribuir	189.343	161.980	231.629	201.819
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Governo	44.367	36.269	64.080	53.786
Despesas Tributárias	27.497	7.428	41.587	19.478
Imposto de renda e contribuição social	16.870	28.841	22.493	34.308
Empregados	92.317	95.282	109.934	110.229
Salários e honorários	52.239	55.075	63.127	64.119
Encargos sociais	19.252	21.669	22.742	24.736
Previdência privada	2.499	2.438	2.499	2.438
Benefícios e treinamentos	10.645	11.805	13.884	14.641
Participação nos resultados	7.682	4.295	7.682	4.295
Aluguéis	1.866	2.052	2.027	2.319
Taxas e Contribuições	-	2.990	1.804	4.805
Participação não Controladores	-	-	2.991	5.293
(Prejuízo)/Lucro Retido	50.793	25.387	50.793	25.387
Valor Adicionado Distribuído	189.343	161.980	231.629	201.819

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM REAIS MIL

EVENTOS	CAPITAL REALIZA- DO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTE DE AVA- LIAÇÃO PATRIMO- NIAL Reapre- sentado	LUCROS (PREJUI- ZOS) ACUMU- LADOS Reapre- sentado	TOTAL BANESE MÚLTIPLO	PARTICI- PAÇÃO DE NÃO CONTRO- LADORES	TOTAL BANESE CONSO- LIDADO
	CAPITAL SOCIAL		LEGAL	ESTATU- TÁRIA	ESPECIAL					
SALDOS EM 31.12.2019	348.000	-	35.737	86.848	2.742	(39.470)	-	433.857	39.411	473.268
Ajustes de Retificação de Erro em 01.01.2020	-	-	-	(14.226)	-	14.226	-	-	-	-
SALDOS EM 31.12.2019 Reapresentado	348.000	-	35.737	72.622	2.742	(25.244)	-	433.857	39.411	473.268
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	25.387	25.387	-	25.387
- Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	5.293	5.293
- Ganhos/(Perdas) Atuariais.....	-	-	-	-	-	32.296	-	32.296	-	32.296
- Pagamento de dividendos a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.712)	(1.712)
DESTINAÇÕES:										
- Reservas	-		1.277	-	-	-	(1.277)	-	-	-
SALDOS EM 30.06.2020	348.000	-	37.014	72.622	2.742	7.052	24.110	491.540	42.992	534.532
MUTAÇÕES DO PERÍODO.....	-	-	1.277	-	-	32.296	24.110	57.683	3.581	61.264
SALDOS EM 31.12.2020 Reapresentado	348.000	78.000	38.455	28.850	-	(8.177)	-	485.128	45.928	531.056
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....	-	-	-	-	-	-	50.793	50.793	-	50.793
- Aumento de Capital	78.000	(78.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
- Ganhos/(Perdas) Atuariais.....	-	-	-	-	-	4.221	-	4.221	-	4.221
- Variação na Participação de Não Controladores....	-	-	-	-	-	-	-	-	1.086	1.086
- Juros sobre Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	(5.000)	(5.000)	-	(5.000)
- Ajuste de Exercícios Anteriores.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESTINAÇÕES:										
- Reservas	-		2.539	-	-	-	(2.539)	-	-	-
SALDOS EM 30.06.2021	426.000	-	40.994	28.850	-	(3.956)	43.254	535.142	47.014	582.156
MUTAÇÕES DO PERÍODO.....	78.000	(78.000)	2.539	-	-	4.221	43.254	50.014	1.086	51.100

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	30.06.2021	30.06.2020 Reapresentado	30.06.2021	30.06.2020 Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido Ajustado	90.873	107.249	124.468	139.440
Lucro Líquido	50.793	25.387	50.793	25.387
Ajuste ao Lucro Líquido	40.080	81.862	73.675	114.053
Ajuste de Equivalência Patrimonial - Exercício Anterior	(2.680)	-	(2.680)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	21.109	40.104	21.109	40.104
Provisão/(Reversão) para Créditos Vinculados-FCVS	1.778	254	1.778	254
Depreciações e Amortizações	7.429	8.223	9.786	10.234
Crédito de Pis e Cofins sobre Depreciações na coligada	-	-	(216)	(182)
Ajuste de Provisões Passivas	15.884	8.711	17.453	10.061
Outras Provisões Operacionais	2.432	5.052	4.738	6.775
Despesa com prêmio de fidelização	240	5.101	464	5.421
TVM Ajuste ao Valor de Mercado	660	417	660	417
Ativo Fiscal Diferido	9.582	(10.721)	11.861	(8.726)
Perda de Capital	1.249	578	1.711	1.318
Reversão de Outras Provisões Operacionais	(9.461)	(557)	(10.164)	(1.509)
Atualização Monetária	(4.367)	(2.162)	(4.367)	(2.162)
Outras Receitas Operacionais	(426)	(194)	(1.329)	(579)
Resultado de Participação em controladas	(7.570)	(5.240)	-	-
Ganhos/(Perdas) Outros Resultados Abrangentes	4.221	32.296	4.221	32.296
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito	-	-	18.650	20.331
Variação de Ativos e Obrigações	(451.830)	386.103	(477.302)	356.940
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(192.516)	(113.705)	(192.516)	(113.705)
(Aumento) Redução em T.V.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos	(267.923)	(16.961)	(258.248)	31.972
(Aumento) Redução em Rel. Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(17.136)	(30.228)	(48.673)	(31.790)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(280.388)	(17.738)	(280.388)	(17.738)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(9.473)	(3.126)	(10.028)	(3.043)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	2.045	60.540	(13.332)	78.886
Aumento (Redução) em Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(23.387)	(23.940)	(42.450)	(44.867)
(Aumento) Redução em Créditos Tributários	18.113	6.302	15.455	5.290
Aumento (Redução) em Depósitos	369.098	571.409	445.346	564.170
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	3.454	4.083	(4.616)	4.083
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	10.877	3.218	10.877	3.218
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	(215)	(388)	(215)	(388)
Aumento (Redução) em Outros Passivos	(49.047)	(50.340)	(82.525)	(115.215)
Aumento (Redução) em Provisões	(15.332)	(3.023)	(15.989)	(3.933)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(360.957)	493.352	(352.834)	496.380
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de Imobilizado de Uso	(5.415)	(4.399)	(9.597)	(9.098)
Crédito Tributário sobre Aquisição de Imobilizado de Uso	-	-	197	-
Baixa de Imobilizado de Uso	-	-	4	173
Aplicações no Intangível	(2.781)	(1.723)	(3.185)	(2.054)
Transferência para Bens não de uso	(7)	-	(76)	-
Crédito Tributário sobre aplicação no intangível	-	-	19	-
Ajuste de Equivalência Patrimonial - Exercício Anterior	2.680	-	-	-
Dividendo recebido de controlada	4.821	1.695	-	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(702)	(4.427)	(12.638)	(10.979)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Participação de não controladores	-	-	3.766	5.293
Pagamento de dividendos a não controladores	-	-	-	(1.712)
Juros Sobre o Capital Próprio	(5.000)	-	(5.000)	-
Aumento (Redução) em Recursos de Letras Imobiliárias	(19.340)	(17.175)	(19.340)	(17.175)
Dívidas Subordinadas	8.115	4.198	8.115	4.198
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(16.225)	(12.977)	(12.459)	(9.396)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(377.884)	475.948	(377.931)	476.005
Caixa e equivalente de caixa no início do período	727.159	613.246	727.489	613.613
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	349.275	1.089.194	349.558	1.089.618

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS MÚLTIPLOS E CONSOLIDADAS

SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 30 DE JUNHO DE 2020 E
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado de Sergipe S.A. - Banese, ("Instituição" ou "Banco") é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pelo Governo do Estado de Sergipe, com sede na Rua Olímpio de Souza Campos Júnior, 31 – Aracaju/SE. Opera na forma de banco múltiplo e disponibiliza produtos e serviços bancários, por meio das carteiras de crédito comercial, desenvolvimento e imobiliário, além de contar com 63 agências no Estado de Sergipe.

Como fonte de financiamento de suas operações, o Banese utiliza-se, além dos recursos dos acionistas (Patrimônio Líquido), de recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais.

O Banese atua como banco oficial do Governo do Estado de Sergipe na administração dos recursos do Estado, assim como na prestação de serviços referentes às folhas de pagamento da administração direta e indireta.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no que for aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência ao padrão contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a instituição, na elaboração das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN:

- » CPC 00(R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – Resolução CMN nº 4.144/2012;
- » CPC 01(R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008;
- » CPC 02(R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras – Resolução CMN nº 4.524/2016;
- » CPC 03(R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008, revogada pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- » CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016;
- » CPC 05(R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 4.636/2018, revogada pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- » CPC 10(R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/2011;
- » CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/2011;
- » CPC 24 - Eventos subsequentes - Resolução CMN nº 3.973/2011, revogada pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- » CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009;
- » CPC 27 – Ativo Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/2016;
- » CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.424/2015, revogada Resolução CMN nº 4.877/2020;
- » CPC 41 – Resultado por Ação - Resolução CMN nº 4.818/2020; e
- » CPC 46 – Mensuração do Valor Justo - Resolução CMN nº 4.748/2019.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outras provisões, crédito tributário e passivo atuarial. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

2.1 Principais práticas adotadas na consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na legislação em vigor, abrangendo as demonstrações financeiras do Banese - Banco do Estado de Sergipe S.A. e de sua controlada SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços S.A., conforme Resolução CMN nº 2.723/2000.

A Resolução BCB nº 02 e a Resolução CMN nº 4.818/2020 dispõem sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais alterações implementadas foram: os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente e a divulgação dos resultados não recorrentes. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido, incluindo a Demonstração de Resultado Abrangente. As presentes demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as referidas normas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- » Das participações no capital, reservas e resultados acumulados;
- » Dos saldos de contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- » Dos efeitos decorrentes das transações realizadas entre essas instituições.

O Conselho de Administração do Banese autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 13 de agosto de 2021, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para melhor entendimento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, segue de forma resumida o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Banese	SEAC	Eliminações	Banese Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2021	30.06.2021	30.06.2021	31.12.2020
					Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE	3.650.941	598.575	(142.319)	4.107.197	3.935.459
Disponibilidade	75.587	2.849	(2.566)	75.870	80.485
Instrumentos Financeiros	3.618.079	628.094	(139.753)	4.106.420	3.940.388
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.176.422	8.070	(8.070)	1.176.422	1.416.741
Títulos e valores mobiliários	870.371	171.152	(70.464)	971.059	819.728
Relações interfinanceiras	428.068	60.121	-	488.189	394.853
Operações de crédito	833.374	-	-	833.374	696.524
Outros créditos	309.844	388.751	(61.219)	637.376	612.542
Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	(46.170)	(34.052)	-	(80.222)	(88.413)
Outros valores e bens	3.445	1.684	-	5.129	2.999
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.599.872	115.518	(118.996)	3.596.394	3.304.083
Realizável a longo prazo	3.419.094	72.851	-	3.491.945	3.202.702
Instrumentos Financeiros	3.229.478	35.073	-	3.264.551	2.962.251
Aplicações interfinanceiras de liquidez	386.762	-	-	386.762	327.243
Títulos e valores mobiliários	643.169	-	-	643.169	536.912
Relações interfinanceiras	61.968	-	-	61.968	59.768
Operações de crédito	1.990.096	-	-	1.990.096	1.846.558
Outros créditos	147.483	35.073	-	182.556	191.770
Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	(54.261)	-	-	(54.261)	(48.761)
Créditos Tributários	163.683	37.778	-	201.461	216.916
Outros valores e bens	80.194	-	-	80.194	72.296
Investimentos em Participação de Coligadas e Controladas	118.996	-	(118.996)	-	-
Outros Investimentos	6	-	-	6	6
Imobilizado de Uso	180.747	65.197	-	245.944	236.273
Intangível	71.631	5.874	-	77.505	74.321
Depreciações e Amortizações	(190.602)	(28.404)	-	(219.006)	(209.219)
Total do ativo	7.250.813	714.093	(261.315)	7.703.591	7.239.542



Relatório de Resultados 2T2021 Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE

PASSIVO CIRCULANTE	4.828.089	530.090	(134.249)	5.223.930	5.090.172
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	4.652.810	66.036	(134.249)	4.584.597	4.373.682
Depósitos	4.525.730	2.893	(73.030)	4.455.593	4.280.166
Relações interfinanceiras	51.556	63.143	(61.219)	53.480	4.839
Recursos de aceites e emissão de títulos	29.010	-	-	29.010	43.873
Obrigações por empréstimos e repasses	46.514	-	-	46.514	44.804
Outros Passivos	175.279	464.054	-	639.333	716.490
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.887.582	17.993	(8.070)	1.897.505	1.618.314
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	1.602.498	-	(8.070)	1.594.428	1.324.435
Depósitos	1.462.195	-	-	1.462.195	1.192.276
Captações no mercado aberto	11.268	-	(8.070)	3.198	7.814
Recursos de aceites e emissão de títulos	34.223	-	-	34.223	38.700
Obrigações por empréstimos e repasses	94.812	-	-	94.812	85.645
Outros Passivos	116.573	786	-	117.359	109.410
Provisões	158.375	17.207	-	175.582	174.118
Receitas Diferidas	10.136	-	-	10.136	10.351
Patrimônio líquido	535.142	166.010	(118.996)	582.156	531.056
Capital Social	426.000	133.828	(133.828)	426.000	348.000
Aumento de Capital	-	-	-	-	78.000
Reserva de Capital	-	10.000	(10.000)	-	-
Reserva de Lucro	69.844	11.622	(11.622)	69.844	67.305
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(3.956)	-	-	(3.956)	(8.177)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	43.254	10.560	(10.560)	43.254	-
Participação de Não Controladores	-	-	47.014	47.014	45.928
Total do passivo e patrimônio líquido	7.250.813	714.093	(261.315)	7.703.591	7.239.542

Segue de forma resumida a demonstração do resultado consolidada em 30 de junho de 2021 e 2020:

	Banese	SEAC	Eliminações	Banese Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2021	30.06.2021	30.06.2021	30.06.2020
					Reapresentado
Receitas de intermediação financeira	314.616	10.700	(2.257)	323.059	321.937
Despesas de intermediação financeira	(91.168)	(18.650)	1.455	(108.363)	(133.085)
Resultado bruto da intermediação financeira	223.448	(7.950)	(802)	214.696	188.852
Outras receitas/despesas operacionais	(122.637)	27.981	(6.767)	(101.423)	(118.234)
Despesas de provisões	(15.884)	(1.569)	-	(17.453)	(10.061)
Resultado operacional	84.927	18.462	(7.569)	95.820	60.557
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação	84.927	18.462	(7.569)	95.820	60.557
Imposto de renda e contribuição social	(26.452)	(7.902)	-	(34.354)	(25.582)
Participações estatutárias no lucro	(7.682)	-	-	(7.682)	(4.295)
Lucro líquido antes da participação de não controladores	50.793	10.560	(7.569)	53.784	30.680
Participação de não controladores	-	-	(2.991)	(2.991)	(5.293)
Lucro líquido	50.793	10.560	(10.560)	50.793	25.387

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banese e sua controlada.

b. Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando o critério pro rata die. As operações de natureza financeira são atualizadas pelo método exponencial, com exceção daquelas relativas a títulos descontados, as quais são atualizadas pelo método linear. As rendas das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito. As rendas a partir do 60º dia de atraso são reconhecidas no resultado quando de seu efetivo recebimento.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução – CMN nº 4.818/2020, revogada pela Resolução – CMN nº 4.720/2019 e CPC 03(R2), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas das rendas auferidas e ajustadas por provisão para desvalorização, quando aplicável. Representam os recursos aplicados no mercado interbancário.

e. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração. Os títulos e valores mobiliários possuem as seguintes classificações e formas de valorização:

- » **Títulos para negociação** - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, tendo o ajuste a valor de mercado como contrapartida o resultado do período. São classificados no ativo circulante, independentemente da data do seu vencimento;
- » **Títulos Disponíveis para Venda** - são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido;
- » **Títulos mantidos até o vencimento** - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira do Banese para sua manutenção em carteira até o vencimento, conforme estudo realizado internamente, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

O Banese não possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”.

f. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/2002 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (hedge).

O Banese não opera com instrumentos financeiros derivativos, e os fundos exclusivos não possuem posição ativa em sua carteira nessa categoria de ativos na data base.

g. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são atualizados ao seu valor justo mediante cotação junto a instituições participantes do Mercado Financeiro em condições semelhantes às da posição detida na data-base. Na impossibilidade ou inexistência de cotações para os ativos em carteira, observam-se a curva de rentabilidade ou a precificação com desconto em fluxo de caixa com as condições negociais estabelecidas.

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível I – São os instrumentos financeiros cujo valor justo é realizado mediante cotação junto a instituições participantes do Mercado Financeiro;

Nível II – São os instrumentos financeiros cujo valor justo é realizado através de outras metodologias não contempladas no nível I; observa-se a curva de rentabilidade ou a precificação com desconto em fluxo de caixa com as condições negociais estabelecidas;

Nível III - São instrumentos financeiros cujo valor justo é mensurado utilizando dados não observáveis no mercado. O Banese não possui instrumentos financeiros neste nível em 30.06.2021.

h. Relações interfinanceiras

Os créditos junto ao Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, estão registrados pelo seu valor nominal atualizados pelos rendimentos até a data base e ajustados por provisão para perdas por negativa de cobertura total ou parcial dos créditos por parte do FCVS.

O Banco constituiu provisão de 100% para os contratos negados e 50% para os contratos em validação e para os contratos decorrentes do processo de indício de multiplicidade. Na avaliação da Administração, a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

i. Operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito

As operações de crédito, bem como as respectivas provisões constituídas são registradas no ativo circulante ou não circulante obedecendo aos prazos contratuais.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada e registrada observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina:

- » A classificação das operações de crédito em nove níveis de risco AA (risco mínimo) até H (risco máximo), que levam em consideração o valor das operações, as garantias existentes, as características dos clientes, o nível de atraso das operações, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, entre outros fatores;
- » As operações de crédito em atraso classificadas em “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas a prejuízo e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial;
- » As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco;
- » Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I do artigo 4º (prazo dobrado);
- » Com base no artigo 5º, a Instituição adota critério interno de classificação e constituição de provisão para as operações com pessoas físicas da carteira comercial, com responsabilidade total do devedor inferior a R\$ 50, considerando informações pessoais, financeiras, históricas e externas dos clientes.

Nas operações de crédito rural, industrial e financiamento habitacional com essas características, a classificação individual é feita de acordo com seu respectivo nível de risco (AA - H), conforme a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Administração revisa periodicamente os riscos e as estimativas de perda em relação à carteira de créditos, conforme previsto na Resolução CMN nº 2.682/1999. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada levando-se em consideração a classificação das operações de crédito em seus respectivos níveis de risco.

j. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica do Cosif "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

O Banco está sujeito ao regime de tributação do lucro real e procede ao pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social pela estimativa com base em balancete de suspensão / redução. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 no período. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada considerando a alíquota de 20%.

O Governo Federal editou em 01 de março de 2021, a Medida Provisória nº 1.034, convertida na Lei nº 14.183 de 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da CSLL do setor financeiro de 20% para 25% do lucro tributável, entre 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, retornando para 20% a partir de 01 de janeiro de 2022.

Por conta dessa alteração na alíquota da CSLL, em junho de 2021, foi constituído crédito tributário na ordem de R\$ 493 mil.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

k. Outros valores e bens

Os bens imóveis não de uso próprio, são registrados pelo custo de aquisição, apurado entre o valor contábil da dívida e o valor de mercado do bem, o que for menor e, quando aplicável, ajustado por provisão para perdas.

As despesas antecipadas registram os valores decorrentes de pagamentos antecipados ou de acordos de cooperação, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo amortizadas conforme a duração contratual, associada à expectativa de geração dos resultados futuros desses acordos.

l. Investimentos, Imobilizado de Uso e Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, considerando os seguintes aspectos:

- » Avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, tomando por base as informações mensais individuais levantadas, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas;
- » Depreciação do Imobilizado de uso calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens considerando as seguintes taxas anuais:

Edificações	4%
Equipamentos de uso	10%
Sistemas de processamento de dados	20%
Outros	10% a 20%

- » Ativos Intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Esse grupo está representado por aquisições de licença de software, que são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. A amortização é calculada pelo método linear durante as suas vidas úteis estimadas, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.



m. Redução do valor recuperável de ativos financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

n. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país - instituições oficiais

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e incluem, quando aplicável, os encargos até a data base, reconhecidos de forma *pro rata die*.

o. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Para os processos judiciais em que o Banese e sua controlada figuram como réus, os assessores jurídicos classificam as ações em perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável e para os casos em que se discute a constitucionalidade da Lei, de acordo com a estimativa do valor da perda.

As provisões para perdas prováveis nos processos judiciais são constituídas considerando-se a opinião dos assessores jurídicos do Banese e sua controlada, a natureza das ações, sua complexidade, o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhantes, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Deliberação CVM nº 594/2009.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Para os ativos reconhecidos em períodos anteriores, que estão em fase de cálculo pericial, e gerem expectativa de ganho de valor inferior aos reconhecidos, foram constituídas provisões.

As obrigações legais são integralmente provisionadas qualquer que seja a probabilidade de perda da ação judicial.

p. Dívidas subordinadas

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas diariamente pela taxa de emissão da operação.

q. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

r. Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações e considerando os benefícios conferidos aos seus titulares.

s. Benefício a empregados

O Banese mantém dois planos previdenciários administrados pelo Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes e seus beneficiários, benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social: (a) O Plano de Benefícios SERGUS Saldado (PBSS), na modalidade Benefício Definido, que em Novembro/2018, teve seu processo de saldamento universal, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em que houve o fechamento do Plano para novas adesões e a suspensão da cobrança das contribuições normais. Conforme o regulamento do plano, os benefícios ofertados aos participantes e beneficiários do plano são: (i) suplementação de aposentadoria por invalidez, (ii) suplementação de aposentadoria por idade, (iii) suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, (iv) suplementação de pensão, (v) pecúlio por morte e (vi) suplementação de abono anual; (b) O Plano SERGUS CD, na modalidade de Contribuição Definida, onde o participante é quem define o valor de sua contribuição, e o benefício é estabelecido de acordo com o total de recursos acumulados na sua conta individual do Plano juntamente com a rentabilidade líquida dos investimentos.

t. JCP e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme disposto no Estatuto do Banco. O Banco por deliberação do Conselho de Administração pode declarar dividendos adicionais.

A distribuição de dividendos aos acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Banese no período em que os dividendos são aprovados.

De acordo com o Estatuto os juros sobre capital próprio deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

u. Reapresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 30 de junho de 2020 e 30 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas em razão de: (i) correção de erro na contabilização de juros sobre passivo atuarial, contabilizado totalmente no Patrimônio Líquido “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, quando deveria ser registrado em contas de resultado; (ii) correção de erro no registro da equivalência patrimonial; e (iii) reclassificação da linha de ganhos e perdas em outros resultados abrangentes na DFC, passando de variação de ativos e obrigações para ajuste ao lucro líquido.

Os valores estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

u.1) Balanço Patrimonial

Banese Múltiplo

	31.12.2020 Original	Ajustes	31.12.2020 Reapresentado
INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO DE COLIGADAS E CONTROLADAS (NOTA 11)	118.927	(2.680)	116.247
Participação em Coligadas e Controladas	118.927	(2.680)	116.247
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	487.808	(2.680)	485.128
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(23.952)	15.775	(8.177)
Reservas de Lucros	85.760	(18.455)	67.305

Banese Consolidado

	31.12.2020 Original	Ajustes	31.12.2020 Reapresentado
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	531.056	-	531.056
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(23.952)	15.775	(8.177)
Reservas de Lucros	85.760	(18.455)	67.305
Participação de Não Controladores	43.248	2.680	45.928

u.2) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Banese Múltiplo

	31.12.2019		01.01.2020
	Original	Ajustes	Reapresentado
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	433.857	-	433.857
Reservas Estatutárias	86.848	(14.226)	72.622
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(39.470)	14.226	(25.244)

Banese Múltiplo

	31.12.2020		31.12.2020
	Original	Ajustes	Reapresentado
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	487.808	(2.680)	485.128
Reservas Estatutárias	47.305	(18.455)	28.850
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(23.952)	15.775	(8.177)

Banese Consolidado

	31.12.2020		31.12.2020
	Original	Ajustes	Reapresentado
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	531.056	-	531.056
Reservas Estatutárias	47.305	(18.455)	28.850
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(23.952)	15.775	(8.177)
Participação de Não Controladores	43.248	2.680	45.928

u.3) Demonstração do Resultado

Banese Múltiplo

	30.06.2020		30.06.2020
	Original	Ajustes	Reapresentado
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(138.558)	(2.460)	(141.018)
Outras Despesas Operacionais (NOTA 20 g)	(20.835)	(2.460)	(23.295)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(20.436)	2.316	(18.120)
IR e CSLL Diferidos (NOTA 22)	10.721	2.316	13.037
LUCRO LÍQUIDO	25.531	(144)	25.387

Banese Consolidado

	30.06.2020		30.06.2020
	Original	Ajustes	Reapresentado
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(115.774)	(2.460)	(118.234)
Outras Despesas Operacionais (NOTA 20 g)	(25.703)	(2.460)	(28.163)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(27.898)	2.316	(25.582)
IR e CSLL Diferidos (NOTA 22)	8.726	2.316	11.042
LUCRO LÍQUIDO	25.531	(144)	25.387

u.4) Demonstração do Valor Adicionado

Banese Múltiplo

	30.06.2020 Original	Ajustes	30.06.2020 Reapresentado
Outras receitas/ despesas operacionais/ despesas provisões	(23.992)	(2.460)	(26.452)
Valor Adicionado Bruto	167.423	(2.460)	164.963
Valor Adicionado a Distribuir	164.440	(2.460)	161.980
Governo	38.585	(2.316)	36.269
Imposto de renda e contribuição social	31.157	(2.316)	28.841
(Prejuízo)/Lucro Retido	25.531	(144)	25.387
Valor Adicionado Distribuído	164.440	(2.460)	161.980

Banese Consolidado

	30.06.2020 Original	Ajustes	30.06.2020 Reapresentado
Outras receitas/ despesas operacionais/ despesas provisões	20.674	(2.460)	18.214
Valor Adicionado Bruto	214.331	(2.460)	211.871
Valor Adicionado a Distribuir	204.279	(2.460)	201.819
Governo	56.102	(2.316)	53.786
Imposto de renda e contribuição social	36.624	(2.316)	34.308
(Prejuízo)/Lucro Retido	25.531	(144)	25.387
Valor Adicionado Distribuído	204.279	(2.460)	201.819

u.5) Demonstração do Resultado Abrangente

Banese Múltiplo e Consolidado

	30.06.2020 Original	Ajustes	30.06.2020 Reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	25.531	(144)	25.387
Itens que não serão reclassificados para o resultado - Passivo Atuarial	32.152	144	32.296
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	57.683	-	57.683

u.6) Demonstração do Fluxo de Caixa

Banese Múltiplo

	30.06.2020		30.06.2020
	Original	Ajustes	Reapresentado
Lucro Líquido Ajustado	75.097	32.152	107.249
Lucro Líquido	25.531	(144)	25.387
Ajuste ao Lucro Líquido	49.566	32.296	81.862
Ganhos/(Perdas) Outros Resultados Abrangentes	-	32.296	32.296
Variação de Ativos e Obrigações	418.255	(32.152)	386.103
Ganhos/(Perdas) Outros Resultados Abrangentes	32.152	(32.152)	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADE OPERACIONAIS	493.352	-	493.352
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	475.948	-	475.948

Banese Consolidado

	30.06.2020		30.06.2020
	Original	Ajustes	Reapresentado
Lucro Líquido Ajustado	107.288	32.152	139.440
Lucro Líquido	25.531	(144)	25.387
Ajuste ao Lucro Líquido	81.757	32.296	114.053
Ganhos/(Perdas) Outros Resultados Abrangentes	-	32.296	32.296
Variação de Ativos e Obrigações	389.092	(32.152)	356.940
Ganhos/(Perdas) Outros Resultados Abrangentes	32.152	(32.152)	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADE OPERACIONAIS	496.380	-	496.380
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	476.005	-	476.005

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Caixa	75.587	80.155	75.870	80.485
Disponibilidade em moeda nacional	75.587	80.155	75.632	80.170
Disponibilidade em moeda estrangeira	-	-	238	315
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (1)	273.688	647.004	273.688	647.004
Aplicações no Mercado Aberto	273.688	647.004	273.688	647.004
Total de caixa e equivalente de caixa	349.275	727.159	349.558	727.489

(1) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Contas patrimoniais – composição

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Aplicações no Mercado Aberto	273.688	647.004
Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT	133.691	441.997
Letras do Tesouro Nacional – LTN	139.997	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	205.007
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.289.496	1.096.980
Depósitos Interfinanceiros – Pós	1.175.330	1.016.217
Depósitos Interfinanceiros – Pré Rural	114.166	80.763
Total	1.563.184	1.743.984
Ativo Circulante	1.176.422	1.416.741
Ativo Realizável a Longo Prazo	386.762	327.243



b. Valor justo por níveis

	Valor Contábil	Valor Justo	
		Nível 1	Nível 2
Depósitos Interfinanceiros - Pós	1.175.330	-	1.175.674
Depósitos Interfinanceiros – Pré Rural	114.166	-	114.165
Total	1.289.496	-	1.289.839

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários tem a seguinte composição:

a. Títulos e valores mobiliários

a.1 Carteira do Banese Múltiplo e Banese Consolidado por natureza e faixas de vencimentos:

Banese Múltiplo

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL	
							30.06.2021	31.12.2020
Para negociação	2.446	-	5.073	486.508	211.802	-	705.829	699.129
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	486.508	211.802	-	698.310	690.106
Certificado de Depósito Bancário (1)	-	-	5.073	-	-	-	5.073	5.041
Fundos abertos multimercado	4	-	-	-	-	-	4	4
Fundos exclusivos multimercado (NOTA a.4)	2.433	-	-	-	-	-	2.433	3.970
Fundos abertos de renda fixa	9	-	-	-	-	-	9	8
Mantidos até o vencimento	-	113.918	50.624	76.576	-	566.593	807.711	547.148
Letras Financeiras do Tesouro	-	103.499	50.624	-	-	549.720	703.843	443.280
Letras Financeiras	-	10.419	-	76.576	-	-	86.995	85.485
CVS - Títulos do FCVS (2)	-	-	-	-	-	16.873	16.873	18.383
Total de TVM	2.446	113.918	55.697	563.084	211.802	566.593	1.513.540	1.246.277
Ativo circulante							870.371	709.365
Ativo realizável a longo prazo							643.169	536.912

(1) Títulos emitidos pelo Banco Industrial do Brasil S.A.

(2) Título emitido pelo Tesouro Nacional.

Banese Consolidado

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL	
							30.06.2021	31.12.2020
Para negociação	103.134	-	5.073	486.508	211.802	-	806.517	809.492
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	486.508	211.802	-	698.310	690.106
Certificado de Depósito Bancário (1)	-	-	5.073	-	-	-	5.073	5.041
Fundos abertos multimercado	4	-	-	-	-	-	4	4
Fundos exclusivos multimercado (NOTA a.4)	2.433	-	-	-	-	-	2.433	3.970
Fundos exclusivos de direito creditório (NOTA a.4)	100.688	-	-	-	-	-	100.688	110.363
Fundos abertos de renda fixa	9	-	-	-	-	-	9	8
Mantidos até o vencimento	-	113.918	50.624	76.576	-	566.593	807.711	547.148
Letras Financeiras do Tesouro	-	103.499	50.624	-	-	549.720	703.843	443.280
Letras Financeiras	-	10.419	-	76.576	-	-	86.995	85.485
CVS - Títulos do FCVS (2)	-	-	-	-	-	16.873	16.873	18.383
Total de TVM	103.134	113.918	55.697	563.084	211.802	566.593	1.614.228	1.356.640
Ativo circulante							971.059	819.728
Ativo realizável a longo prazo							643.169	536.912

(1) Títulos emitidos pelo Banco Industrial do Brasil S.A.

(2) Título emitido pelo Tesouro Nacional.

a.2 Carteira do Banese Múltiplo e Banese Consolidado por natureza, valor do custo de aquisição e de mercado e parâmetros utilizados:

Banese Múltiplo

	30.06.2021				31.12.2020			
	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil
Títulos para negociação	708.367	705.829	(2.539)	705.829	700.999	699.129	(1.870)	699.129
Letras Financeiras do Tesouro	689.529	687.026	(2.504)	687.026	684.134	682.285	(1.849)	682.285
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculado a compromissos de recompra (1)	11.319	11.284	(35)	11.284	7.842	7.821	(21)	7.821
Certificado de Depósito Bancário	5.073	5.073	-	5.073	5.041	5.041	-	5.041
Fundos exclusivos multimercado (NOTA a.4)	2.433	2.433	-	2.433	3.970	3.970	-	3.970
Fundos abertos multimercado	4	4	-	4	4	4	-	4
Fundos de renda fixa	9	9	-	9	8	8	-	8
Títulos mantidos até o vencimento	807.711	802.750	(4.961)	807.711	547.148	543.368	(3.780)	547.148
Letras Financeiras do Tesouro – carteira própria	703.843	700.251	(3.592)	703.843	443.280	439.015	(4.265)	443.280
Letra Financeira	86.995	86.082	(913)	86.995	85.485	85.485	-	85.485
CVS - Títulos do FCVS (2)	16.873	16.417	(456)	16.873	18.383	18.868	485	18.383
Total	1.516.078	1.508.579	(7.500)	1.513.540	1.248.147	1.242.497	(5.650)	1.246.277

(1) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido a partir dos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;

(2) Os CVS são apurados a partir do preço unitário divulgado pela B3 SA. – Brasil, Bolsa, Balcão, através de metodologia de cálculo definida no seu caderno de fórmulas.

Nos casos de títulos de renda fixa, refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Banese Consolidado

	30.06.2021				31.12.2020			
	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil
Títulos para negociação	809.055	806.517	(2.539)	806.517	811.362	809.492	(1.870)	809.492
Letras Financeiras do Tesouro	689.529	687.026	(2.504)	687.026	684.134	682.285	(1.849)	682.285
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculado a compromissos de recompra (1)	11.319	11.284	(35)	11.284	7.842	7.821	(21)	7.821
Certificado de Depósito Bancário	5.073	5.073	-	5.073	5.041	5.041	-	5.041
Fundos exclusivos multimercado (NOTA a.4)	2.433	2.433	-	2.433	3.970	3.970	-	3.970
Fundos abertos multimercado	4	4	-	4	4	4	-	4
Fundo exclusivo de direito creditório (NOTA a.4)	100.688	100.688	-	100.688	110.363	110.363	-	110.363
Fundos de renda fixa	9	9	-	9	8	8	-	8
Títulos mantidos até o vencimento	807.711	802.750	(4.961)	807.711	547.148	543.368	(3.780)	547.148
Letras Financeiras do Tesouro	703.843	700.251	(3.592)	703.843	443.280	439.015	(4.265)	443.280
Letra Financeira	86.995	86.082	(913)	86.995	85.485	85.485	-	85.485
CVS - Títulos do FCVS (2)	16.873	16.417	(456)	16.873	18.383	18.868	485	18.383
Total	1.616.766	1.609.267	(7.500)	1.614.228	1.358.510	1.352.860	(5.650)	1.356.640

(1) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido a partir dos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;

(2) Os CVS são apurados a partir do preço unitário divulgado pela B3 SA. – Brasil, Bolsa, Balcão, através de metodologia de cálculo definida no seu caderno de fórmulas.

O Banese declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Para os títulos nesta categoria, o ajuste a valor de mercado é meramente informativo, não está registrado na contabilidade.

Não houve reclassificação entre as categorias de títulos durante o período.

a.3 Valor justo por níveis

Banese Múltiplo

	Valor Contábil	Valor Justo	
		Nível 1	Nível 2
Títulos para Negociação	705.829	698.310	7.519
Títulos Mantidos até o Vencimento	807.711	700.251	102.499
Total	1.513.540	1.398.561	110.018

Banese Consolidado

	Valor Contábil	Valor Justo	
		Nível 1	Nível 2
Títulos para Negociação	806.517	698.310	108.207
Títulos Mantidos até o Vencimento	807.711	700.251	102.499
Total	1.614.228	1.398.561	210.706

a.4 Banese Múltiplo e Banese Consolidado - Composição dos fundos exclusivos:

Banese Múltiplo

	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 Anos	5 a 15 Anos	TOTAL	
						30.06.2021	31.12.2020
Títulos públicos	-	-	-	1.271	-	1.271	1.255
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.271	-	1.271	1.255
Títulos privados	1.087	-	-	-	-	1.087	2.637
Certificado de Crédito Bancário	-	-	-	-	-	-	-
Cota de fundo de renda fixa	1.087	-	-	-	-	1.087	2.637
Caixa	82	-	-	-	-	82	89
Outras Obrigações	-	(3)	(4)	-	-	(7)	(11)
Valores a pagar/receber	-	(3)	(4)	-	-	(7)	(11)
Total	1.169	(3)	(4)	1.271	-	2.433	3.970

Banese Consolidado

	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 3 Anos	5 a 15 anos	TOTAL	
						30.06.2021	31.12.2020
Títulos públicos	-	-	-	1.271	1.640	2.911	4.483
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.271	1.640	2.911	4.483
Títulos privados	21.648	53.435	24.468	15	-	99.566	107.046
Cota de fundo de investimento multimercado	20.561	-	-	-	-	20.561	651
Cota de Fundo de Renda Fixa	1.087	-	-	-	-	1.087	2.637
Direitos Creditórios a receber	-	53.435	24.468	15	-	77.918	103.758
Caixa	1.361	-	-	-	-	1.361	3.264
Outras Obrigações	-	(713)	(4)	-	-	(717)	(460)
Valores a pagar/receber	-	(713)	(4)	-	-	(717)	(460)
Total	23.009	52.722	24.464	1.286	1.640	103.121	114.333

As aplicações em cotas de fundos de investimento multimercado classificadas como títulos para negociação, estão sendo apresentadas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras por vencimento.



b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Rendas de aplicações em operações compromissadas	4.221	13.499	4.221	13.499
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	15.389	4.865	15.389	4.865
Rendas de títulos de renda fixa	20.092	18.574	20.092	18.574
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	38	790	9.283	12.856
Prejuízo de aplicações em fundos de investimentos	-	(143)	-	(143)
Prejuízo com títulos de renda fixa	(194)	-	(194)	-
Ajuste positivo ao valor de mercado	866	5	866	5
Ajuste negativo ao valor de mercado	(1.526)	(422)	(1.526)	(422)
Total	38.886	37.168	48.131	49.234

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Estão compostas por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação, por créditos vinculados representados por cumprimentos das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros recursos, por créditos junto ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH e por correspondentes, conforme demonstrados a seguir:

a. Relações interfinanceiras

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Conta de pagamento instantâneo	14.539	29.964	14.539	29.964
Compulsório sobre depósitos à vista (1)	120.811	76.386	120.811	76.386
Compulsório sobre depósitos de poupança (2)	263.962	258.747	263.962	258.747
Créditos junto ao FCVS (3)	96.904	93.302	96.904	93.302
Provisão para perda de créditos junto ao FCVS (3)	(34.936)	(33.534)	(34.936)	(33.534)
BACEN - outros depósitos	5.952	1	5.952	1
Bancos oficiais	247	251	247	251
Direitos junto participação sistema de liquidação	11.746	124	71.867	29.464
Relações com Correspondentes	10.811	40	10.811	40
Total	490.036	425.281	550.157	454.621
Ativo circulante	428.068	365.513	488.189	394.853
Ativo realizável a longo prazo	61.968	59.768	61.968	59.768

(1) Não remunerado;

(2) Remunerado pela mesma taxa da poupança. Conforme Circular BACEN 3.975/2020 a exigibilidade do recolhimento compulsório para cada modalidade de poupança é apurada aplicando-se a alíquota de 20% (vinte por cento) sobre a base de cálculo;

(3) Remunerado conforme a origem dos recursos (TR + 6,17% para poupança e TR + 3,12% para FGTS) e registrados pelo valor nominal atualizado pelos respectivos rendimentos até a data do balanço; O saldo corresponde a R\$ 27.031 (R\$ 26.234 - 31.12.2020) contratos validados pelo FCVS, R\$ 9.419 (R\$ 8.836 - 31.12.2020) contratos em processo de validação, R\$ 60.454 (R\$ 58.232 - 31.12.2020) contratos ref. processo indício multiplicidade transitado em julgado. O Banco constituiu provisão de 50% para os contratos em validação e com indícios de multiplicidade. Na avaliação da Administração a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas.

b. Resultado das aplicações compulsórias

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020
Receita sobre créditos vinculados ao SFH	3.978	867
Atualização monetária e juros sobre recolhimentos compulsórios	3.400	4.560
Provisão sobre créditos vinculados ao SFH	(1.778)	(254)
Total	5.600	5.173



8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a. Composição por tipo de operação

	Banese Múltiplo	
	30.06.2021	31.12.2020
Adiantamentos a depositantes	355	438
Empréstimos	2.156.341	1.913.803
Financiamentos	95.417	89.437
Financiamentos rurais e agroindustriais	166.000	128.325
Financiamentos imobiliários	405.357	411.079
Subtotal de Operações de Crédito	2.823.470	2.543.082
Outros títulos com característica de concessão de crédito (Nota 9)	245.660	255.184
Total Geral	3.069.130	2.798.266
Ativo circulante	1.079.034	951.708
Ativo realizável a longo prazo	1.990.096	1.846.558

	Banese Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Adiantamentos a depositantes	355	438
Empréstimos	2.156.341	1.913.803
Financiamentos	95.417	89.437
Financiamentos rurais e agroindustriais	166.000	128.325
Financiamentos imobiliários	405.357	411.079
Subtotal de Operações de Crédito	2.823.470	2.543.082
Outros títulos com característica de concessão de crédito (Nota 9)	245.660	255.184
Valores a receber por transações de pagamento (Nota 9)	314.808	301.574
Total Geral	3.383.938	3.099.840
Ativo circulante	1.393.842	1.253.282
Ativo realizável a longo prazo	1.990.096	1.846.558

b. Composição por nível de risco e prazo de vencimentos

Banese Múltiplo – 30.06.2021										
Operações em Curso Normal										
Parcelas Vencidas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	20.985	332.742	23.520	7.183	1172	858	208	123	483	387.274
31 a 60 dias	19.440	12.869	12.772	3.274	651	230	59	58	243	49.596
61 a 90 dias	20.502	13.216	18.408	3.030	648	262	56	51	342	56.515
91 a 180 dias	89.917	39.290	50.822	16.292	2.383	1040	1203	170	1181	202.298
181 a 360 dias	89.093	91.599	72.575	25.850	3.838	840	1.436	259	1.185	286.675
Acima de 360 dias	537.890	881.384	298.571	120.313	17.823	5.003	16.170	2.127	11.325	1.890.606
Parcelas Vencidas										
Até 14 dias	1.601	2.752	1393	1060	181	225	14	16	66	7.308
Subtotal Normal	779.428	1.373.852	478.061	177.002	26.696	8.458	19.146	2.804	14.825	2.880.272

Operações em Curso Anormal (1)										
Parcelas Vencidas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	-	-	4.645	2.908	2.483	1.695	1683	1.430	6.895	21.739
31 a 60 dias	-	-	1322	829	541	264	194	251	485	3.886
61 a 90 dias	-	-	1317	894	622	254	204	303	530	4.124
91 a 180 dias	-	-	3.808	4.981	2.065	905	1105	910	1.541	15.315
181 a 360 dias	-	-	6.581	3.195	3.783	1.318	2.551	1158	2.575	21.161
Acima de 360 dias	-	-	35.117	21.705	15.866	4.001	11.307	3.151	8.348	99.495
Parcelas Vencidas										
01 a 14 dias	-	-	244	297	321	136	214	202	242	1.656
15 a 30 dias	-	-	2.450	1.171	423	214	176	123	390	4.947
31 a 60 dias	-	-	529	1.021	760	254	339	338	774	4.015
61 a 90 dias	-	-	-	178	926	268	289	172	722	2.555
91 a 180 dias	-	-	-	153	199	289	2.721	743	2.125	6.230
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	42	620	53	2.869	3.584
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	151	151
Subtotal Anormal	-	-	56.013	37.332	27.989	9.640	21.403	8.834	27.647	188.858
Total – 30.06.2021	779.428	1.373.852	534.074	214.334	54.685	18.098	40.549	11.638	42.472	3.069.130
Total – 31.12.2020	975.629	1.026.792	453.295	201.704	30.154	9.029	35.994	8.000	57.669	2.798.266

(1) Carteira em Curso Anormal é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias, as demais operações são consideradas de Curso Normal.



Banese Consolidado – 30.06.2021

Operações em Curso Normal

Parcelas Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	20.985	577.806	39.900	7.183	1380	883	210	123	484	648.954
31 a 60 dias	19.440	12.869	12.772	3.274	653	230	59	58	243	49.598
61 a 90 dias	20.502	13.216	18.408	3.030	1417	263	56	51	342	57.285
91 a 180 dias	89.917	39.290	50.822	16.292	2.383	1441	1503	320	1181	203.149
181 a 360 dias	89.093	91.599	72.575	25.850	3.838	840	1.436	259	1.308	286.798
Acima de 360 dias	537.890	881.384	298.571	120.313	17.823	5.003	16.170	2.127	11.325	1.890.606
Parcelas Vencidas										
Até 14 dias	1.601	6.327	7801	1060	1089	832	313	330	3448	22.801
Subtotal Normal	779.428	1.622.491	500.849	177.002	28.583	9.492	19.747	3.268	18.331	3.159.191

Operações em Curso Anormal (1)

Parcelas Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	-	-	7.100	2.918	2.487	1.695	1683	1.430	6.895	24.208
31 a 60 dias	-	-	1322	829	545	264	194	251	485	3.890
61 a 90 dias	-	-	1317	894	2133	254	204	303	530	5.635
91 a 180 dias	-	-	3.808	4.981	2.065	2170	2064	1660	1.541	18.289
181 a 360 dias	-	-	6.581	3.195	3.783	1.318	2.551	1158	4.111	22.697
Acima de 360 dias	-	-	35.117	21.705	15.866	4.001	11.307	3.151	8.348	99.495
Parcelas Vencidas										
01 a 14 dias	-	-	244	297	321	136	214	202	242	1.656
15 a 30 dias	-	-	5.507	1.695	672	396	239	187	1241	9.937
31 a 60 dias	-	-	529	3.672	1043	432	392	409	1725	8.202
61 a 90 dias	-	-	-	178	1167	422	346	226	1519	3.858
91 a 180 dias	-	-	-	153	199	1131	4.678	2777	4.602	13.540
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	42	620	53	12.474	13.189
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	151	151
Subtotal Anormal	-	-	61.525	40.517	30.281	12.261	24.492	11.807	43.864	224.747
Total – 30.06.2021	779.428	1.622.491	562.374	217.519	58.864	21.753	44.239	15.075	62.195	3.383.938

Total – 31.12.2020 **975.629** **1.268.207** **479.612** **203.672** **32.235** **10.910** **37.574** **9.550** **82.451** **3.099.840**

(1) Carteira em Curso Anormal é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias, as demais operações são consideradas de Curso Normal.

c. Composição da carteira classificada

Banese Múltiplo 30.06.2021

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
AA	779.428	779.428	-	-	-	-	-
A	1.373.851	620.689	21.194	102.715	391.195	238.058	6.869
B	534.073	445.043	49.173	24.267	9.283	6.307	5.341
C	214.335	177.273	21.508	11.814	3.203	537	6.430
D	54.685	47.620	2.503	3.794	470	298	5.469
E	18.099	15.049	25	2.570	260	195	5.429
F	40.548	27.157	83	12.984	179	145	20.274
G	11.637	10.286	30	1.259	-	62	8.146
H	42.474	34.151	901	6.597	767	58	42.473
Total	3.069.130	2.156.696	95.417	166.000	405.357	245.660	100.431

Banese Múltiplo 31.12.2020

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
Total	2.798.266	1.914.240	89.437	128.325	411.079	255.185	102.709



Banese Consolidado – 30.06.2021

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
AA	779.428	779.428	-	-	-	-	-
A	1.622.491	620.689	21.194	102.715	391.195	486.698	8.264
B	562.374	445.043	49.173	24.267	9.283	34.608	5.728
C	217.519	177.273	21.508	11.814	3.203	3.721	6.731
D	58.864	47.620	2.503	3.794	470	4.477	6.277
E	21.753	15.049	25	2.570	260	3.849	7.401
F	44.239	27.157	83	12.984	179	3.836	23.261
G	15.075	10.286	30	1.259	-	3.500	11.750
H	62.195	34.151	901	6.597	767	19.779	65.071
Total	3.383.938	2.156.696	95.417	166.000	405.357	560.468	134.483

Banese Consolidado – 31.12.2020

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
Total	3.099.840	1.914.240	89.437	128.325	411.079	556.759	137.174

d. Composição da carteira por setor de atividade econômica

Descrição	Banese Múltiplo			
	30.06.2021		31.12.2020	
	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	2.267.971	73,89	2.099.069	75,01
Pessoas jurídicas	301.312	9,82	244.021	8,72
Indústria	47.502	1,55	47.870	1,71
Comércio	253.810	8,27	196.151	7,01
Rural	166.000	5,41	128.325	4,59
Habitação	80.362	2,62	93.884	3,36
Outros serviços	253.485	8,26	232.967	8,33
Total	3.069.130	100,00	2.798.266	100,00

Descrição	Banese Consolidado			
	30.06.2021		31.12.2020	
	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	2.582.779	76,32	2.400.643	77,44
Pessoas jurídicas	301.312	8,90	244.021	7,87
Indústria	47.502	1,40	47.870	1,54
Comércio	253.810	7,50	196.151	6,33
Rural	166.000	4,91	128.325	4,14
Habitação	80.362	2,37	93.884	3,03
Outros serviços	253.485	7,50	232.967	7,52
Total	3.383.938	100,00	3.099.840	100,00

e. Concentração de crédito

	Banese Múltiplo					
	30.06.2021			31.12.2020		
	Saldo	%	Provisão	Saldo	%	Provisão
10 maiores devedores	146.085	4,76	14.613	149.565	5,34	25.420
11 a 60 maiores devedores	202.509	6,60	6.152	193.627	6,92	4.542
61 a 160 maiores devedores	108.698	3,54	9.130	103.733	3,71	6.974
Demais clientes	2.611.838	85,10	70.536	2.351.341	84,03	65.773
Total	3.069.130	100,00	100.431	2.798.266	100,00	102.709

	Banese Consolidado					
	30.06.2021			31.12.2020		
	Saldo	%	Provisão	Saldo	%	Provisão
10 maiores devedores	146.085	4,32	14.613	149.565	4,82	25.420
11 a 60 maiores devedores	202.509	5,98	6.152	193.627	6,25	4.542
61 a 160 maiores devedores	108.698	3,20	9.130	103.733	3,35	6.974
Demais clientes	2.926.646	86,50	104.588	2.652.915	85,58	100.238
Total	3.383.938	100,00	134.483	3.099.840	100,00	137.174

f. Movimentação da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Saldo em dezembro do exercício anterior - da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	101.192	113.100	101.192	113.100
(+) Constituição de provisão líquida no período	19.449	12.978	19.449	12.978
(-) Baixas de operações de crédito no período	(21.741)	(9.532)	(21.741)	(9.532)
Saldo final da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	98.900	116.546	98.900	116.546
Saldo em dezembro do exercício anterior - da provisão de outros créditos com característica de concessão	1.517	1.580	1.517	1.580
(+) Constituição de provisão líquida no período	1.660	1.322	1.660	1.322
(-) Baixas de operações de crédito no período	(1.646)	(1.442)	(1.646)	(1.442)
Saldo final da provisão de outros créditos com característica de concessão	1.531	1.460	1.531	1.460
Saldo em dezembro do exercício anterior - da provisão sobre transações de pagamento	-	-	34.465	38.367
(+) Constituição de provisão líquida no período	-	-	18.650	9.479
(-) Baixas de operações de crédito no período	-	-	(19.063)	(10.338)
Saldo final da provisão sobre transações de pagamento	-	-	34.052	37.508
Saldo final da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa, outros créditos com característica de concessão e transações de pagamento	100.431	118.006	134.483	155.514
Ativo circulante	46.170	46.765	80.222	84.273
Ativo realizável a longo prazo	54.261	71.241	54.261	71.241

g. Montante de operações renegociadas e recuperadas

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Dívidas renegociadas	18.877	17.032	35.872	47.969
Recuperação de créditos	13.064	5.866	7.288	12.656
Total	31.941	22.898	43.160	60.625

h. Rendas de operações de crédito

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Empréstimos	230.224	238.686	229.422	237.314
Títulos descontados	-	61	-	61
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	13.065	5.866	13.065	5.866
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	21.230	19.716	21.230	19.716
Financiamentos rurais	5.495	4.434	5.495	4.434
Outros financiamentos	116	139	116	139
Total	270.130	268.902	269.328	267.530

9. OUTROS CRÉDITOS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Rendas a receber	1.362	3.375	12.586	13.842
Serviços prestados a receber	1.362	1.097	11.427	10.100
Outras rendas a receber	-	2.278	1.159	3.742
Diversos	463.004	459.613	814.704	798.054
Devedores por depósitos em garantia (Nota 9.1)	150.351	146.256	185.402	180.819
Adiantamentos e antecipações	3.965	554	4.657	744
Pagamentos a ressarcir	3.300	2.453	3.300	2.453
Devedores diversos	9.149	6.014	10.242	8.061
Adiantamentos para pagamentos por nossa conta	32.870	31.443	32.926	31.510
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito (Nota 8a)	245.660	255.184	245.660	255.184
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito (1)	17.709	17.709	17.709	17.709
Valores a receber relativo a transações de pagamento (Nota 8a)	-	-	314.808	301.574
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem característica de concessão de crédito (2)	(7.039)	(7.039)	(7.358)	(7.584)
Total	457.327	455.949	819.932	804.312
Ativo circulante	309.844	298.772	637.376	612.542
Ativo realizável a longo prazo	147.483	157.177	182.556	191.770

(1) Créditos decorrentes de precatórios;

(2) Provisão sobre precatório para Banese Múltiplo.

9.1 Devedores por depósito em garantia

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Interposição de recursos previdenciários (1)	31.945	38.804	31.945	38.804
Interposição de recursos fiscais - Receita Federal (2)	43.552	42.841	77.091	76.107
Interposição de recursos municipais (3)	22.952	22.471	22.952	22.471
Interposição de recursos trabalhistas (4)	44.243	34.520	45.712	35.792
Interposição de recursos cíveis	7.659	7.620	7.702	7.645
Total	150.351	146.256	185.402	180.819

(1) Depósitos para interposição de recursos previdenciários os quais pretendem a inclusão de algumas verbas pagas pelo banco à funcionários, autônomos e prestadores de serviços no salário de contribuição. Houve um resgate de um depósito judicial, pelo Banese, no total de R\$ 7.104 no período;

(2) Depósitos para interposição de recursos fiscais decorrentes do alargamento da base de cálculo do Pis e Cofins – Lei nº 9.718/98;

(3) Depósitos para interposição de recursos fiscais municipais, onde alguns municípios pretendem o alargamento da base de cálculo do ISS, incluindo todas as receitas operacionais;

(4) Depósitos para interposição de recursos trabalhistas decorrente de ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e sindicato com o objetivo de obter indenizações relativas às violações alegadas de direitos trabalhistas como pagamento de horas extras, equiparação salarial e diferenças nos reajustes salariais.



9.2 Créditos Tributários sobre Impostos e contribuições a compensar

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
COFINS - Lei nº 9.718/1998 (1)	3.213	3.213	3.213	3.213
CSLL (repetição de indébito ano 1989) (2)	8.779	8.779	8.779	8.779
PIS - Decretos nºs 2.445/1988 e 2.449/1988 (2)	13.070	13.070	13.070	13.070
Provisão PIS – Decretos / CSLL / COFINS (-) (3)	(17.338)	(17.357)	(17.338)	(17.357)
IRRF	-	-	-	329
IRPJ	2.940	3.643	11.271	11.948
CSLL	1.886	3.078	2.888	4.079
Outros impostos	4.639	-	10.287	408
Total	17.189	14.426	32.170	24.469

(1) COFINS - crédito decorrente do alargamento da base de cálculo introduzida pela Lei 9.718/1998, art. 3º, parágrafo 1º, declarado inconstitucional pelo STF.

(2) CSLL e PIS - Processos judiciais transitados em julgado com sentença favorável ao Banco, aguardando execução de sentença.

(3) Provisão constituída para créditos fiscais do PIS – Decretos, CSLL e COFINS referente as parcelas em discussão sobre os cálculos periciais e julgamento de recurso de apelação em andamento.

10. OUTROS VALORES E BENS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Bens não de uso (1)	75.497	71.148	75.497	71.148
Material em estoque	1.051	1.007	2.379	1.422
Outros bens (2)	2.802	2.809	2.802	2.809
Despesas antecipadas	9.256	4.179	9.612	4.893
Provisão para desvalorização	(4.967)	(4.977)	(4.967)	(4.977)
Total	83.639	74.166	85.323	75.295
Ativo circulante	3.445	1.870	5.129	2.999
Ativo realizável a longo prazo	80.194	72.296	80.194	72.296

(1) Os bens não alienados ou com pendências judiciais são registrados no ativo e a provisão é constituída com base em laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes. Para este grupo de contas a provisão no Banese Múltiplo e Consolidado em 30.06.2021 - R\$ 2.208(R\$ 2.211 – 31.12.2020).

(2) Para os bens dados em comodato é constituída provisão correspondente a 100% do valor contábil residual do bem no Banese Múltiplo e Consolidado em 30.06.2021 - R\$ 2.759 (R\$ 2.766 – 31.12.2020).

11. INVESTIMENTOS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Participações de capitais p/incentivos fiscais	91	91	91	91
Outros investimentos p/incentivos fiscais	332	332	332	332
Provisão para perdas investimentos p/incentivos fiscais	(423)	(423)	(423)	(423)
Títulos patrimoniais – Anbima	6	6	6	6
Participação em coligadas e controladas	118.996	116.247	-	-
Outros investimentos	25	25	25	25
Provisão para perdas em outros investimentos	(25)	(25)	(25)	(25)
Total	119.002	116.253	6	6

	Participação %	PL em 31.12.2020	Saldo do Investimento 31.12.2020 Reapresentado	Lucro de 01.01.2021 a 30.06.2021	Dividendo distribuído pela SEAC ao Banese de 01.01.2021 a 30.06.2021	Dividendo total distribuído pela SEAC de 01.01.2021 a 30.06.2021	PL em 30.06.2021	Equivalência patrimonial 01.01.2021 a 30.06.2021	Saldo do Investimento 30.06.2021
SEAC	71,68%	162.175	116.247	10.560	(4.821)	(6.725)	166.010	7.570	118.996



12. IMOBILIZADO DE USO

a) Composição dos saldos

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Edificações e terrenos	7.358	7.493	21.845	22.005
Móveis, máquinas e equipamentos	12.947	10.262	36.755	31.759
Outras imobilizações (1)	27.642	29.989	29.795	32.330
Total	47.947	47.744	88.395	86.094

(1) Representado principalmente por imobilização em curso, equipamentos de comunicação, processamento de dados, segurança, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros.

b) Demonstração do custo de aquisição

Banese Múltiplo

	Valor líquido 31.12.2020	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido 30.06.2021	Taxa anual
Imóveis de uso:							
- Imobilização em curso	3.929	1.673	-	-	-	5.602	-
- Terrenos	5.000	-	-	-	-	5.000	-
- Edificações	2.492	-	-	-	(134)	2.358	4%
- Instalação e adaptação de dependências	905	-	-	-	(548)	357	20%
- Benfeitorias em imóveis de terceiros	814	-	-	-	(254)	560	20%
Móveis e equipamentos em estoque	4.578	3.742	-	(3.498)	-	4.822	-
Móveis e equipamentos de uso	6.962	-	-	1.918	(757)	8.123	10%
Sistema de comunicação	79	-	-	-	(2)	77	20%
Sistema de processamento de dados	21.658	-	-	1.582	(3.278)	19.962	20%
Sistema de segurança	1.327	-	-	5	(246)	1.086	20%
Total	47.744	5.415	-	7	(5.219)	47.947	

Banese Consolidado

	Valor líquido 31.12.2020	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido 30.06.2021	Taxa anual
Imóveis de uso:							
- Imobilização em curso	7.121	1.701	-	-	-	8.822	-
- Terrenos	13.933	-	-	-	-	13.933	-
- Edificações	4.879	-	-	-	(188)	4.691	4%
- Instalação e adaptação de dependências	905	-	-	-	(548)	357	20%
- Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.082	-	-	-	(312)	770	20%
Móveis e equipamentos em estoque	5.879	7.896	-	(8.753)	-	5.022	-
Móveis e equipamentos de uso	8.698	-	(3)	1.998	(936)	9.757	10%
Móveis e equipamentos de uso em comodato	107	-	-	-	(21)	86	10%
Equipamentos arrendados	18.394	-	(1)	5.038	(1.507)	21.924	-
Sistema de comunicação	79	-	-	-	(2)	77	20%
Sistema de processamento de dados	23.644	-	-	1.783	(3.594)	21.833	20%
Sistema de segurança	1.373	-	-	10	(260)	1.123	20%
Total	86.094	9.597	(4)	76	(7.368)	88.395	

13. INTANGÍVEL

a) Composição dos saldos

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Outros ativos intangíveis (1)	71.631	68.849	77.505	74.321
Amortização acumulada	(57.802)	(55.591)	(61.457)	(59.040)
Total	13.829	13.258	16.048	15.281

(1) São compostos por *softwares* adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas. São amortizados pelo prazo estimado de benefício econômico à taxa de 20% a.a.

b) Demonstração do custo de aquisição

Banese Múltiplo

	31.12.2020	Aplicação	Amortização	Valor residual 30.06.2021	Taxa anual
Intangível:					
Custo com implantação e desenvolvimentos de sistema	13.258	2.781	(2.210)	13.829	20%
Total	13.258	2.781	(2.210)	13.829	

Banese Consolidado

	31.12.2020	Aplicação	Amortização	Valor residual 30.06.2021	Taxa anual
Intangível:					
Custo com implantação e desenvolvimentos de sistema	15.281	3.165	(2.398)	16.048	20%
Total	15.281	3.165	(2.398)	16.048	

14. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS, OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a) Composição por modalidade

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Depósitos à vista (Nota 14b)	1.069.109	1.046.963	1.066.543	1.036.185
Depósitos pessoas físicas	546.552	447.549	546.552	447.549
Depósitos pessoas jurídicas	337.606	442.443	335.040	431.665
Depósitos de governos	167.193	143.237	167.193	143.237
Depósitos vinculados	9.008	8.874	9.008	8.874
Outros valores	8.750	4.860	8.750	4.860
Depósitos de poupança (Nota 14b)	1.902.120	1.879.392	1.902.120	1.879.392
Depósitos de poupança livres - Pessoas físicas	1.815.247	1.794.742	1.815.247	1.794.742
Depósitos de poupança livres - Pessoas jurídicas	86.463	84.084	86.463	84.084
Depósitos de poupança de ligadas	410	566	410	566
Depósitos interfinanceiros (Nota 14b)	147.423	139.906	147.423	139.906
Depósitos judiciais (Nota 14b)	1.243.705	1.088.545	1.243.705	1.088.545
Depósitos a prazo (Nota 14b)	1.625.062	1.463.781	1.554.598	1.326.203
Depósitos especiais com remuneração (Nota 14b)	506	240	506	240
Outros depósitos (Nota 14b)	-	-	2.893	1.971
Captações no mercado aberto	11.268	7.814	3.198	7.814
Recursos de aceites e emissão de títulos	63.233	82.573	63.233	82.573
Letras financeiras (Nota 14 a.1)	30.507	49.178	30.507	49.178
Letras de crédito imobiliário	32.726	33.395	32.726	33.395
Obrigações por repasses do país – BNDES (Nota 14c)	12.436	12.488	12.436	12.488
Obrigações por repasses do país – FINAME (Nota 14c)	1.163	1.239	1.163	1.239
Obrigações por repasses do país – BNB (Nota 14c)	101.701	90.083	101.701	90.083
Obrigações por repasses do país – FUNGETUR (Nota 14c)	26.026	26.639	26.026	26.639
Total	6.203.752	5.839.663	6.125.545	5.693.278
Passivo circulante	4.601.254	4.377.650	4.531.117	4.368.843
Passivo exigível a longo prazo	1.602.498	1.462.013	1.594.428	1.324.435



a.1) Letras Financeiras

Papel	Banese Múltiplo e Consolidado				
	Valor de Emissão	Valor Atual em		Data de Emissão	Data de Vencimento
		30.06.2021	31.12.2020		
Letra Financeira	20.850	-	21.051	10.01.2019	11.01.2021
Letra Financeira	17.000	-	17.009	19.06.2019	21.06.2021
Letra Financeira	11.000	11.263	11.118	22.06.2020	22.06.2022
Letra Financeira	19.000	19.244	-	11.01.2021	11.01.2023
Total	67.850	30.507	49.178		

b) Composição de depósitos por prazos

Banese Múltiplo

	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30.06.2021	31.12.2020
Depósitos à vista	1.069.109	-	-	-	1.069.109	1.046.963
Depósitos de poupança	1.902.120	-	-	-	1.902.120	1.879.392
Depósitos interfinanceiros	-	95.339	52.084	-	147.423	139.906
Depósitos judiciais	1.243.705	-	-	-	1.243.705	1.088.545
Depósitos a prazo (1)	-	60.428	102.439	1.462.195	1.625.062	1.463.781
Depósitos especiais com remuneração	-	506	-	-	506	240
Total	4.214.934	156.273	154.523	1.462.195	5.987.925	5.618.827

(1) Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

Banese Consolidado

	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30.06.2021	31.12.2020
Depósitos à vista	1.066.543	-	-	-	1.066.543	1.036.185
Depósitos de poupança	1.902.120	-	-	-	1.902.120	1.879.392
Depósitos interfinanceiros	-	95.339	52.084	-	147.423	139.906
Depósitos judiciais	1.243.705	-	-	-	1.243.705	1.088.545
Depósitos a prazo (1)	-	60.428	31.975	1.462.195	1.554.598	1.326.203
Depósitos especiais com remuneração	-	506	-	-	506	240
Outros depósitos	2.893	-	-	-	2.893	1.971
Total	4.215.261	156.273	84.059	1.462.195	5.917.788	5.472.442

(1) Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

c) Composição de obrigações por repasses por prazos

Banese Múltiplo e Consolidado

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30.06.2021	31.12.2020
BNDES	519	2.330	9.587	12.436	12.488
FINAME	43	414	706	1.163	1.239
BNB	4.581	12.601	84.519	101.701	90.083
FUNGETUR	26.026	-	-	26.026	26.639
Total	31.169	15.345	94.812	141.326	130.449

As captações em depósitos a prazo são realizadas com clientes da instituição, predominantemente na modalidade de encargos pós fixados, tendo uma operação na modalidade pré-fixada, correspondente a menos 0,01% da carteira.

A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 95,11% (94,68% - 31.12.2020) da variação do CDI e os pré-fixados 91,17% - 1,16% acumulada até junho/2021 (102,55% - 2,84% acumulada até dezembro/2020).



As captações através de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100,00% da variação do CDI.

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNB, BNDES e Ministério do Turismo/FUNGETUR). Essas obrigações têm vencimentos mensais, trimestrais, semestrais ou anuais até dezembro de 2031. Os encargos financeiros para as operações não-rurais pós-fixadas com recursos oriundos do BNB até 30.06.2021 variam de IPCA + 0,8874% a.a. e IPCA + 4,3386% a.a. (31.12.2020 IPCA + 0,6937% a.a. e IPCA + 2,9792% a.a.), já o encargo financeiro anual para as operações rurais de investimento pré-fixadas com recursos oriundos do BNB até 30.06.2021 foi de 4,49% a.a. (31.12.2020 foi de 4,49% a.a.). Os encargos financeiros para as operações com recursos oriundos do BNDES (FINAME/ Automático/ PROGEREN) até 30.06.2021 é uma composição de encargos pós-fixados TLP + 3,95% a TLP + 4,15% a.a. (31.12.2020 – (TJLP ou Selic) + 7,5% a 13,5% a.a.). O encargo financeiro anual para as operações pós-fixadas com recursos oriundos do Ministério do Turismo/FUNGETUR até 30.06.2021 foi de INPC + 5,0% a.a. (31.12.2020 - INPC + 5,0% a.a.) para todas as finalidades disponíveis para contratação com esta fonte de recurso.

d) Despesas de captação

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Depósitos judiciais	(10.562)	(14.265)	(10.562)	(14.265)
Depósitos de poupança	(20.408)	(22.761)	(20.408)	(22.761)
Depósitos a prazo	(20.167)	(22.568)	(18.798)	(21.610)
Operações compromissadas - carteira própria e de terceiros	(151)	(94)	(65)	(94)
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	(2.781)	(2.182)	(2.781)	(2.182)
Letras financeiras subordinadas – LFS	(8.308)	(4.726)	(8.308)	(4.726)
Letras financeiras – LF	(604)	(898)	(604)	(898)
Letras de crédito imobiliária - LCI	(402)	(678)	(402)	(678)
Depósitos interfinanceiros	(1.892)	(2.232)	(1.892)	(2.232)
Depósitos especiais com remuneração	(7)	(7)	(7)	(7)
Despesas com captações no mercado	(65.282)	(70.411)	(63.827)	(69.453)
Despesas de repasses BNDES	(782)	(2)	(782)	(2)
Despesas de repasses FINAME	(20)	(37)	(20)	(37)
Despesas de repasses BNB	(3.975)	(3.158)	(3.975)	(3.158)
Despesas com empréstimos e repasses	(4.777)	(3.197)	(4.777)	(3.197)
Total das despesas de captação	(70.059)	(73.608)	(68.604)	(72.650)

15. OUTROS PASSIVOS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	20.476	498	20.767	660
Recebimento de tributos federais	17.218	-	17.218	-
Outros tributos e assemelhados	3.258	498	3.549	660
Sociais e estatutárias - Dividendos e bonificações a pagar	5.227	13.369	5.227	16.547
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	7.750	16.337	12.301	16.337
Impostos e contribuições a recolher	8.787	15.251	13.194	18.505
Dívidas subordinadas (Nota 15 a)	116.529	108.414	116.529	108.414
Recursos em Trânsito de Terceiros	835	262	835	262
Diversas	132.248	175.981	587.839	665.175
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	71	49	71	49
Provisão para pagamentos - Despesas de pessoal	60.922	75.683	65.252	78.927
Provisão para pagamentos - Fornecedores	19.327	18.580	22.444	21.693
Passivo Atuarial (Nota 26)	19.074	43.549	19.074	43.549
Credores diversos – País	7.111	13.635	17.840	22.638
Recursos do FGTS para Amortizações	536	277	536	277
Credores por recursos a liberar	5.692	7.212	5.692	7.212
Obrigações por convênios oficiais	2.686	1.655	2.686	1.655
Outros valores	16.829	15.341	16.829	15.341
Obrigações por transações de pagamentos	-	-	437.415	473.834
Total	291.852	330.112	756.692	825.900
Passivo circulante	175.279	221.649	639.333	716.490
Passivo exigível a longo prazo	116.573	108.463	117.359	109.410

a) Dívidas Subordinadas

As captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada, observadas as condições determinadas pela Resolução CMN nº 4.192/2013, são as seguintes:

Papel	Banese Múltiplo e Consolidado				Data de Emissão	Data de Vencimento
	Valor de Emissão	Valor Atual em				
		30.06.2021	31.12.2020			
Letras Financeiras Subordinadas	46.997	-	92.809	24.07.2015	24.07.2023	
Letras Financeiras Subordinadas	15.445	15.668	15.605	30.07.2015	31.07.2023	
Letras Financeiras Subordinadas	98.420	100.861	-	16.04.2021	26.04..2029	
Total	160.862	116.529	108.414			

16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a. Contingências ativas

O Banese possui registrado contingências ativas transitadas em julgado pelo Supremo Tribunal Federal, assim como possui, neste momento, processo judicial que gera expectativa de ganhos futuros e estão sob análise de peritos para conclusão dos montantes envolvidos a receber, conforme Nota 9.2.

b. Contingências passivas

O Banese e sua controlada figuram como réus em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

- » Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e sindicato com o objetivo de obter indenizações relativas às violações alegadas de direitos trabalhistas como pagamento de horas extras, equiparação salarial e diferenças nos reajustes salariais. Em 30 de junho de 2021, o montante provisionado a título de contingências trabalhistas é de R\$ 59.019 (R\$ 53.921 – 31.12.2020) no Banese Múltiplo e R\$ 63.588 (R\$ 58.035 – 31.12.2020) no Banese Consolidado.
- » Os processos cíveis referem-se, principalmente, a pedidos de ressarcimento e indenização por dano moral e patrimonial - R\$ 6.981 e correção dos saldos de poupança referente aos planos econômicos - Bresser, Verão e Collor I e II – R\$ 2.873 sendo o montante provisionado em 30 de junho de 2021 de R\$ 9.854 (R\$ 9.223 – 31.12.2020) no Banese Múltiplo e R\$ 12.702 (R\$ 11.675 – 31.12.2020) no Banese Consolidado.
- » Os processos fiscais são decorrentes de alguns tributos e contribuições que o Banese vem discutindo na esfera administrativa e judicial, tais como: autuações fiscais previdenciárias as quais pretende a inclusão de algumas verbas pagas pelo banco à funcionários, autônomos e prestadores de serviços no salário de contribuição, compensações não homologadas pela Receita Federal do Brasil, tributos com exigibilidade suspensa como PIS Lei nº 9.718/98 e o ISSQN, onde alguns municípios incluíram, através de Decretos Municipais, todas as receitas operacionais em sua base de cálculo. O montante provisionado em 30 de junho de 2021 R\$ 89.502 (R\$ 94.679 – 31.12.2020) no Banese Múltiplo e R\$ 99.292 no Banese Consolidado (R\$ 104.408 – 31.12.2020).
- » O procedimento utilizado pelo Banese para reconhecimento destas obrigações apresenta-se de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Deliberação CVM nº 594/2009. Os processos judiciais são classificados por probabilidade de perda em provável, possível e remota, por meio de avaliação na qual se utilizam parâmetros como as decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes, são provisionados os processos classificados como probabilidade de perda provável e as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade da Lei.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

Banese Múltiplo					
				Total	
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	30.06.2021	31.12.2020
Saldo inicial - dezembro do exercício anterior	53.921	9.223	94.679	157.823	114.191
Atualização monetária	2.090	78	512	2.680	3.493
Constituição líquida de reversões e baixas	6.435	1.652	2.663	10.750	70.337
Reversão de provisão	-	-	(7.450)	(7.450)	(14.659)
Pagamentos	(3.427)	(1.099)	(902)	(5.428)	(15.539)
Saldo final do período	59.019	9.854	89.502	158.375	157.823

Banese Consolidado					
				Total	
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	30.06.2021	31.12.2020
Saldo inicial - dezembro do exercício anterior	58.035	11.675	104.408	174.118	126.586
Atualização monetária	2.090	78	512	2.680	3.493
Constituição líquida de reversões e baixas	7.012	2.583	2.733	12.328	75.997
Reversão de provisão	-	-	(7.459)	(7.459)	(14.659)
Pagamentos	(3.549)	(1.634)	(902)	(6.085)	(17.299)
Saldo final do período	63.588	12.702	99.292	175.582	174.118

Os processos enquadrados na categoria de perda possível são assim classificados em decorrência de incertezas geradas quanto ao seu desfecho. São ações para cujo objeto ainda não foi estabelecida jurisprudência ou que dependem da verificação e análise dos fatos, ou, ainda, apresentam aspectos específicos que reduzem a probabilidade de perda. As estimativas de perda para os processos assim classificados, de possível mensuração, montam os seguintes valores em 30 de junho de 2021: trabalhista - R\$ 39.313 (R\$ 39.775 – 31.12.2020), cíveis - R\$ 26.456 (R\$ 28.224 – 31.12.2020) e fiscais R\$ 57.618 (R\$ 66.665 – 31.12.2020). Nestes grupos encontram-se causas de naturezas diversas, principalmente: indenização por danos morais, além de reclamações de natureza trabalhista, tais como isonomia salarial, reintegração de demitidos, indenização por LER, e processos previdenciários, PIS, COFINS e compensações de tributos não homologados pela Secretaria da Receita Federal.

c. Outros Assuntos

A Administração do Banese não possui processos administrativos movidos pelos Órgãos Reguladores.

Receitas Diferidas

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Rendas Antecipadas	112	23
Rendas Antecipadas – Icatu (1)	10.024	10.328
Total	10.136	10.351

(1) Refere-se à receita em decorrência do convênio, celebrado em dezembro de 2017, pelo Banese com a Icatu Capitalização, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 20 anos, para distribuição de produtos de capitalização.

18. PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

Participação de 71,68% na Sergipe Administradora de Cartões e Serviços S.A.
Patrimônio Líquido da Sergipe Administradora de Cartões e Serviços S.A.
Total de participação de não controladores

30.06.2021	31.12.2020 Reapresentado
(118.996)	(116.247)
166.010	162.175
47.014	45.928

O Banese possui preponderância nas deliberações sociais, poder de eleger ou destituir seus administradores e controle operacional efetivo.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O Capital Social, totalmente integralizado, está representado por 7.642.545 ações ordinárias e 7.642.545 ações preferenciais sem valor nominal, todas em circulação. O acionista majoritário, o Estado de Sergipe, detém 93,63% das ações ordinárias e 86,09% das preferenciais.

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferirão aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: I - Prioridade no reembolso do Capital Social, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Sociedade; II - Receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias; III - Inclusão em oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade. IV - Participação nos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

As ações são indivisíveis em relação à Sociedade e cada ação ordinária, sem limitação, corresponderá a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, salvo na hipótese de adoção do voto múltiplo para a eleição de membro do Conselho de Administração.

A Assembleia Geral Extraordinária de 15.10.2020 aprovou com parecer favorável dos Conselhos Fiscal e de Administração, o aumento do Capital Social no montante de R\$ 78.000, por incorporação de reservas, elevando o Capital Social de R\$ 348.000 para R\$ 426.000, homologado pelo Bacen em 06.01.2021.

A tabela a seguir demonstra o lucro por ação com base nas ações ordinárias e preferenciais em circulação:

	01.01.2021 a 30.06.2021	01.01.2020 a 30.06.2020 Reapresentado
Lucro líquido atribuível aos acionistas - R\$ Mil	50.793	25.387
Ações Ordinárias	20.317	10.155
Ações Preferenciais	30.475	15.232
Total de ações	15.285.090	15.285.090
Ações ordinárias	7.642.545	7.642.545
Ações preferenciais	7.642.545	7.642.545
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro líquido por Ação Ordinária do Capital Social (em R\$)	3,16	1,58
Lucro líquido por Ação Preferencial do Capital Social (em R\$)	3,48	1,74

b. Reservas de Lucros

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações:

b.1 Reserva Legal - é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

b.2 Reservas Estatutárias – são constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- » **Reserva estatutária para margem operacional** - com a finalidade de garantir a manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, limitada a até 80% do capital social.
- » **Reserva estatutária para equalização de dividendos** – com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento de dividendos intermediários, limitada a até 20% do capital social.
- » **Reserva especial de lucro** – com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento de dividendos adicionais, propostos pela Administração.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

c.1 Dividendos – o estatuto social confere direitos a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado do exercício social.

c.2 Juros sobre o capital próprio – conforme estatuto social, poderão ser pagos aos acionistas, Juros sobre o Capital Próprio, mediante proposta da Diretoria Executiva, aprovada pelo Conselho de Administração, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária.

O Banese registrou no período, JCP, no montante de R\$ 5.000 referente ao 1º semestre de 2021.

c.3 Dividendos obrigatórios – de acordo com o estatuto social do Banco, art. 44, parágrafo único, os juros sobre capital próprio pagos ou creditados aos acionistas, deverão ser imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

20. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a. Receitas de Prestações de Serviços

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Rendas de serviços prestados a correntistas	10.494	3.353	56.114	37.545
Convênios de arrecadação/pagamento	15.482	23.444	15.482	23.444
Cobrança	2.076	2.036	2.076	2.036
Rendas de garantias prestadas	95	124	95	124
Total	28.147	28.957	73.767	63.149

b. Receitas de Tarifas Bancárias

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Devoluções de cheques	291	539	291	539
Transações com cheques	295	474	295	474
Tarifa de saques	1.221	997	1.221	997
Tarifas de Manutenção de conta	18.369	18.952	18.369	18.952
Tarifa de convênio – pagamento de salário	675	689	675	689
Tarifa de confecção de cartões	48	136	48	136
Tarifa com pacote de serviços	8.786	9.306	8.786	9.306
Outras tarifas bancárias	4.193	6.569	4.193	6.569
Total	33.878	37.662	33.878	37.662

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Total de receita de prestação de serviços + tarifas bancárias	62.025	66.619	107.645	100.811

Relatório de Resultados 2T2021

Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE

c. Despesas de Pessoal

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Salários	(50.179)	(53.138)	(60.120)	(61.531)
Encargos sociais	(8.447)	(8.890)	(9.499)	(9.560)
INSS sobre salários	(13.303)	(15.217)	(15.742)	(17.474)
Remuneração dos Administradores	(1.869)	(1.705)	(2.734)	(2.357)
Benefícios	(10.488)	(11.639)	(13.560)	(14.466)
Treinamento	(158)	(165)	(324)	(175)
Estagiários	(191)	(233)	(273)	(371)
Total	(84.635)	(90.987)	(102.252)	(105.934)

d. Outras Despesas Administrativas

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Processamento de dados	(13.176)	(10.782)	(16.244)	(12.892)
Serviços do sistema financeiro	(8.053)	(3.259)	(8.114)	(3.310)
Depreciações e amortizações	(7.429)	(8.223)	(9.570)	(10.052)
Comunicação	(1.122)	(1.574)	(3.845)	(5.216)
Serviços de vigilância e segurança	(4.811)	(5.569)	(5.249)	(5.962)
Serviços técnicos especializados	(10.371)	(7.031)	(22.995)	(16.931)
Aluguéis	(1.866)	(2.052)	(2.026)	(2.319)
Manutenção e conservação de bens	(3.598)	(3.958)	(4.615)	(4.927)
Propaganda e publicidade	(1.904)	(1.627)	(3.664)	(4.007)
Material	(579)	(477)	(1.525)	(1.174)
Serviços de terceiros	(27.816)	(24.247)	(30.456)	(25.966)
Água, energia e gás	(2.711)	(2.848)	(2.993)	(3.089)
Transporte	(5.150)	(4.347)	(5.429)	(4.627)
Seguro	(2.602)	(1.911)	(2.688)	(1.911)
Promoções e relações públicas	(661)	(1.621)	(821)	(1.684)
Doações	-	-	(1.803)	(1.815)
Outras	(3.834)	(6.474)	(5.262)	(7.300)
Total	(95.683)	(86.000)	(127.299)	(113.182)

e. Despesas Tributárias

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Contribuição ao Cofins	(12.163)	(12.155)	(19.616)	(18.732)
Contribuição ao PIS - Pasep	(1.978)	(1.976)	(3.546)	(3.366)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	(3.134)	(3.362)	(5.586)	(5.245)
Tributos federais	(113)	(137)	(113)	(137)
Tributos estaduais	(23)	(17)	(23)	(17)
Tributos municipais	(151)	(197)	(375)	(397)
Outras	(353)	(305)	(467)	(310)
Total	(17.915)	(18.149)	(29.726)	(28.204)

f. Outras Receitas Operacionais

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Recuperação de encargos e despesas	2.842	309	2.842	309
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	-	-	3.519	3.402
Reversão de Provisões Operacionais	9.461	557	10.164	1.509
Atualização monetária de tributos	4.367	2.162	4.367	2.162
Juros, multas e descontos obtidos na operação de cartão	-	-	44.570	44.441
Cessão de crédito – SEAC	595	2.036	3.079	2
Descontos Financeiros com Antecipação de Repasse	-	-	2.538	354
Ganhos de capital	104	146	104	146
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	23	339	23
Atualização monetária	43	7	43	579
Juros Passivo Atuarial	9.583	-	9.583	-
Outras	426	314	1.329	3.511
Total	27.421	5.554	82.477	56.438

g. Outras Despesas Operacionais

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020 Reapresentado	30.06.2021	30.06.2020 Reapresentado
Contribuição ao SFH	(287)	(82)	(287)	(82)
Operações de crédito - descontos concedidos	(4.116)	(1.106)	(9.062)	(2.982)
Variação Monetária INSS	(40)	(62)	(40)	(62)
Despesas Financeiras	-	-	(2.903)	(124)
Despesa Convênio TJ (1)	(9.551)	(8.708)	(9.551)	(8.708)
Despesa com prêmio de fidelização (2)	(240)	(1.659)	(464)	(1.979)
Cessão de crédito – SEAC	(2.771)	(3.442)	(2.771)	(3.442)
Prejuízo na alienação de valores, bens e investimentos	(7)	-	(14)	(4)
Perdas de capital	(1.353)	(724)	(1.815)	(1.464)
Juros Passivo Atuarial	(623)	(2.460)	(623)	(2.460)
Outras despesas operacionais	(2.432)	(5.052)	(4.738)	(6.856)
Total	(21.420)	(23.295)	(32.268)	(28.163)

(1) Referem-se às despesas decorrentes do convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

(2) Referem-se às despesas com fidelização dos clientes oriundos da cessão da carteira de crédito da SEAC.

h. Despesas Provisões

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Despesas de provisões Passivas – contingências trabalhistas	(10.745)	(4.503)	(11.322)	(4.998)
Despesas de provisões Passivas – contingências cíveis	(1.792)	(1.578)	(2.723)	(2.330)
Despesas de provisões Passivas – contingências fiscais	(3.319)	(2.629)	(3.380)	(2.732)
Despesas de provisões Passiva – Outras	(13)	-	(13)	-
Despesas de provisões Passiva – Garantia Financeira	(15)	(1)	(15)	(1)
Total	(15.884)	(8.711)	(17.453)	(10.061)

21. EXIGIBILIDADES DE CAPITAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO

A Resolução CMN nº 4.192/2013 dispõe sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal, enquanto a Resolução CMN nº 4.193/2013 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN nºs 3.644/2013, 3.652/2013, 3.679/2013 e 3.696/2014 para risco de crédito; das Circulares BACEN nºs 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 04/03/2013, para risco de mercado; da Circular BACEN nº 3.640/2013 e Carta-Circular BACEN nº 3.625/2013 para risco operacional.

Para a parcela de risco operacional, o BANESE utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (APAS). Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.283 /1996, o Índice de Imobilização apurado em relação ao Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial foi de 15,20%, estando, portanto, em conformidade com o máximo permitido pelo BACEN, que é de 50%.

O Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices, bem como os Ativos Ponderados de Risco, em 30/06/2021, estão demonstrados abaixo:

Patrimônio de Referência	30.06.2021
Patrimônio de referência nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	581.408
Capital Principal – CP	474.280
Capital Social +Participação de Não Controladores	473.014
Reservas De Capital, Reavaliação e de Lucros	69.845
Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa	-
Sobras ou Lucros Acumulados	43.254
Contas de Resultado Credoras	-
Contas de Resultado Devedoras	-
Perdas ou Prejuízos Acumulados	-
Depósito Para Suficiência de Capital	-
Outros Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	-
Total de Deduções de Ajustes Prudenciais	111.833



Não Realizadas - Avaliação Patrimonial e TVM	3.956
Ajustes Prudenciais Exceto Participações Não Consolidadas e Crédito Tributário	65.443
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis	16.049
Ajuste Prudencial VIII - Demais Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e relacionados à CSLL	2.380
Ajuste Prudencial XIV - Participação de não Controladores em Subsidiárias não Autorizadas Pelo BCB	47.014
Ajuste Prudencial XV - Diferença a Menor - Ajustes da Resolução 4.277/13	-
Ajustes Prudenciais - Investimentos Significativos e Créditos Tributários	42.433
Ajuste Prudencial - Créditos Tributários de Diferença Temporária - excedente a 10% do CP III	42.433
Capital Complementar	
Patrimônio de referência nível II	107.129
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	107.129
Autorizados em conformidade com a Resolução CMN 4.192/13 - Com redutor	107.129
Redutor 0%	100.861
Redutor 20%	-
Redutor 40%	6.267
Redutor 60%	-
Redutor 80%	-
Redutor 100%	-
Ativos Ponderados de Risco:	4.399.246
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA CPAD)	3.943.527
a) Por Fator de Ponderação (FPR):	
FPR de 2%	-
FPR de 20%	12.467
FPR de 35%	115.560
FPR de 50%	639.520
FPR de 75%	1.641.447
FPR de 85%	-
FPR de 100%	1.393.131
FPR de 150%	-
FPR de 250%	129.178
FPR de 300%	-
FPR de 909,09%	-
FPR de 1.250%	12.223
b) Por Tipo:	
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA MPAD)	13.569
Prefixadas denominadas em real (RWAJUR1)	13.117
Cupons de moedas estrangeiras (RWAJUR2)	1
Cupom de índices de preços (RWAJUR3)	389
Cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	-
Operações sujeitas à variação do preço de commodities (RWACOM)	-
Operações sujeitas à variação do preço de ações (RWAACS)	61
Ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWACAM)	1
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWAOPAD)	442.150
RWA	4.399.246
Fator Mínimo Requerido + Adicionais de Capital Principal	9,63%
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	351.940
Capital Principal Mínimo requerido para o RWA	197.966
Mínimo Capital Principal + ACP / RWA	225.461
Rban	24.318
Fator F	13,22%
Sobra FATOR	3,59%
Nível I / RWA	10,78%
Mínimo Nível I + ACP / RWA	7,625%
Folga de Mínimo Nível I / RWA	3,16%
Capital Principal / RWA	10,78%
Mínimo Capital Principal / RWA	6,125%
Folga Capital Principal / RWA	4,66%
Margem sobre o PR Considerando o Capital para cobertura do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária e o ACP	133.662

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Banco está sujeito ao regime de tributação do lucro real e procede ao pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social pela estimativa com base em balancete de suspensão / redução. A despesa de imposto de renda registrada no Banese Múltiplo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 14.886 (R\$ 11.821 – 30.06.2020) e no Consolidado foi de R\$ 19.788 (R\$ 16.436 – 30.06.2020), e a de contribuição social no Banese Múltiplo foi de R\$ 11.566 (R\$ 8.615 – 30.06.2020) e no consolidado R\$ 14.566 (R\$ 11.462 – 30.06.2020), estando sua conciliação a seguir demonstrada:

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado		Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	Imposto de Renda		Imposto de Renda		Contribuição Social		Contribuição Social	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
	Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado	
Resultado antes da tributação e participações	84.927	47.802	95.820	60.557	84.927	47.802	95.820	60.557
Participações estatutárias	(7.682)	(4.295)	(7.682)	(4.295)	(7.682)	(4.295)	(7.682)	(4.295)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições líquidas de caráter permanente	(12.166)	(503)	(2.822)	6.475	(12.559)	(896)	(3.215)	6.081
Adições líquidas de caráter temporário	(26.783)	28.361	(26.585)	28.627	(26.783)	28.361	(26.585)	28.627
Lucro tributável antes das compensações	38.296	73.825	58.731	93.824	37.903	73.432	58.338	93.430
Compensação prejuízo fiscal e base negativa CSLL	-	-	(6.131)	(6.000)	-	-	(6.131)	(6.000)
Lucro tributável após compensações	38.296	73.825	52.600	87.824	37.903	73.432	52.207	87.430
Valores devidos pela alíquota normal	(5.744)	(11.074)	(7.890)	(13.174)	(7.581)	(13.449)	(9.726)	(15.548)
Adicional de imposto de renda (10%)	(3.818)	(7.370)	(5.236)	(8.758)	-	-	-	-
Incentivos fiscais	273	736	359	856	-	-	-	-
Tributos devidos	(9.289)	(17.708)	(12.767)	(21.076)	(7.581)	(13.449)	(9.726)	(15.548)
Crédito tributário sobre as diferenças temporárias	(5.597)	7.159	(5.488)	7.418	(3.985)	5.878	(3.920)	6.024
Crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa CSLL	-	-	(1.533)	(1.500)	-	-	(920)	(900)
Valor registrado efetivamente no resultado	(14.886)	(10.549)	(19.788)	(15.158)	(11.566)	(7.571)	(14.566)	(10.424)
% da despesa efetiva em relação ao lucro antes do IRPJ e CSLL	17,53%	22,07%	20,65%	25,03%	16,35%	15,84%	15,20%	17,21%

A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada:

Banese Múltiplo	Banese Consolidado		Banese Múltiplo	Banese Consolidado
	Imposto de Renda	Contribuição Social		
	Diferenças Temporárias	Diferenças Temporárias	Diferenças Temporárias	Diferenças Temporárias
Saldo em 31.12.2020	92.982	74.388	108.172	84.274
(+) Constituição de Créditos Passivo Atuarial	495	396	495	396
(-) Realização de Créditos Passivo Atuarial	(6.614)	(5.291)	(6.614)	(5.291)
(+) Constituição de Créditos – Outras Adições	3.055	2.935	8.144	5.988
(-) Realização de Créditos – Outras Adições	(8.806)	(7.046)	(13.786)	(10.034)
(-) Realização de Créditos - Prejuízo Fiscal/Base Negativa CSLL	-	-	(1.533)	(920)
Saldo em 30.06.2021	81.112	65.382	94.878	74.413



O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social apresenta a seguinte composição:

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
1. Adições Temporárias - base de cálculo	324.448	245.774	324.448	245.774	375.492	297.702	375.492	297.707
- Créditos Tributários adições temporárias	81.112	61.443	65.382	49.155	93.873	74.425	73.038	56.945
- Prejuízo Fiscal/Base Negativa IRPJ/CSLL	-	-	-	-	4.020	13.152	9.167	18.293
- Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal/ Base Negativa IRPJ/CSLL	-	-	-	-	1.005	3.288	1.375	2.744
Total de Créditos Tributários Ativos	81.112	61.443	65.382	49.155	94.878	77.713	74.413	59.689
Créditos Tributários Não Ativos	1.177	3.931	942	3.144	1.177	3.931	942	3.144

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, com a consequente geração de obrigações com impostos e contribuições, já considerando o disposto no artigo 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.249/1995.

Os créditos não ativados são provenientes das provisões para cobertura de perdas no recebimento do FCVS, considerando a falta de definição de prazo tanto para a homologação pela Caixa Econômica Federal, como para emissão dos títulos pelo Tesouro Nacional.

O quadro abaixo demonstra os valores previstos de realização na data de 30 de junho de 2021, comparativamente com o valor presente do crédito, calculado com base na taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI projetada para os períodos correspondentes.

Banese Múltiplo

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente
2021	2.462	2.333	2.462	2.333	4.924	4.666
2022	9.402	8.422	7.521	6.737	16.923	15.159
2023	3.533	2.948	2.827	2.359	6.360	5.307
2024	3.533	2.728	2.827	2.183	6.360	4.911
2025	3.533	2.516	2.827	2.013	6.360	4.529
Acima de 5 anos	58.649	32.313	46.918	26.051	105.567	58.364
Total – 30.06.2021	81.112	51.260	65.382	41.676	146.494	92.936
Total – 30.06.2020	61.443	47.349	49.155	37.880	110.598	85.229

Banese Consolidado

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente
2021	4.744	4.495	4.603	4.362	9.347	8.857
2022	10.678	9.565	8.287	7.423	18.965	16.988
2023	4.809	4.013	3.593	2.998	8.402	7.011
2024	4.809	3.713	3.593	2.774	8.402	6.487
2025	4.809	3.425	3.593	2.558	8.402	5.983
Acima de 5 anos	65.029	36.475	50.746	28.548	115.775	65.023
Total – 30.06.2021	94.878	61.686	74.413	48.663	169.291	110.349
Total – 30.06.2020	77.713	61.709	59.689	47.236	137.402	108.945

O total do valor presente dos créditos tributários em 30 de junho de 2021, para Banese Múltiplo, é de R\$ 92.936 (R\$ 85.229 – 30.06.2020), e para Banese Consolidado R\$ 110.349 (R\$ 108.945 – 30.06.2020), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI projetada para os períodos correspondentes.

A capacidade de realização do crédito tributário da SEAC, no montante de R\$ 17.413, está baseada em projeções de resultados positivos futuros, decorrentes da: i) reestruturação organizacional da SEAC; (ii) redução de custos operacionais e aumento das receitas através de parceria com empresa de recuperação de crédito e empresas de tecnologia na área automação de cartões de créditos.

23. GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E AUDITORIA

A Gestão de Riscos do Banese é supervisionada pela Superintendência de Gestão de Riscos, com unidades específicas para gestão dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental e de capital, devidamente segregadas das áreas relacionadas aos negócios. Todas as informações pertinentes ao tema estão acessíveis na página da internet do Banese, ri.banese.com.br.

Gestão de Capital

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, o Banco dispõe de processo contínuo de monitoramento e controle do capital, bem como de planejamento de metas e avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a organização está sujeita, considerando suas metas e objetivos estratégicos. Nesse sentido, conta com estrutura interna responsável por acompanhar de forma integrada os riscos que podem impactar no capital da Instituição.

Risco de Crédito

Entende-se por Risco de Crédito a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, assim como o da depreciação da classificação de risco do tomador do contrato de crédito, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas na renegociação, dos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento das obrigações pela contraparte, pautados nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

Risco de Mercado

Compreende a possibilidade de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, que inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*), pautada nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

Risco de Liquidez

Abrange a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade da instituição não conseguir negociar, a preço de mercado, uma posição, por causa de seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado, pautado nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional do Banese está capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais próprios e do Conglomerado, conforme determina a Resolução CMN nº 4.557/2017. Essa estrutura, aprovada pelo Conselho de Administração, tem como missão cumprir as estratégias e política de risco operacional, refletir sobre o papel e as responsabilidades das unidades, disseminar a cultura da gestão de risco operacional, bem como promover a capacitação do corpo funcional e a comunicação interna e externa.

Risco Socioambiental

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. É pautado nos princípios da Relevância, Proporcionalidade, Eficiência, Transparência, Ética, Conformidade e Combate à Corrupção, sendo ratificado por meio da Resoluções CMN nºs 4.327/2014 e 4.557/2017.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade de gerenciamento de riscos tem cunho estratégico em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios do Banco, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.

O Banese, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente, de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição.

Risco Operacional

Com base nos preceitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.557/2017 e nos princípios do Acordo de Basileia III, a Política de Risco Operacional representa um conjunto de diretrizes globais estabelecidas pela administração do Banco, que delineia o modelo adotado para proporcionar, além do cumprimento da legislação vigente, a adoção de práticas de identificação de riscos e controles mitigadores, capazes de manter todos os processos, produtos e serviços oferecidos pelo Banese seguros e competitivos, minimizando perdas relativas aos riscos operacionais aprovadas por alçadas competentes. Com relação à alocação de capital oriunda da apuração da parcela dos Ativos Ponderados para Risco Operacional, o Banese adota o modelo da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada – APAS.

Risco de Crédito

Visando mitigar as posições expostas a esse tipo de risco na carteira de crédito, o Banese estabeleceu metodologias de avaliação de risco de crédito que ponderam aspectos do risco do cliente e do risco da operação, objetivando a mensuração adequada do risco final da operação.

Também visam traçar perfis de comportamento dos clientes, notadamente através de informações pessoais, financeiras e históricas, a fim de separá-los em “bons” e “maus”, minimizando o risco de perda para a Instituição. Após os devidos processamentos, as pontuações obtidas através dos modelos de risco de crédito da Instituição são convertidas em nota de risco, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/1999. De acordo com os procedimentos do Banco, os referidos modelos estão em constante monitoramento, objetivando as adequações pertinentes, sempre que necessárias.

Em referência às regras estabelecidas para a realização de provisões de créditos de liquidação duvidosa, o Banese obedece aos critérios positivados na citada Resolução e utiliza-se da faculdade disposta no parágrafo 1º do art. 4º, a qual permite a contagem em dobro dos prazos elencados no inciso I do mesmo artigo, nas operações cujo o prazo a decorrer seja superior à 36 (trinta e seis) meses.

Além das medidas prudenciais retro mencionadas, que minimizam o risco de *default* das operações de crédito, as exposições financeiras do Banese, que são incorridas ao risco de crédito, são minimizadas devido ao fato de serem realizadas por servidores públicos, com créditos vinculados ou consignados à folha de pagamento e de financiamento ao cartão de crédito, correspondendo a cerca de 85,96% da carteira de crédito pessoa física, representando assim um portfólio de baixo risco.

Destaca-se ainda que cerca de 92,55% do portfólio de Títulos e Valores Mobiliários é aplicado em títulos públicos federais. As posições em caixa ou equivalente de caixa não possuem exposição ao risco de crédito, haja vista se tratar de recursos em espécie ou de aplicação em títulos públicos federais. O volume de contas a receber está representado pelas operações de crédito apresentadas na tabela abaixo:

Banese Consolidado

	30.06.2021	31.12.2020
- Operações de crédito	2.823.470	2.543.082
- Outros títulos com característica de concessão de crédito	560.468	556.759
- TVM	1.614.228	1.356.640
- Depósitos interfinanceiros	1.289.496	1.096.980
- Aplicações no mercado aberto	273.688	647.004

Risco de Liquidez

O Banese mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos assumidos pela Instituição, resultado da alta capilaridade da sua rede de agências, como também da sua ampla e diversificada base de depositantes e da qualidade dos seus ativos. O controle do risco de liquidez do Banese está em consonância com suas políticas internas e às exigências da supervisão bancária, em especial à Resolução CMN nº 4.557/2017.

Este controle é realizado por área responsável distinta à gestão direta da tesouraria do Banco, a qual envia relatório diário contendo informações sobre os cenários de normalidade e estressado da nossa liquidez, bem como faz uma análise econômico-financeira com base na liquidez interna e nos indicadores do mercado.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros:

Título	S/ Vencimento	até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
LFTs e LFT-A	-	103.494	50.629	170.224	546.128	870.475
Operações compromissadas TPF	-	273.688	-	-	-	273.688
CVSA/CVSC	-	-	-	-	16.873	16.873
Letras Financeiras	-	10.424	-	76.576	-	87.000
Fundos exclusivos multimercado	2.433	-	-	-	-	2.433
Fundos abertos multimercado	4	-	-	-	-	4
Fundos exclusivos de direito creditório	100.688	-	-	-	-	100.688
Fundos abertos de renda fixa	9	-	-	-	-	9
CDB	-	-	5.073	-	-	5.073
Depósitos Interfinanceiros	-	92.142	299.948	386.762	-	778.852
DIs Vinculados ao Crédito Rural	-	88.847	25.319	-	-	114.166
Operações de crédito	-	28.186	507.549	1.935.835	-	2.471.570
Total de Ativos	103.134	596.781	888.518	2.569.397	563.001	4.720.831
Depósito à vista	1.069.109	-	-	-	-	1.069.109
Depósito a prazo	-	60.427	103.710	1.452.189	8.736	1.625.062
Depósito de poupança	1.902.120	-	-	-	-	1.902.120
Depósito Judicial	1.243.705	-	-	-	-	1.243.705
Depósito Interfinanceiro	-	95.339	52.084	-	-	147.423
Depósitos especiais com remuneração	-	506	-	-	-	506
Outros Depósitos	-	-	-	-	-	0
Letra Financeira Subordinada	-	-	-	15.668	100.681	116.349
Letra Financeira	-	-	11.263	19.244	-	30.507
Letra de Crédito Imobiliário	-	4.051	13.696	14.979	-	32.726
LFT – Operações compromissadas	-	-	-	11.268	-	11.268
Obrigações por Repasse FNE	-	4.581	12.601	84.520	-	101.702
Obrigações por Repasse FINAME	-	42	414	706	-	1.162
Obrigações por Repasse BNDES	-	518	2.330	9.587	-	12.435
Obrigações por Repasse FUNGETUR	-	26.026	-	-	-	26.026
Total de Passivos	4.214.934	191.490	196.098	1.608.161	109.417	6.320.100

Risco de Mercado

O Conglomerado Prudencial utiliza um sistema integrado para aferição do risco, determinação das exposições e acompanhamento dos limites determinados em suas políticas/normativos internos. Os limites internos são acompanhados diariamente e preveem travas de exposição global aos riscos, em moedas estrangeiras, fundos de investimento multimercados, de ações e de renda fixa. Como forma de acompanhar a exposição do Conglomerado às variações de ativos e passivos sujeitos ao risco de mercado, periodicamente são realizadas análises de sensibilidade, como forma de estimar o comportamento de nossa carteira em condições de estresse de mercado, bem como supondo quebras de premissas. O controle do risco de mercado do Banese está em consonância com suas políticas internas e às exigências da supervisão bancária, em especial à Resolução CMN nº 4.557/2017.

Em atendimento à Instrução Normativa CVM nº 475/2008, o Conglomerado realizou análise de sensibilidade por fator de risco de mercado considerado relevante, aos quais a instituição estava exposta. Nessa análise, o fator Pré, CDI e Cupom de TR representam 92,28% do total de exposições ativas e 81,43% passivas, sendo, portanto, as posições predominantes em função da expressividade das operações de crédito pré-fixadas, bem como da captação em poupança e da aplicação em crédito imobiliário no total das exposições da empresa.

A Carteira *Trading* consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, detidas com intenção de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

A Carteira *Banking* se refere às operações não classificadas na carteira de negociação. Consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização. O quadro, a seguir, demonstra a análise de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) e não reflete o modo como os riscos de mercado dessas exposições são administrados no dia a dia da Organização.

Banese Consolidado – 30.06.2021

Operação	Exposição	Risco de Variação	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Operações de crédito e demais exposições sujeitas a variações das taxas de juros pré-fixadas em real	3.170.726	Taxas de juros (pré-fixadas)	(130.476)	(158.331)	(233.333)
Operações de crédito imobiliário, captações em poupança e demais exposições sujeitas a variações nas taxas	(2.740.573)	Taxas de cupom de TR	179.148	221.195	322.167
Exposições sujeitas às variações do Cupom de IPCA	(165.878)	Taxas de cupom de inflação (IPCA)	29.729	36.071	42.150

Fonte: Sistema Plataforma de Riscos (SPR), junho/21.

Para efeito dos cálculos apresentados acima, considerou-se no Cenário I a situação mais provável, com a projeção de um cenário de aumento das taxas de juros, com base em dados do mercado, quais sejam, as curvas de contratos de DI1 com negociação no dia na B3 e nas taxas médias de *swap* DI X PRE para o prazo de um ano (vértice 252 du). Em relação à TR (taxa Referencial), utilizou-se as cotações médias de *swap* ou as curvas de cupom para esta taxa informada pela B3 para o prazo de um ano (vértice 252 du). Já para o IPCA, utilizou-se a taxa média para o prazo de um ano (vértice 252 du). Para a construção dos Cenários II e III aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novas posições estressadas. Os cenários da tabela acima representam o resultado financeiro estimado, considerando a marcação a mercado das exposições feitas em função da análise de sensibilidade apresentada.



Risco Socioambiental

O Banese adota procedimentos de avaliação e gerenciamento dos riscos socioambientais em seus processos, produtos, negócios e serviços para assegurar:

- » A classificação, identificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental nas atividades e operações do Banese;
- » Os registros de perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo prazo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico relacionado ao caso;
- » A análise e avaliação dos clientes que possam estar em desacordo com a legislação socioambiental vigente;
- » A análise prévia dos potenciais impactos e oportunidades socioambientais causados pela criação de novas linhas de crédito;
- » Que as operações de crédito sejam realizadas de forma consciente objetivando o não endividamento excessivo e a uma possível inadimplência, para que haja qualidade na carteira através do crédito consciente;
- » Recebimento de garantias reais em favor de operações, que não estão localizadas em áreas de preservação ambiental;
- » Oportunidades profissionais aos colaboradores, inclusive quanto à qualificação técnica, garantia da liberdade de expressão, combate a práticas discriminatórias e ações de combate ao assédio moral;
- » O combate ao trabalho infantil, escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes;
- » A qualificação dos colaboradores acerca da Responsabilidade Socioambiental tanto no ambiente externo quanto interno;
- » A análise dos fornecedores quanto à conduta ética, social e ambiental, repudiando práticas em desconformidade com as imposições legais;
- » A inclusão em seus contratos de cláusulas que preveem o cumprimento de práticas socioambientais em conformidade com a legislação vigente;
- » Manter o compromisso com o desenvolvimento do Estado através de ações que promovam o desenvolvimento socioambiental da região;
- » A análise e desenvolvimento de serviços e produtos que estimulem as práticas socioambientais;
- » O apoio a projetos desenvolvidos por entidades que promovam o desenvolvimento social e cultural do Estado;
- » A promoção de ações educativas para incentivar práticas de consumo sustentável no ambiente de trabalho, incentivando o consumo consciente de energia e recursos naturais;
- » O desenvolvimento de projetos que favoreçam a destinação adequada de recursos sólidos, objetivando a redução de impactos ao meio ambiente;
- » A implementação de equipamentos mais eficientes que promovam a redução de energia;
- » A aplicação de conceitos de ecoeficiência nas obras e serviços de engenharia realizadas pelo Banco, atendendo a critérios socioambientais;
- » O apoio a mecanismos de mercado, políticas públicas e iniciativas que promovam melhorias contínuas para a sociedade e mitiguem desafios sociais e ambientais;
- » O incentivo a projetos e investimentos a clientes que promovam o desenvolvimento socioambiental;
- » O incentivo a educação financeira e consumo do crédito consciente perante a sociedade;
- » O estímulo dos clientes ao envolvimento com a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

24. REMUNERAÇÃO PAGA A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Os valores máximos, médios e mínimos da remuneração mensal paga pelo Banco aos seus empregados e administradores são os seguintes em R\$ 1,00:

Remuneração Bruta	Empregados (1) R\$	Administradores (2) R\$
Máxima	17.091,16	37.743,25
Média	7.107,91	35.076,91
Mínima	2.437,79	34.129,04

(1) Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

(2) Inclui honorários, verba de representação e direitos individuais atribuídos a empregados.

Em 30 de junho de 2021, o número de empregados do Banco do Estado de Sergipe totalizava 864 (965 – 31.12.2020), registrando-se, no período, um decréscimo de 10,47% no quadro de pessoal do Banco.

O Banco custeia plano de Benefício Sergus Saldado (PBSS) e de Contribuição Definida (CD) e patrocina o plano de assistência à saúde para seus empregados. O valor acumulado até 30 de junho de 2021 e 2020 das contribuições está demonstrada a seguir:

	30.06.2021	30.06.2020
Plano de Previdência Complementar	2.499	2.438
Plano de Assistência à Saúde	1.767	1.790

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em atendimento aos requerimentos dispostos na Deliberação CVM nº 695/2012 e Resolução CMN nº 4.877/2020, que aprovaram o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o Banco contabilizou os seus benefícios a empregados reconhecendo as suas obrigações atuariais.

Para fins de atendimento à supracitada Deliberação, os valores calculados por atuário externo, na data-base de 30 de junho de 2021, conforme relatório técnico de 23 de julho de 2021, apresentou déficit atuarial de responsabilidade da patrocinadora no montante de R\$ 19.074.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e/ou de mudanças nas premissas atuariais são registradas, como ativos ou passivos, tendo como contrapartida o patrimônio líquido. Como houve perda atuarial, o efeito acumulado da aplicação dessa norma no Banese impactou negativamente o patrimônio líquido no valor de R\$ 3.956 em 30.06.2021, líquido dos créditos tributários no montante de R\$ 3.237.

Em 30/06/2021 o Banco passou a reconhecer, em suas demonstrações financeiras, a obrigação de passivo atuarial de acordo com a paridade e proporção contributivas, na ordem de 39,25% sobre o valor presente da obrigação atuarial não coberta pelo valor justo dos ativos do plano. Tal fato foi resultado de estudos aprofundados realizados pela Administração do Banco que trouxeram, durante o primeiro semestre de 2021, informações adicionais sobre a ótica de segurança jurídica e sobre casos de equacionamentos de déficits, onde ficou claro que a paridade contributiva sobre as contribuições extraordinárias do patrocinador, dos participantes e assistidos em planos de equacionamento de déficits tem sido sempre observada no contexto da Lei Complementar nº 108/2001.

O impacto decorrente da aplicação do compartilhamento de riscos foi reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras, tendo sido tratado como uma “mudança de estimativa”, de acordo com o “CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro”, dado que novas informações e práticas sobre o tema para a conclusão do estudo, alinhadas aos dispositivos das Leis Complementares nº 108 e 109/2001, foram obtidas no primeiro semestre de 2021.

Características do plano de previdência dos empregados do Banco do Estado de Sergipe

O Banco é patrocinador do Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS, constituído em 13.06.1980, entidade fechada de previdência complementar, dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária, custeada por contribuições dos participantes ativos, participantes assistidos e de patrocinadoras, abrangendo os seguintes benefícios: suplementação de aposentadoria por invalidez, idade, por tempo de contribuição e especial, suplementação de benefício diferido por desligamento, pecúlio por morte, auxílio doença, auxílio reclusão, suplementação de pensão e abono anual.

A Política Previdenciária executada pelo Instituto Banese de Seguridade Social tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001 e demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Economia, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, o Estatuto Social da Entidade Gestora e os respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios. Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar do Banese se fundamentam nos seus respectivos regulamentos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e da Patrocinadora, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial.

Descrição geral das características do plano previdenciário de benefício definido saldado

O Banese mantém um plano previdenciário para os seus empregados e ex-empregados (aposentados e pensionistas), administrado pelo Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes, pensionistas e dependentes benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social. O processo de Saldamento Universal do Plano SERGUS BD foi aprovado em 07.11.2018 pela PREVIC por meio do Parecer nº 656/2018 publicado no DOU em 09.11.2018, em que, a partir do mês dezembro/2018, houve o fechamento do Plano para novas adesões e a suspensão da cobrança das contribuições normais. Com a aprovação desse processo o plano passou a ser denominado Plano de Benefícios SERGUS Saldado – PBSS. O Saldamento do Plano SERGUS BD não criou novos compromissos previdenciários para a Entidade. Pelo contrário, a operação proposta visou à mitigação de determinados riscos que poderiam, de uma forma ou outra, afetar futuramente o equilíbrio econômico e financeiro do plano de benefícios, dos quais destaca-se à premissa de crescimento real dos salários, que não mais afeta os compromissos previdenciários do Plano Saldado, já que os benefícios são definidos em valor constante e atualizados anualmente pela variação do INPC.

Plano de Custeio

O valor das contribuições normais necessários às coberturas dos custos dos planos de benefícios e a constituição de reservas com a finalidade de prover o pagamento dos benefícios dos planos de benefícios, foram calculadas de acordo com a metodologia definida na nota técnica atuarial realizada por empresa especializada, respeitando-se o regime financeiro e o método de financiamento adotado. Sua definição contemplou o fluxo de contribuições de participantes (ativos e assistidos) e patrocinadores. Para o Plano de Benefício Definido Saldado o custeio administrativo foi definido como um percentual sobre o benefício saldado. Para o Plano de Contribuição Definida o custeio previdenciário foi definido como um percentual sobre o salário de contribuição. Todas as informações pertinentes ao tema estão acessíveis na página da internet do SERGUS, <https://portalsergus.banese.com.br/>

Gerenciamento de riscos

Liquidez: A definição de Risco de Liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, num horizonte de tempo definido e, também, na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado. O SERGUS estabelece limites operacionais para o Risco de Liquidez consistente com as futuras obrigações da Entidade, para os instrumentos financeiros e demais exposições, cujos cumprimentos dos parâmetros de grandeza são analisados regularmente por comitês e submetidos a instâncias diretivas, visando garantir sua operacionalidade de maneira eficaz pelos gestores.

Operacional: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do Risco Operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o SERGUS está exposto. O objetivo do seu gerenciamento é obter controle sobre os riscos, buscando minimizá-los para proteger a Entidade e, consequentemente, salvaguardar o patrimônio e os interesses dos participantes e das patrocinadoras.

Mercado: O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Entidade. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações. O SERGUS está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de seus instrumentos financeiros.

Crédito: O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Atuarial: O risco atuarial está relacionado à possibilidade de os fluxos de caixa futuros não serem suficientes para assegurar a cobertura das obrigações atuariais do plano, logo o risco é decorrente da adoção de metodologias inadequadas, ou de premissas atuariais agressivas e pouco aderentes à massa de participantes. As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial são: (i) Premissas demográficas, relacionadas aos eventos de vida, morte e invalidez a que os participantes estão expostos; (ii) Premissas econômicas, relacionadas à inflação e à taxa de juros que impactam os recursos garantidores; e (iii) Premissas administrativas, relacionadas ao custo de administração do plano.

Gestão de Investimentos

A Gestão dos investimentos do SERGUS possui como foco principal a preservação de capital, mínima exposição à ativos de risco, diversificação e busca sempre ativos com taxas esperadas de retorno que façam frente à sua meta de rentabilidade. Atualmente, a Entidade possui uma estratégia de risco de suas aplicações financeiras que é mista, ou seja, parte dos recursos, 71,30% encontra-se sob a gestão da carteira própria e 28,70% sob uma gestão terceirizada. No entanto, o SERGUS sempre acompanha, monitora e controla, de maneira contínua, todos os recursos obtidos pela gestão terceirizada de maneira integral.

Nesse sentido, o direcional segue apontado no estudo de ALM, que possui como principal objetivo obter uma carteira ótima de ativos que forneça: (i) O cumprimento dos objetivos atuariais; (ii) Liquidez adequada à carteira; e (iii) Geração de resultados compatíveis em termos de risco e retorno.

Premissas atuariais

Premissas Biométricas:

Tábua de mortalidade geral de válidos: BREMSsb-2015 (por sexo) suavizada em 10% (dez por cento); tábua de mortalidade de inválidos: AT-83 IAM (por sexo); tábua de entrada em invalidez – TASA 1927; tábua de rotatividade - nula.

Premissas Econômicas:

Taxa de desconto de longo prazo da obrigação atuarial: 4,36% a.a.; taxa de inflação futura 3,50% a.a.; índice de aumento salarial real estimado: não aplicável; taxa de crescimento real dos benefícios: 0% a.a.; fator de determinação do valor real dos salários e dos benefícios da Entidade: 98,44%; índice de reajuste do plano: INPC/IBGE.

Os resultados da avaliação atuarial, conforme CPC 33 (R1) são demonstrados a seguir:

	Banese Múltiplo	
	30.06.2021	31.12.2020
Valor presente das obrigações	1.009.909	1.039.666
Valor justo dos ativos do plano	(961.312)	(996.117)
Déficit Atuarial	48.597	43.549
Passivo atuarial de responsabilidade da patrocinadora	19.074	17.093

O perfil de vencimento da obrigação atuarial de benefício definido está demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo				
	Até 1 Ano	Entre 1 e 2 Anos	Entre 2 e 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total
Plano PBSS	55.961	60.182	183.111	1.655.089	1.954.343

As movimentações do saldo do Passivo atuarial são as seguintes:

	Banese Múltiplo	
	30.06.2021	31.12.2020
Passivo atuarial líquido anterior	43.549	65.784
Despesa do exercício	1.588	5.013
Contribuições pagas	-	(42)
Perda/(Ganho) atuarial reconhecido imediatamente em Outros Resultados Abrangentes	3.460	(27.206)
Passivo atuarial líquido integral	48.597	43.549
Passivo atuarial líquido de responsabilidade da patrocinadora	19.074	17.093

Relatório de Resultados 2T2021
Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE

A reconciliação do valor da obrigação atuarial é demonstrada a seguir:

	Banese Múltiplo	
	30.06.2021	31.12.2020
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro do exercício anterior	1.039.666	1.049.668
Custo dos juros	37.919	79.985
Benefícios pagos pelo fundo	(17.856)	(33.179)
Ganhos atuariais sobre a obrigação atuarial	(49.820)	(56.808)
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de mudança de premissa econômica	29.878	(46.669)
Ganhos atuariais em decorrência da experiência	(79.698)	(10.139)
Valor presente da obrigação	1.009.909	1.039.666

A reconciliação do valor justo dos ativos do plano é demonstrada a seguir:

	Banese Múltiplo	
	30.06.2021	31.12.2020
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro do exercício anterior	996.117	983.884
Rendimento esperado do valor justo dos ativos do plano	36.330	74.972
Contribuições recebidas pelo fundo	-	43
Benefícios pagos pelo fundo	(17.856)	(33.179)
Perdas atuariais sobre o valor justo dos ativos	(53.279)	(29.603)
Valor justo dos ativos do plano	961.312	996.117

O detalhamento das despesas é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo	
	30.06.2021	31.12.2020
Juros sobre a obrigação atuarial	37.918	79.985
Rendimento dos ativos do plano	(36.330)	(74.972)
Despesa líquida do período	1.588	5.013

As categorias do valor justo dos ativos do plano estão demonstradas a seguir:

	Banese Múltiplo	
	30.06.2021	31.12.2020
Títulos de renda fixa	85 %	85 %
Títulos de renda variável	11 %	12 %
Imóveis	3 %	2 %
Empréstimos	1 %	1 %

O montante das contribuições do Banese no período totalizou R\$ 2.499 (R\$ 2.438 – 30.06.2020), correspondentes, principalmente, ao plano CD, e foi imputado às despesas operacionais.

O demonstrativo da análise de sensibilidade por alteração da taxa de juros é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo		
	Taxa de Juros de 4,3636%a.a	Taxa de Juros de 5,3636%a.a	Taxa de Juros de 3,3636%a.a
Valor presente da obrigação em 30.06.2021	1.009.909	892.471	1.155.871

O resultado abrangente, registrado no Banese, é demonstrado a seguir:

	30.06.2021	30.06.2020 Reapresentado
Lucro Líquido do Período	50.793	25.387
Passivo Atuarial	7.676	54.939
Crédito Tributário sobre Passivo Atuarial	(3.455)	(22.643)
Total do Resultado Abrangente	55.014	25.387

a) Planos de assistência à saúde e odontológico

O Banco patrocina o Plano de Assistência a Saúde e o Plano Odontológico, obedecendo a relação contributiva de 1 por 1, os quais são destinados aos empregados ativos e dependentes, não assumindo nenhuma responsabilidade após a aposentadoria.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (BANCO)

a) Transações do Banese Múltiplo com controlador e com as controladas:

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/2020, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As transações do Banese Múltiplo com as controladas estão relacionadas a seguir:

Banese Múltiplo e Consolidado

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	30.06.2021	31.12.2020 Reapresentado	30.06.2021	30.06.2020
Empresa consolidada				
Depósitos à vista				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA.	(2.566)	(10.778)	-	-
Depósitos à prazo (1)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA.	(70.464)	(137.578)	(1.456)	(958)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA.	(8.070)	-	-	-
Outros créditos				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA.	(61.219)	(45.948)	-	-
Estado de Sergipe	(17.630)	(17.630)	-	-
Outras obrigações (2)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA.	-	(4.613)	-	-
Investimentos				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA.	(118.996)	(116.247)	(7.570)	(5.240)
Outras despesas operacionais (2)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA.	-	-	(1.013)	(5.397)
Outras receitas operacionais (3)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA.	-	-	(2.484)	(1.483)
Controladores e pessoal chave da administração				
Depósitos à vista				
Controladores	(118.030)	(118.274)	-	-
Pessoal chave da administração	(511)	(33)	-	-
Depósitos a prazo				
Controladores	(525.643)	(327.110)	(1.491)	-
Pessoal chave da administração	(1.569)	(633)	(14)	(17)

(1) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das respectivas operações;

(2) Refere-se a receita de tarifa a qual é cobrada de acordo com o contrato mantido entre as partes.

(3) Refere-se a receita de desconto concedido na operação da cessão da carteira de cartão de crédito.

Os valores envolvendo o Banese e sua empresa controlada foram eliminados nas demonstrações consolidadas.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

O Banco dispõe de um plano de remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/2010.

Este plano tem como principais objetivos: (i) alinhar a política de remuneração ao gerenciamento da gestão de risco; (ii) adequar a política de remuneração às melhores práticas de mercado; (iii) compatibilizar a política de remuneração com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; (iv) ser formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição da instituição a riscos acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos.

A remuneração variável é calculada da seguinte forma:

- I. 49% (quarenta e nove por cento) serão pagos em espécie, a partir do semestre seguinte ao da apuração; e
- II. 51% (cinquenta e um por cento) apurado anualmente com base no 1º e 2º semestres, sendo esse valor diferido para pagamento em 03 (três) anos, escalonado em parcelas proporcionais, após deliberação de resultados pela Assembleia Geral Ordinária – AGO do exercício subsequente.

Em 30 de junho de 2021 e 2020, as remunerações do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de auditoria e da Diretoria Executiva do Banese Múltiplo estão representadas a seguir:

	30.06.2021	30.06.2020
Benefícios de Curto Prazo		
Remuneração	1.773	2.337
Encargos Sociais	486	523
Benefícios Pós-emprego		
Plano de Previdência Complementar	67	61
Total	2.326	2.921

O Banese possui benefício de remuneração baseada na cotação de ações para seu pessoal-chave da Administração, em 30/06/2021, no montante de R\$ 54, entretanto não possui benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho.

c) Outras Informações sobre partes relacionadas

Conforme Resolução CMN nº 4.693, de 29 de outubro de 2018, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas, cumulativamente, as condições previstas no art. 6º e os limites previstos no art. 7º.

Considera-se parte relacionada:

- » Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- » Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais, assim como seus companheiros, parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- » As pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- » As pessoas jurídicas:
 - a) Com participação qualificada em seu capital;
 - b) Em cujo capital, direta ou indiretamente, haja participação societária qualificada;
 - c) Nas quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária;
 - d) Que possuírem diretor ou membro de conselho de administração em comum.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Garantias concedidas**

O Banese concedeu garantias, por meio de fianças bancárias, cujo montante em 30 de junho de 2021 era de R\$ 14.150 (R\$ 9.821 – 31.12.2020).

b) Créditos cedidos

O Banese possui créditos cedidos com coobrigação (crédito rural), em 30 de junho de 2021 no montante de R\$ 71 (R\$ 87 – 31.12.2020).

c) Fundos de investimento

O Banese, atualmente, não possui nenhum fundo de investimento sendo negociado nas suas agências.

d) Resultado não recorrente

São resultados não recorrentes para o Banese, o resultado que não está ligado às atividades típicas da instituição e que não sejam previstos de ocorrer com periodicidade nos próximos exercícios.

Lucro Líquido
Eventos não recorrentes
Receita com Juros Passivo Atuarial
Lucro Líquido Recorrente

Banese Múltiplo e Consolidado
30.06.2021
50.793
(9.583)
(9.583)
41.210

Em observância ao CPC 23, o reconhecimento contábil da obrigação de passivo atuarial oriundo do CPC 33 (R1) observando a proporção contributiva foi enquadrado como aplicação prospectiva, consequentemente seus efeitos foram registrados na competência de 06/2021. Assim, a receita apresentada acima é resultante da diferença entre o valor integral (R\$ 15.774) e o valor pela proporção contributiva (R\$ 6.191) dos Juros Acumulados do Passivo Atuarial de 31.12.2020.

e) Covid-19

O Banese avalia que até a presente data, o cenário global está sendo marcado pelos desdobramentos contínuos da pandemia da COVID-19, atingindo a grande maioria das economias de maneira intensa e cujos impactos finais ainda demandarão tempo para serem calculados, haja vista que a doença ainda não foi controlada resultando assim na paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral.

O resultado alcançado até o período foi impactado diretamente pela nova forma de operação que a COVID-19 obrigou o Banese a adotar, pela elevação das despesas com provisões para operações de crédito, pela retração das receitas financeiras e de serviços, bem como pela redução da taxa básica de juros da economia.

Algumas ações foram tomadas pelo Banese para seus Clientes, Colaboradores e Sociedade, para que a crise econômica e social tenha seus efeitos minimizados:

- » Redução do número de clientes nas agências, disponibilizando atendimento via chat, agendamento através do site e implantação de novas funcionalidades no aplicativo Banese e Internet Banking;
- » O pagamento de dívidas dos profissionais liberais e empresas foi prorrogado por até 180 dias, além da disponibilização de uma linha emergencial para auxiliá-las no fluxo de caixa;
- » Os servidores públicos federais, estaduais, municipais, empregados de empresas privadas e aposentados e pensionistas do INSS também foram contemplados com a possibilidade da carência emergencial em seus empréstimos e financiamentos imobiliários;
- » Os colaboradores com mais de 60 anos, gestantes, lactantes e doentes crônicos autodeclarados foram afastados;
- » Alocação de 30% dos funcionários para o trabalho home office;
- » Atendimento psicológico individual online para os colaboradores; dentre outras atividades;

- » Através do Instituto Banese, foram feitas doações à Secretaria de Estado da Saúde com o intuito de fortalecer o atendimento de saúde em Sergipe, para a compra de materiais e ajuda no combate à propagação do novo coronavírus;
- » Como incentivo a economia local, foi realizada a confecção, no polo têxtil de Tobias Barreto/SE, de mais de 400.000 máscaras de proteção, que foram distribuídas entre os funcionários do Grupo Banese, destinadas as entidades de assistência social através do Instituto Banese e que puderam ser retiradas pela população em geral no formato drive-thru;
- » Lançamento do Edital “Quarentena da Gente” do Instituto Banese, buscando manter a produção cultural e artística sergipana;
- » 70 grupos de cultura popular e 12 instituições beneficentes contemplados com incentivo financeiro via Instituto Banese.

A estrutura decisória e de resposta a crises do Banese, encabeçada pelo Comitê de Resposta a Incidentes – CORIN, tem apoiado a Alta Administração na tomada de decisão, sempre pautadas nas orientações da OMS (Organização Mundial da Saúde), Ministério da Saúde e nos decretos governamentais (municipais e estadual).

28. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Conselho de Administração do Banese aprovou a conclusão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 13 de agosto de 2021, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Helom Oliveira da Silva
Presidente

Alessio de Oliveira Rezende
Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores

Luciano Cerqueira Passos
Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia

Léa Selmara Almeida de Matos
Diretora Administrativa

Ademário Alves de Jesus
Diretor de Crédito e Serviços

José Anderson Santos de Jesus
Contador - CRC-SE - 4458/0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco do Estado de Sergipe S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do Banco do Estado de Sergipe S.A. ("Instituição"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Ênfase - Retificação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3(u) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a retificação dos valores correspondentes, apresentados para fins de comparação, que foram ajustados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntosDemonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentadas como informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Renato Nantes
Contador CRC-1RJ115529/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL



Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado de Sergipe S.A. e, no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras que compreendem: o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração do valor adicionado, a demonstração do resultado abrangente e as notas explicativas, incluindo a proposta de destinação do resultado, documentos esses relativos ao primeiro semestre de 2021. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício e nos relatórios dos auditores independentes e do comitê de auditoria, sem ressalvas, concluímos que as citadas demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes.

Aracaju/SE, 13 de agosto de 2021.

Eliana de Matos
Conselheira

Carlos Américo A. de Santana
Conselheiro

Leonardo Peixoto Estevão
Conselheiro

Leonardo Coelho Guerra
Conselheiro

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO



O Comitê de Auditoria (COAUD) é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto por três membros independentes. O COAUD tem suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), Resolução CMN 3.198/2004, Estatuto Social do Banese e por seu Regimento Interno.

O Comitê tem como atribuições principais supervisionar, monitorar e avaliar as atividades de auditoria interna e externa, a qualidade e integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e informações divulgadas pelo Banco. Além dessas, deve, ainda, avaliar e monitorar exposições de risco do Conglomerado e acompanhar as práticas contábeis e de transparência das informações.

Atividades Desenvolvidas

No primeiro semestre, o COAUD realizou 16 reuniões ordinárias e 4 extraordinárias, com a participação dos executivos chave do Banese, além de reuniões periódicas com os auditores externos EY, auxiliando no entendimento do negócio e analisando os resultantes dos trabalhos realizados.

O COAUD analisou e opinou sobre os seguintes temas:

- » Acompanhamento da evolução do Plano de Auditoria Interna – PAINT, dos resultados da auditoria e da estrutura da auditoria interna;
- » Monitoramento da evolução dos riscos corporativos, assim como os indicadores de tolerância ao apetite a riscos do Banese e de fraudes eletrônicas;
- » Acompanhamento dos planos de ação estabelecidos para demandas de Bacen, de Ordem Legal, da Auditoria Externa e da Interna;
- » Acompanhamento das denúncias recebidas do canal de denúncias;
- » Análise dos procedimentos de continuidade de negócios;
- » Monitoramento do andamento dos trabalhos relacionados ao cumprimento da LGPD;
- » Entendimento e evolução do ambiente de controles de Segurança Cibernética; e
- » Análise dos procedimentos executados pela área de *Compliance*, bem como as atividades de controles para atendimento dos requisitos de PLDFT.

Concluindo, analisamos o parecer emitido pelos auditores independentes sem ressalvas e entendemos que as demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021 apresentam adequadamente a posição financeira e patrimonial do Banese em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, recomendando que as mesmas sejam aprovadas pelo Conselho de Administração.

Aracajú (SE), 13 de agosto de 2021.

Corinto Lucca Arruda - Coordenador
Ricardo Augusto Torres Cavalcanti
Horino Joaquim do Carmo



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



DECLARAÇÃO

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, respaldado em seu artigo 25, § 1º, inciso VI, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 30 de junho de 2021.

Helom Oliveira da Silva
Presidente

Alessio de Oliveira Rezende
Diretor de Finanças, Controles
e Relações com Investidores

Luciano Cerqueira Passos
Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia

Léa Selmara Almeida de Matos
Diretora Administrativa

Ademário Alves de Jesus
Diretor de Crédito e Serviços

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



DECLARAÇÃO

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, respaldado em seu artigo 25, § 1º, inciso V, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes emitidos pela Ernst & Young Auditores Independentes referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021.

Helom Oliveira da Silva
Presidente

Alessio de Oliveira Rezende
Diretor de Finanças, Controles
e Relações com Investidores

Luciano Cerqueira Passos
Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia

Léa Selmara Almeida de Matos
Diretora Administrativa

Ademário Alves de Jesus
Diretor de Crédito e Serviços

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Belivaldo Chagas Silva

Governador

Marco Antônio Queiroz

Secretário de Estado da Fazenda

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Guilherme Maia Rebouças

Presidente

Silvana Maria Lisboa Lima

Vice-Presidente

Gilberto Magalhães Occhi

Conselheiro

Marcos Venícius Nascimento

Conselheiro

Tiago Curi Isaac

Conselheiro

Ana Cristina de Carvalho Prado Dias

Conselheira

Luiz Alves dos Santos Filho

Conselheiro representante dos empregados

DIRETORIA EXECUTIVA

Helom Oliveira da Silva

Presidente

Alessio de Oliveira Rezende

Diretor de Finanças, Controles e Relações com
Investidores

Luciano Cerqueira Passos

Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia

Léa Selmara Almeida de Matos

Diretora Administrativa

Ademário Alves de Jesus

Diretor de Crédito e Serviços

José Anderson Santos de Jesus

Contador - CRC-SE - 4458/0



Relatório de Desempenho 2020

Pode
Contar



Banese